HOJE GRÁTIS
GUIA DO ESTUDANTE
SAÍDAS PROFISSIONAIS



idealista
A app imobiliária líder em Portugal

Fundador: Francisco Pinto Balsemão

Expresso

27 de junho de 2025
2748 • €5 • Semanário

Diretor: João Vieira Pereira
Diretores-Adjuntos: David Dinis, Miguel Cadete e Paula Santos
Diretor de Arte: Marco Grieco

expresso.pt

24h

Gouveia e Melo com a Maçonaria

O candidato a Presidente da República é o orador convidado do próximo encontro do Clube dos 50, um grupo de elite maçónico que reúne as duas principais obediências. Esta sexta-feira, no Grémio Literário, às 12h30.

Protestos em 13 cidades

A plataforma Casa Para Viver convocou uma jornada de manifestações para este sábado e domingo, em 13 cidades de norte a sul do território continental, para protestar contra os preços da habitação, as novas licenças para alojamentos locais e "todas as formas de despejo".

Constitucional dá nega à TAP

O Tribunal Constitucional rejeitou o recurso da TAP no caso de uma indemnização a tripulantes dispensados durante a pandemia, segundo noticiou a SIC. É um processo distinto do primeiro, relativo aos tripulantes que foram dispensados durante a pandemia, mas que é influenciado por esse primeiro caso.

Pedrógão: arguidos absolvidos

O Tribunal da Relação de Coimbra confirmou a absolvição dos 11 arguidos no processo dos incêndios de Pedrógão Grande, que, segundo o Ministério Público, causou 63 mortos.

Integram esta edição semanal, além deste corpo principal, os seguintes cadernos: **ECONOMIA, REVISTA E** e ainda GUIA DO ESTUDANTE

mantovani
Cozinha e Banho
www.mantovani.pt



A 'PAZ PELA FORÇA' PODE TRAZER MAIS GUERRA

Presidente dos EUA celebra vitória, mas a prazo a doutrina Trump aumenta risco de conflitos P6

QUEM QUER SABER DE GAZA NO 'NOVO' MÉDIO ORIENTE? P7

PORTUGAL PROCURA €300 MILHÕES DE DESPESA QUE JÁ EXISTE P8

Uma dezena de polícias e militares no grupo neonazi P23

Presidente da RTP nega pressões do Governo P5

Canudo 'trama' dirigente da Segurança Social E9

Sites de relações amorosas recrutam 'donos' em Portugal P24

Governo desce IRS já em agosto para reanimar a economia

PSD negociou votação-relâmpago na AR para incentivar consumo no verão, com **medo da travagem do PIB** Bónus nas pensões em dúvida Estímulos ao investimento na calha P12



O CALVÁRIO DOS IMIGRANTES PARA REUNIR A FAMÍLIA

FOTO TIAGO MIRANDA

CASOS As alterações ao reagrupamento familiar propostas pelo Governo vão limitar ainda mais o que já é difícil de alcançar. Maioria dos imigrantes recorre a intimações judiciais contra a AIMA. Foi assim que os engenheiros de software Asad e Aisha, que vivem com os filhos em Elvas, conseguiram um agendamento. P18

Morte por falha no INEM: ninguém atendeu no dia da greve

Governo culpa dois profissionais por morte em dia de greve, sindicato garante que pedido de socorro ficou por atender

Inspeção da Saúde confirma caso fatal por atraso no socorro durante a greve do INEM, mas o Ministério da Saúde descarta atraso no atendimento e atribui falha ao envio dos meios. Sindicato dos técnicos garante que a chamada feita pela mulher da vítima não chegou ao CODU do INEM. P20

Julgamento de Sócrates arrisca novas prescrições

Início do julgamento deixa juíza num dilema: adiar para juntar todos os crimes aumenta riscos de prescrição P22

José Luís Carneiro: quem é e para onde vai o novo líder do PS P10



PSD deixa PS escolher provedor de Justiça P11

AGRICULTURA, PECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA
A Caixa dá a mão a quem tem os pés assentes na terra.
Caixa. Com o Banco certo ao seu lado, a sua empresa cresce.
Saiba mais em cgd.pt
Caixa Geral de Depósitos, S.A., registada junto do Banco de Portugal sob o n.º 35.



Paula Santos

"The Trump Summit"

Marco Rubio, secretário de Estado norte-americano, resumiu num título curto a mediática Cimeira da NATO que decorreu esta semana: "The Trump Summit", foi como lhe chamou numa entrevista ao jornal digital "Politico". Um caso evidente de sucesso, que se explica, de acordo com o alto dirigente nomeado pelo Presidente dos Estados Unidos, com a resposta positiva à pressão exercida no primeiro mandato de Trump junto dos países europeus. Rubio diz que, na altura, o Presidente embaraçou os parceiros europeus ao apontar os baixos gastos com a Defesa no contexto da NATO e isso terá sido determinante para o desfecho do compromisso assumido por estes dias. Não sabemos se a leitura de Rubio será a mais acertada, mas isso é pouco relevante perante a sintonia de 32 aliados num acordo que ainda recentemente se adivinhava improvável.

Os membros da NATO assumiram vir a gastar 3,5% do Produto Interno Bruto em despesas militares tradicionais e 1,5% em infraestruturas de segurança até 2035. Um salto considerável da meta dos atuais 2% do PIB, o que justifica o regozijo americano. Do lado europeu, regresso a Rubio e à palavra "embaraço", que assenta na perfeição a uma plateia silenciosa de líderes que antes do encontro ficaram a saber que as negociações estavam fechadas sem que qualquer discussão presencial fizesse a diferença e que iriam, finalmente "pagar à grande", perante uma "vitória" de Trump. Quando o secretário-geral da organização usa estes (e outros!) termos numa mensagem enviada ao Presidente americano e tornada pública pelo alvo da bajulação, dificilmente ganha o respeito e a autoridade de quem representa. Mas nenhuma personalidade ousou pôr em causa o "sucesso" que Rutte antecipou perante o seu ídolo. Ultrapassada a foto com os sorrisos da praxe, o assentar da poeira promete deixar à vista uma realidade complexa e uma matemática difícil de gerir para equilibrar as contas nacionais e corresponder ao compromisso.

Só em 2023, os países da UE investiram em defesa militar 279 mil milhões de euros, o montante mais elevado alguma vez registado pela Agência Europeia de Defesa, prevendo-se 326 mil milhões para 2024. No ano passado, a Polónia, Estónia e a Letónia foram os países que mais gastaram. Ainda assim, nos últimos registos oficiais, nenhum tinha alcançado a meta dos 3,5% do PIB. Portugal, ainda sem chegar aos 2%, promete acelerar até ao final deste ano e cumprir esse objetivo, o que tem um custo de mil milhões de euros. Um desafio "possível, mas difícil" nas palavras de Luís Montenegro. O primeiro-ministro conhece a dificuldade em executar o investimento (vai ser preciso fazer escolhas, o que tem consequências) mas também antecipa ciclos políticos que podem não favorecer o acordo com a oposição em matéria de defesa que agora procura garantir. Com um objetivo comum traçado a dez anos e uma legislatura a durar até 2029, muito pode ainda acontecer entre os parceiros da Aliança e até fora dela, já que os Estados Unidos também irão a votos. Mas a realidade destes tempos não deixa dúvidas junto dos cidadãos. Uma sondagem publicada pela Euronews esta semana deixava à vista um apoio generalizado da população europeia ao aumento das despesas militares. Portugal é um dos países onde esse apoio mais se assinala, a par da Polónia, Dinamarca ou do Reino Unido. A insegurança internacional, a conflito no Médio Oriente e o efeito Putin na Ucrânia, numa guerra subitamente remetida para longe das luzes da ribalta, não deixam a Europa indiferente. Para os políticos europeus, obrigados a regras orçamentais apertadas, o desafio é cada vez mais exigente.

O assentar da poeira promete deixar à vista uma realidade complexa e uma matemática difícil de gerir para equilibrar as contas e corresponder ao compromisso

paulasantos@expresso.impresa.pt

SETE DIAS, SETE RAZÕES PARA GUARDAR O EXPRESSO
Se comprou o Expresso, aproveite o código que está na capa da Revista E. Coloque-o em *código.expresso.pt* e, durante a próxima semana, poderá: ❶ Ler todas as notícias e conteúdos digitais do jornal; ❷ Receber *newsletters* exclusivas com o resumo diário das principais histórias; ❸ Fazer comentários em *expresso.pt*, dando a sua opinião; ❹ Visitar a redação do Expresso e conversar com os jornalistas; ❺ Ter acesso a eventos exclusivos do Expresso; ❻ Jogar *online* palavras cruzadas, sudokus e sopas de letras; ❼ Procurar edições anteriores em formato digital. GRÁTIS, DURANTE SETE DIAS, COM ESTE JORNAL

Duelo

Regime de exceção que permitia entrada com visto de curta duração para depois pedir autorização de residência vai acabar



Rui Armindo Freitas

Secretário de Estado Adjunto da Presidência e Imigração



Ana Paula Costa

Presidente da Casa do Brasil

Portugal deve exigir visto de residência a imigrantes da CPLP?

SIM

A mobilidade no espaço da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) é um dos maiores símbolos da cooperação lusófona. Mas como qualquer conquista política séria, só se sustenta com regras. A decisão de passar a exigir um visto de residência aos cidadãos da CPLP que queiram viver em Portugal não é um retrocesso — é pragmatismo.

Nos últimos tempos, o regime de entrada em Portugal para cidadãos da CPLP transformou-se, na prática, numa nova "migração irregular consentida". As pessoas chegavam com vistos de curta duração — ou até sem qualquer visto — e requeriam autorização de residência. Um modelo que, longe de facilitar a integração, criou um ambiente de descontrolo administrativo, gerador de vulnerabilidade para os imigrantes e de saturação dos serviços públicos e dos seus trabalhadores.

A alteração agora proposta devolve coerência ao sistema: só deve poder residir quem entra com a intenção e a autorização formal para o fazer. Parece básico — e é. É o que sempre esteve previsto no espírito do Acordo de Mobilidade da CPLP. Acordo esse que visava facilitar, mas não eliminar, os mecanismos de regulação migratória.

A alteração devolve coerência ao sistema: só deve poder residir quem entra com a intenção e a autorização

Endurecer a política de imigração e criar mais obstáculos burocráticos é contraproducente

Importa dizê-lo com clareza: isto não é uma medida ideológica. É uma decisão de consciência. Continuar a permitir este tipo de entrada desregulada, à margem da lógica de planeamento e integração, seria uma irresponsabilidade. Não podíamos continuar a consentir uma prática que levava os serviços à rutura, gerava falsas expectativas e empurrava as pessoas para a informalidade e exploração.

Regular é proteger. Proteger os que chegam — garantindo-lhes canais seguros, expectativas realistas e condições de integração — e proteger os que cá vivem, cuja confiança no sistema depende de sabermos quem entra, como entra e para quê.

Um sistema migratório que não é transparente gera perceção de injustiça, alimenta tensões e mina a coesão social.

Portugal quer continuar a ser um país aberto — mas não pode ser ingénuo. Queremos imigração, sim. Mas com regras e controlo de segurança. Não voltaremos ao caos da Manifestação de Interesse, disfarçada de mobilidade. Queremos integração com futuro, não políticas que colapsam no presente.

Só com regras há confiança. E só com confiança há futuro.

NÃO

Num país como o nosso, marcado pelo envelhecimento demográfico, um número expressivo de portugueses a emigrar e escassez de mão de obra, a imigração surge não apenas como uma necessidade económica, mas como uma oportunidade estratégica. Ainda assim, hoje o atual Governo insiste em impor políticas de imigração restritivas e mais rigidez burocrática, inclusive para cidadãos da CPLP. A isto soma-se o mau funcionamento dos canais consulares: atrasos crónicos, falta de pessoal, falhas administrativas e desarticulação com as necessidades do mercado de trabalho e a realidade migratória. Ao mesmo tempo, a escassez de mão de obra agrava-se em toda a Europa: em 2024, quase dois terços das pequenas e médias empresas não conseguiram recrutar os trabalhadores de que necessitavam.

Neste contexto, torna-se incompreensível a opção por políticas que dificultam, em vez de proporcionar, a entrada legal e permanência regular de imigrantes, acabando, aliás, com as possibilidades de regularização. A imigração sempre foi regulada: para solicitar qualquer tipo de visto ou autorização de residência, os imigrantes têm obrigatoriamente de apresentar comprovativos de condições de habitação, meios de subsistência, registo criminal, entre outros requisitos que conhecem e cumprem. A retórica de descontrolo é, pois, falaciosa. Serve antes para o Governo ocultar uma realidade mais desconfortável: as atuais políticas de integração estão praticamente ausentes. A AIMA está paralisada, faltam cursos de português, e políticas que já fizeram de Portugal um exemplo internacional deixaram de ser prioridade.

Ora, endurecer a política de imigração e criar mais obstáculos burocráticos para as autorizações de residência CPLP é, portanto, contraproducente. Em vez de melhorar os mecanismos consulares e agilizar os procedimentos administrativos da AIMA, o Governo opta por restringir a imigração e penalizar quem mais poderia contribuir para o país.

Portanto, uma política de imigração justa e eficaz deve, antes de mais, reconhecer o valor da imigração e estar comprometida com os direitos humanos. Deve, sobretudo, retomar uma verdadeira política de integração, capaz de garantir dignidade, oportunidades e pertencimento a quem escolhe viver e trabalhar em Portugal. Só assim o nosso país poderá afirmar-se como uma sociedade aberta, solidária, digna e democrática. Portugal não pode esquecer-se de que somos um país de emigrantes, com "i".

A Semana

Por **Ricardo Marques**
rmarques@expresso.impresa.pt

O CINCO COMANDA A VIDA
Cinco por cento até 2035. Eis a meta acordada em Haia, pelos países na NATO (menos Espanha, que quer gastar 2,1% — "injusto", disse Donald Trump, que prometeu lidar diretamente com Madrid) para os gastos em Defesa. Doravante, independentemente de o sentirmos umas vezes mais outras menos, este valor será uma espécie de alfa e ómega nas nossas vidas, e determinará consideravelmente a ação dos governos. Já dizia Clausewitz, que a guerra é uma continuação da política por outros meios.

ISRAEL E IRÃO
A velocidade dos ciclos noticiosos faz das nossas vidas um animado monitor cardíaco. O cidadão deita-se sábado à noite, cansado, quiçá preocupado com os mísseis que andam de Israel para o Irão e de volta. Acorda domingo, os americanos bombardearam três centrais nucleares iranianas e, parece, deixaram o mundo à beira da Terceira Guerra Mundial. Passa a segunda-feira a roer as unhas, com medo da retaliação de Teerão. É o fim, pensa. Nada, uma base atacada e com aviso prévio. Na terça, Donald Trump manda-os estar quietos e até diz uma asneira. Eles obedecem. A Batalha dos Doze Dias acaba. O mundo segue. Pi-pi-pi...

MORTE NO VULCÃO
Juliana Marins, uma brasileira de 27 anos, caiu no sábado quando fazia um trilho no Rinjani, o segundo maior vulcão da Indonésia. Ficou presa numa encosta de areia instável, a 600 metros de profundidade, até terça-feira, quando as autoridades recuperaram o seu corpo. Foi a nona vítima mortal no local nos últimos cinco anos.



DA IMIGRAÇÃO
Em jeito de lista, para acompanhar a discussão nas próximas semanas, aqui fica o que o Governo quer mudar em matéria de imigração: retorno e expulsão passam para as mãos da PSP, duplica o tempo para se poder ser português, a nacionalidade pode perder-se por crime, regime dos sefarditas acaba, só os altamente qualificados terão visto para procurar trabalho em Portugal, autorizações CPLP vão exigir visto e reagrupamento familiar ainda mais difícil.

A NBA É DOS OKC
O desporto americano é imbatível. No jogo decisivo do melhor campeonato de basquetebol do mundo — com os finalistas empatados a três vitórias cada — o melhor jogador dos Indiana Pacers, Tyrese Haliburton, lesiona-se no primeiro dos quatro períodos, com o resultado em 16-16. No fim, os Oklahoma City Thunder venceram por 103-91, conquistaram o primeiro título da sua história e Shai Gilgeous-Alexander foi eleito o MVP da final.



Miguel Sousa Tavares

À voz do dono



ILUSTRAÇÃO HUGO PINTO

"Donald, tu conduziste-nos a um momento mesmo importante para a América, a Europa e o mundo. Tu conseguiste o que mais nenhum outro líder conseguiu na história da NATO: a Europa vai passar a pagar À GRANDE, como devia. Não foi fácil, mas todos assinaram o compromisso dos 5% do PIB com a Defesa." Esta frase ficará para a história, lembrem-se dela por muitos anos, pois que ela resume na perfeição o papel de cãozinho do dono que tem sido o de Mark Rutte, o infeliz secretário-geral da NATO. O neerlandês não é, por si mesmo, membro da NATO, mas apenas o coordenador de vontades e o construtor de consensos entre os 32 membros da organização. Porém, desde o primeiro dia, e certamente também temente pelo futuro do seu cargo, ele fala como se mandasse em todos e a todos pudesse impor livremente a vontade do dono, o seu tão admirado Donald J. Trump — esse tão confiável Presidente americano, que poucas horas antes da cimeira de quarta-feira voltou a pôr em causa o cumprimento do artigo 5º do Tratado do Atlântico Norte, o próprio fundamento da NATO: um por todos, todos por um. Já sabíamos que Rutte é um serventuário de Trump, ainda mais que o seu antecessor, Stoltenberg. Mas escrevê-lo assim, com estes requintes de subserviência e dando já por decidido o que só no dia seguinte se iria discutir, é suficiente para concluir que o homem não está à altura do cargo. Se houvesse alguma réstia de dignidade e orgulho próprio entre os dirigentes ocidentais de hoje, o ponto nº 1 da ordem de trabalhos da Cimeira da NATO em Haia teria sido a destituição do seu secretário-geral. Porque, infelizmente para eles e para o próprio, o amigo Donald, além de tudo o mais, é um tipo ordinário, sem maneiras e doente de vaidade própria. E assim aquilo que Rutte enviou como uma mensagem pessoal e privada foi tornada imediatamente pública por Trump na sua rede social, obrigando todos os restantes 31 membros da NATO a assobiarem para o ar e a sentarem-se à mesa como se nada de grave se tivesse passado, para abanarem a cabeça à voz do dono americano e baterem palmas ao discurso do secretário-geral que os enxovalhara. Assim vai o Ocidente.

Temos, pois, que todos se comprometeram com os 5% exigidos por Trump, parte para armas, parte para infra-estruturas, e uns mais depressa, outros mais devagar, até atingir os 5% que ele próprio não cumpre: os Estados Unidos gastam apenas 3,2%. Todos? Não, nem todos: Espanha, pela voz de Pedro Sánchez, estragou o beija-mão, dizendo que não iria além de 2% e que, para lá disso, seria contra os seus "valores". Mesmo enfrentando a imediata vingança do ditador americano, o tempo encarregar-se-á de demonstrar, uma vez mais, que quando há um ditador na sala perante quem todos se curvam ele só respeita os de espinha direita, não os marrecos. Mas vamos aos argumentos.

Argumento nº 1: existe uma ameaça da Rússia sobre a Europa toda, como o prova a invasão da Ucrânia. Falso: a invasão da Ucrânia só prova que Putin quer ser dono das regiões da Ucrânia a que ilegitimamente se acha com direito, mas nada mais há que demonstre que a Ucrânia é apenas o primeiro passo e que ele tem a vontade, os meios e o apoio interno necessários a ir além do Donbass e Zaporíjia.

Argumento nº 2: Putin quer restaurar o antigo Império Soviético. Falso e virtualmente impossível: na opção mais alargada, ele quererá, sim, restaurar o antigo império russo de Pedro, o Grande, mas não a URSS; na opção mais restrita, quer apenas proteger as populações russas que ficaram abandonadas nos países da ex-URSS tornados independentes (foi isso, e não o fim da URSS, tal como nos é contado, que ele classificou como "a maior tragédia do século XX"). Pelo contrário, foi e é a NATO que se aproveitou do vazio estratégico deixado pelo fim da URSS para se expandir para esses territórios, cada vez mais próxima e mais ameaçadora aos olhos do Kremlin, culminando com o incentivo à adesão da Ucrânia, que desencadeou a guerra. Reparem como se podem inverter os factos para se chegar à conclusão pretendida: uma das "provas" da ameaça russa que nos apresentam é a concentração de meios militares russos junto à fronteira com a Finlândia. Mas essa concentração recente só existe porque a NATO convenceu a Suécia e a Finlândia a juntarem-se-lhe, assim acrescentando mais mil quilómetros de "guerra fria" à fronteira entre ambas as partes, NATO e Rússia. Esperavam que Putin não tivesse reparado?

Sim, a Europa deve tratar da sua própria defesa face a ameaças reais, e não imaginárias, e deixar de contar com os Estados Unidos. Mas sobretudo pelas razões hoje óbvias: porque os Estados Unidos deixaram de ser confiáveis. À sua frente está um narciso doentio e um inimigo da Europa

Argumento nº 3: é tempo de a Europa deixar de basear a sua defesa na cobertura do Tio Sam. Eu concordo, mas atenção: o interesse foi mútuo. Durante as longas décadas da outra "Guerra Fria", a presença militar americana na Europa funcionou, de facto, como um escudo protector para os europeus, mas também como a linha da frente do confronto entre Estados Unidos e União Soviética, e a faculdade de utilização da Base Aérea das Lajes, por exemplo, deu aos EUA uma capacidade de acção no Atlântico Norte fundamental em muitas ocasiões e ainda hoje, como se viu há dias com os Açores a servirem de plataforma de reabastecimento para o ataque aéreo ao Irão (apesar de os EUA terem entretanto dado por findo o acordo com Portugal para a sua utilização). E, regressando ao artigo 5º da Carta da NATO, o princípio do "todos por um" só foi usado duas vezes e em ambas a pedido dos EUA: para atacar o Iraque, uma acção fundada num embuste e desembocada num desastre estratégico, e para atacar solidariamente o Afeganistão, depois abandonado pelos americanos de forma humilhante e sem consulta prévia aos seus aliados no terreno. Sim, a Europa deve tratar da sua própria defesa face a ameaças reais, e não imaginárias, e deixar de contar com os Estados Unidos. Mas sobretudo pelas razões hoje óbvias: porque os Estados Unidos deixaram de ser confiáveis. À sua frente está um narciso doentio, mentiroso contumaz e alguém incapaz de manter a palavra dada. Pior, um inimigo da Europa, que faz questão de desembarcar cá de boné MAGA na cabeça e que consegue ser tão mal-educado e imprevisível que os seus ditos aliados tiveram de restringir a duas horas e meia a duração de uma cimeira desta importância, para discutir a paz e o rearmamento na Europa, a fim de evitar que o homem se aborrecesse ou tivesse uma fúria. E a própria Inglaterra, a maior potência militar europeia, anunciou de véspera um convite a Trump para uma visita de Estado e a compra de umas dezenas de F-35B americanos, para adoçar a boca do ogre com os rebuçados que ele mais gosta: negócios e dinheiro. Sim, porque o rearmamento europeu — que, no total, equivale ao valor de 18.700 F-35 — vai ser, antes de mais, um extraordinário negócio para a indústria de armamento americana — assim como as sanções europeias à Rússia, como a proibição de exportar gás liquefeito para a Europa, são uma fantástica oportunidade acrescida de negócio para a indústria energética americana.

Argumento nº 4: o rearmamento vai ser um incentivo à indústria e à economia europeias. Tretas: os que já produzem armas vão prosperar, com os Estados Unidos à cabeça, os outros vão comprar, como nós, portugueses — vamos comprar F-35 e submarinos e vender munições e fardamentos —, imaginem o saldo. Mas o que ele vai ser, acima de tudo, é uma irrepetível oportunidade para a grande corrupção. Marquem a minha previsão: nos próximos anos, com Portugal a gastar, só em armas, mais €10 mil milhões por ano, quem aqui estiver no sector da Defesa vai enriquecer ainda mais depressa do que os dermatologistas do Hospital de Santa Maria.

Argumento nº 5: não podemos deixar de defender os valores ocidentais, nos quais fundamos o nosso modo de vida: a democracia, os direitos do homem, o Estado de direito, o modelo social europeu. Bom, caso não tenham reparado, €10 mil milhões por ano num país como Portugal significa o fim do modelo social europeu; a agonia do Estado de direito está a consumar-se, passo a passo, nos Estados Unidos, sob o comando do nosso líder Donald Trump e inspirada na sua viciosa doutrina, já a alastrar à Europa; e os direitos do homem, os valores éticos da civilização ocidental e toda essa cacofonia musical morreram definitivamente em Gaza, sob o olhar silencioso e cúmplice dos confrades de Haia.

Nunca tantos viveram, indefesos e ignorantes, tamanha hipocrisia.

Miguel Sousa Tavares escreve de acordo com a antiga ortografia



Universidade Lusíada
Lisboa, Porto e V.N. Famalicão

1.º ciclo **Licenciaturas e Mestrados Integrados**

ARQUITETURA mestrado integrado (*) Lisboa, Porto e V.N. Famalicão
ARTES E COMUNICAÇÃO MULTIMÉDIA Lisboa
CONTABILIDADE V.N. Famalicão
CRIMINOLOGIA Porto
DESIGN Lisboa, Porto e V.N. Famalicão
DIREITO (**) Lisboa e Porto
ECONOMIA Lisboa
ENGENHARIA ELETRÓNICA E INFORMÁTICA V.N. Famalicão
ENGENHARIA E GESTÃO INDUSTRIAL V.N. Famalicão
ENGENHARIA INFORMÁTICA Lisboa
ENGENHARIA MECÂNICA V.N. Famalicão
GESTÃO V.N. Famalicão
GESTÃO DE EMPRESA Lisboa e Porto
GESTÃO DAS ORGANIZAÇÕES DESPORTIVAS Lisboa
GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS Lisboa
GESTÃO DO TURISMO Lisboa
JAZZ E MÚSICA MODERNA Lisboa
MARKETING Lisboa e Porto
PSICOLOGIA Lisboa e Porto
RELAÇÕES INTERNACIONAIS Lisboa e Porto
SEGURANÇA E JUSTIÇA Lisboa
SERVIÇO SOCIAL Lisboa

candidaturas abertas

Duração dos cursos: 1.º CICLO: 3 anos | (*) 1.º CICLO ARQUITETURA mestrado integrado: 5 anos | (**) 1.º CICLO DIREITO: 4 anos

APOIOS AOS ESTUDANTES

PRÉMIO DE MÉRITO - Redução da propina anual de frequência escolar dos estudantes mais bem classificados
ALUMNI LUSÍADA - Descontos para antigos estudantes e seus familiares
PROTOCOLOS COM MAIS DE 100 ORGANIZAÇÕES - Descontos para associados, cônjuges e filhos em economia comum

Lisboa
Rua da Junqueira, 188-198
1349-001 Lisboa
Tel.: 213 611 500
E-mail: info@lis.ulusiada.pt
Internet: www.lis.ulusiada.pt

Porto
Rua de Moçambique, 21-71
4100-348 Porto
Tel.: 225 570 800
E-mail: info@por.ulusiada.pt
Internet: www.por.ulusiada.pt

V.N. Famalicão
Largo Tinoco de Sousa
4760-108 V.N. Famalicão
Tel.: 252 309 200
E-mail: info@fam.ulusiada.pt
Internet: www.fam.ulusiada.pt

ALTOS



Joaquim Miranda Sarmento
Ministro das Finanças

Esta foi a semana em que o Governo garantiu que só um cataclismo impediria um excedente orçamental no exercício de 2025. Apesar de um acréscimo de mil milhões de euros na despesa com a Defesa; apesar de um corte de 500 milhões de euros no IRS; apesar de termos voltado a olhar para a evolução do preço do petróleo...



Fortunato da Câmara
Gastrónomo

O crítico de restaurantes do Expresso não só abocanhou um dos prémios internacionais mais cobiçados para livros de cozinha, o Prémio Gourmand, como ainda deglutiu o galardão para a melhor obra da especialidade, neste caso, sobre um apetecível cereal. Em causa está "O Arroz Português, Um Mundo Gastronómico", edição dos CTT.



Xavier Salomon
Próximo diretor do Museu Gulbenkian

Os concursos internacionais para a direção dos museus sob a alçada do Estado não pescam trutas. Não é o caso da robusta Gulbenkian, que encontrou no ex-diretor-adjunto da Frick Collection (o distinto museu em Central Park) o sucessor de António Filipe Pimentel. Antes, esteve no British Museum e na National Gallery de Londres, e no Met de Nova Iorque.

E BAIXOS



Marta Temido
Eurodeputada

Um ano depois de a sua lista ter saído vencedora das eleições para o Parlamento Europeu, a ex-ministra da Saúde revela estar profundamente desalinhada com as instituições europeias. Apesar do presidente do Conselho, apesar de ter apoiado Ursula von der Leyen, a eurodeputada portuguesa diz que já "não acredita no poder das instituições europeias". Que se passou?



António Leitão Amaro
Ministro da Presidência

Para lá da sua alegada inconstitucionalidade, ainda não se tornou claro qual o objetivo ao se propor uma alteração da Lei da Nacionalidade — algo que noutros tempos teria conduzido a debates inflamados (e bem) no Parlamento, nas redações dos jornais, nos cafés e nas ruas. Porque se retira a nacionalidade a alguém que já a tinha merecido?

MIGUEL CADETE
mcadete@impresa.pt

EM DESTAQUE

Oeiras PJ investiga negócio em Moçambique

Judiciária realizou buscas nas Câmaras de Oeiras e de Grândola por negócios em Moçambique

As buscas da Unidade Nacional de Combate à Corrupção (UNCC) da Polícia Judiciária na Câmara Municipal de Oeiras estão relacionadas com negócios entre a empresa municipal Municípia, SA, e o Governo de Moçambique sobre trabalhos de cartografia e cadastro em Nampula, que terão sido financiados pelo Banco Mundial.

Na sequência da operação policial da última quinta-feira, Isaltino Morais, o presidente da autarquia, afirmou que a câmara tinha pedido uma auditoria externa àquela empresa municipal depois de várias denúncias que tinham chegado ao município. Essa auditoria concluiu existirem "algumas irregularidades formais", mas que, "sob o ponto de vista substancial, não havia qualquer ilegalidade".

Segundo o autarca, existem duas dimensões no processo: "Uma delas tem a ver com a atividade em Nampula, que era um trabalho de cartografia e cadastro que realizaram para o Governo de Moçambique. Depois, há alguns contratos com o município na área da cartografia e de tecnologias de informação. Penso que é isso que está a ser investigado."

O Expresso confirmou que o principal visado nas buscas foi António Fernandes, diretor-geral da já referida Municípia, SA. A operação da UNCC da PJ em Oeiras visou não só as instalações da câmara como também a casa do diretor da empresa municipal.

Em março de 2023, a revista "Sábado" revelou que os problemas num consórcio levaram a Municípia, SA, a fazer transferências para a conta de um empresário moçambicano. Isaltino Morais garantiu na altura que nada sabia sobre o assunto e mandou realizar auditoria interna. Ainda de acordo com a revista, a autarquia injetou mais de €1 milhão na empresa em 2020, incluindo €346 mil pela atualização de um software que custara inicialmente €35,5 mil.

Buscas também em Grândola

Na mesma altura em que decorriam as buscas em Oeiras, a mesma unidade da PJ entrava também nas instalações da Câmara de Grândola e em empresas do sector turístico. O Expresso apurou que as duas operações estão relacionadas entre si.

Empresa sob suspeita terá transferido dinheiro para a conta de um empresário moçambicano

Segundo o Portal Base, esta edilidade realizou em março de 2022 um contrato com a Municípia, SA, no valor de €50 mil pela elaboração do cadastro da rede de drenagem de águas pluviais do concelho de Grândola.

Em causa nas duas autarquias estão suspeitas de crimes de prevaricação, corrupção passiva, corrupção ativa, participação económica em negócio e abuso de poderes e violação de regras urbanísticas. Ainda segundo a PJ, as diligências "visaram a recolha de elementos documentais com vista ao desenvolvimento e conclusão, tão breve quanto possível, das investigações em curso".

A autarquia foi já alvo de buscas no ano passado, a propósito de investigações às faturas com os almoços de trabalho que o presidente revelara nas redes sociais. Recuando a 2022, a PJ realizou buscas na câmara municipal relacionadas com "contratação de prestação de serviços, contratação de recursos humanos e adjudicações suspeitas".

HUGO FRANCO
e SALOMÉ FERNANDES
hfranco@expresso.impresa.pt

O Cartoon de António Assinando o acordo



Setúbal Concelhia do PSD repudia Dores Meira

Estrutura retira de forma simbólica a confiança política ao líder distrital

Sem ter sido ainda formalmente notificada da decisão, a concelhia do PSD de Setúbal, liderada por Paulo Calado, não se conforma com o apoio do partido a Maria das Dores Meira, antiga presidente da Câmara e que concorre como independente nas próximas eleições autárquicas. A estrutura repudia a escolha e, de forma simbólica, retira a confiança ao líder distrital do partido, Paulo Ribeiro.

Numa nota enviada aos militantes, a concelhia contesta o facto de ter sido excluída do processo, uma vez que, por deliberação da secção, o PSD devia assumir uma candidatura própria em Setúbal. Em assembleia de militantes, realizada em abril, ficou expresso que não apoiaria ou integraria uma candidatura independente de Dores Meira, frisando agora que recaem sobre a ex-militante do PCP "suspeitas fundadas de práticas lesivas do interesse do município".

Na última semana, o Expresso noticiou que a decisão da direção nacional do PSD estava fechada e que iria apoiar a ex-autarca setubalense, contra a vontade da estrutura local. A concelhia queixa-se de, por várias vezes, ter requerido "por escrito a comunicação oficial de uma eventual decisão da Comissão Política Nacional", tendo sido apenas informada pelo líder da distrital de Setúbal, Paulo Ribeiro, numa reunião a 11 de junho, de que a decisão "estava tomada e era definitiva"

Esta decisão "tem gerado grande perplexidade e desagrado, não apenas entre os nossos militantes, mas também entre os eleitores tradicionais do PSD, que se sentem desorientados e desiludidos", lamentam.

PAULA CAEIRO VARELA
pcvarela@expresso.impresa.pt

Exames Estreia atribulada das provas em computador

Exames do 9º ano realizaram-se pela primeira vez em formato digital, com muitas falhas na prova de Matemática

Foram vários os problemas técnicos que marcaram a estreia dos exames do 9º ano em computador, afetando sobretudo a prova de Matemática, realizada há uma semana. Falhas na ligação à internet ou nos equipamentos, dificuldades em aceder à plataforma digital e bloqueio do software fizeram com que em muitos estabelecimentos de ensino o exame começasse com mais de 30 minutos de atraso e geraram demoras adicionais durante o tempo do teste. Mas não só. Devido a um erro do programa, muitos alunos foram mesmo impossibilitados de responder a um dos itens.

O Ministério da Educação já garantiu que ninguém será prejudicado, mas não explicou se vai anular este item ou tomar outro tipo de medidas, o que deverá ser anunciado esta sexta-feira ou nos próximos dias, quando a tutela fizer um balanço do novo modelo dos exames.

Apesar do arranque atribulado, a prova de Português, realizada quarta-feira, já decorreu com normalidade na maioria das escolas.

A estreia dos exames do 9º ano em formato digital era para ter acontecido no passado ano letivo, mas a tutela acabou por decidir mantê-las em papel, por considerar que a equipa ministerial anterior, liderada por João Costa, não tinha assegurado as condições necessárias para a mudança.

Já este ano, em fevereiro, o Ministério realizou uma semana de ensaio, tendo feito na altura um balanço positivo da experiência, apesar dos "problemas residuais" então identificados.

JOANA PEREIRA BASTOS
jbastos@expresso.impresa.pt

EXPRESSO.PT
Leia a versão integral da entrevista

AICEP
Governo nomeia dois gestores em dois anos

Ricardo Arroja tem direito a indemnização. Madalena Oliveira e Silva tem mais de 70 anos, o que exigiu autorização das Finanças

Há um ano, o Governo nomeou Ricardo Arroja para "dar um novo impulso" à AICEP e dizia-se "seguro de que a nomeação [da equipa] permitirá dotar a AICEP de uma nova dinâmica". Um ano depois, Arroja é demitido pelos mesmos motivos pelos quais foi nomeado e substituído por Madalena Oliveira e Silva, a quem competirá agora "imprimir uma nova dinâmica". Ao contrário da justificação, que se repete, as decisões são inéditas. Esta é a segunda vez em dois anos que um Governo de Luís Montenegro interrompe o mandato dos líderes da AICEP. Todos os antecessores cumpriram os mandatos.

Ricardo Arroja foi nomeado em 2024 por Pedro Reis, ministro da Economia que Luís Montenegro substituiu inesperadamente por Manuel Castro Almeida, agora ministro da Economia e da Coesão Territorial (MECT), mas fontes ouvidas pelo Expresso afastam disputas territoriais nesta decisão. Com perfil mais académico e a trabalhar mais a partir do Porto, Arroja não terá conseguido conquistar a equipa, estaria afastado do setor empresarial, e pouco focado na internacionalização. Em resposta ao Expresso, o gabinete do MECT deixa a ideia implícita ao dizer que "a aposta no crescimento das exportações e na diversificação de mercados obriga a um papel mais ativo, ágil e presente por parte de quem lidera", acrescentando que "a indemnização que houver a pagar será tratada pela AICEP". Ricardo Arroja contesta esta visão e, em comunicado, diz que se desdobrou "entre múltiplas iniciativas, incluindo, para além de todo o trabalho no seio da organização, mais de 300 ações".

Madalena Oliveira e Silva, até aqui administradora, sobe à presidência. A gestora foi responsável pela área dos incentivos, que esteve sob os holofotes devido à Operação Maestro, mas o gabinete de Castro Almeida, que encomendou uma auditoria à Agência para o Desenvolvimento e Coesão, desvaloriza: "Nunca teve a responsabilidade ou a tutela das áreas de verificação de incentivos." Com mais de 70 anos, precisa de autorização das Finanças para trabalhar no Estado, e Governo garante que "estão assegurados os pareceres e autorizações necessários". O que o Governo já não esclarece é se espera que a gestora cumpra o mandato até ao fim ou se se arrisca a ser um cargo transitório.

ELISABETE MIRANDA
emiranda@expresso.impresa.pt

Media Presidente da RTP diz que mudança na direção de informação se deve a maus resultados. E prepara saída de mais 41 trabalhadores

"Não tivemos nenhuma pressão do Governo"

Texto PEDRO LIMA
Foto NUNO BOTELHO



Nicolau Santos lidera a RTP desde 2021 e está no segundo mandato, que acaba em 2026

A reestruturação em curso na RTP, com a saída anunciada de 97 trabalhadores através de rescisões amigáveis e a redução do número de direções, pretende dotar a empresa pública de rádio e televisão de "uma estrutura mais enxuta, mais capaz de responder aos desafios da transição digital", explicou em entrevista ao Expresso Nicolau Santos, presidente da RTP. E a empresa admite retomar em breve o processo de redução de pessoal, após esta primeira vaga, atendendo a que houve muitos mais trabalhadores a candidatarem-se a sair do que o previsto.

A saída de 97 funcionários vai custar €5,5 milhões, um valor que já estava provisionado e autorizado pelo Governo. O número de interessados em sair chegou a 138 — "o plano de saídas foi um sucesso", diz Nicolau Santos. Agora, a administração vai solicitar ao Governo verbas para abarcar os 41 trabalhadores que para já ficaram de fora: "Pedimos autorização ao anterior Governo — e vamos reafirmar agora junto deste — para estender este plano de saídas voluntárias a mais essas 41 pessoas, nas mesmas condições. Só que aí a RTP já não tem dinheiro, necessita que o aumento de capital de €14,29 milhões previsto, correspondente a uma dívida reconhecida do Estado para com a RTP, seja pago, pelo menos parte dele, €2,4 milhões, que é quanto custa pagar às 41 pessoas que também manifestaram interesse em sair."

Em outubro, a RTP anunciou que tinham sido identificadas 250 potenciais saídas, para o que seriam necessários €19,9 milhões. Mas Nicolau Santos refere que a administração decidiu partir o processo em dois para que não fosse necessário declarar a RTP como empresa em reestruturação. Para chegar a essas 250 pessoas, o custo das rescisões por pessoa será superior, pois estão em causa trabalhadores que já não estão tão perto da idade de reforma: "Precisamos de autorização do Governo para avançar com financiamento bancário o pagamento dos tais €14,29 milhões para que seja possível avançar ainda mais." Está também prevista a contratação de profissionais para áreas específicas: "Teremos de ter a aprovação do Ministério da Presidência, que agora nos tutela, para contratar."

RTP3 tem de melhorar

O processo de reestruturação passou também pela redução do número de direções de 39 para 28. E nas mexidas ganhou destaque a saída de António José Teixeira, exonerado pela administração do cargo de diretor de informação: "Há ciclos na vida das empresas e das pessoas, e o António José Teixeira estava há 10 anos na direção. Entendemos que era necessário dar um novo impulso, trazer novas ideias, uma nova energia para relançar a empresa também na área da informação", afirma Nicolau Santos. "Eu disse, não uma, não duas, mas três vezes, publicamente que tínhamos de fazer alguma coisa na RTP3, que continua a afundar nas audiências. Recentemente teve meio ponto de audiência, é algo que não existe. Temos um problema na RTP3 e temos de o resolver. Não me dou por vencido e mais, dentro do caderno de encargos que apresentei ao diretor indigitado, um deles, está lá claramente, é recuperar a RTP3 e colocá-la num patamar mais condigno. Não podemos aceitar que todos os canais por cabo que concorrem diretamente connosco estejam claramente à nossa frente e nós cada vez estejamos mais para trás. Na avaliação que fizemos à direção de informação verificámos que foi algo que infelizmente não correu bem."

Rejeitando quaisquer pressões políticas, o presidente da RTP adianta que "não tivemos, nem dos anteriores Governos nem deste, até agora nenhuma pressão para fazer qualquer coisa, sobretudo fazer alguma coisa do ponto de vista editorial".

ESTE ANO A RTP DEVERÁ TER UM PREJUÍZO DE €18,2 MILHÕES, INTERROMPENDO 15 ANOS CONSECUTIVOS DE LUCROS

A exoneração de António José Teixeira não leva à exoneração dos restantes membros da direção de informação, explica Nicolau Santos, o que significa que Vítor Gonçalves, indicado para o cargo — e que será ouvido no dia 2 de julho na Entidade de Reguladora para a Comunicação Social (ERC) —, poderá manter os outros membros da direção se assim entender.

O jornalista foi exonerado do cargo e não despedido, pelo que a RTP continua a contar com ele. "É algo que não põe em causa, seguramente, as competências do António José Teixeira. Esperamos que ele continue a trabalhar na RTP, que tenha eventualmente um programa como o '60 Minutos' e continue como comentador."

Neste momento a empresa tem investimentos em curso à volta de €16 milhões na remodelação de instalações, nomeadamente os estúdios, e na compra de material. Para toda a reestruturação e investimentos previstos, Nicolau Santos refere que foi pedido e já autorizado pelo Governo um financiamento de €40 milhões. Este ano a RTP deverá ter um prejuízo de €18,2 milhões — interrompendo 15 anos consecutivos de lucros. O regresso aos lucros deverá acontecer em 2027.

plima@expresso.impresa.pt

NO FIM ERA O VERBO

PRÉMIO QUEM É DURO COM A IMIGRAÇÃO, QUEM É?
"Chegou o momento de o Chega contribuir com o seu voto para que haja uma regra para controlar a imigração em Portugal"
António Leitão Amaro
Ministro da Presidência no debate parlamentar sobre a Lei da Nacionalidade

PRÉMIO APOSTA SEGURA
"Criou-se uma onda de adesão de tal ordem a Seguro que o PS, claramente, acabará a apoiá-lo quando quiser apoiar, na altura própria"
Francisco Assis
Eurodeputado do PS

PRÉMIO CAPACIDADE DE ANTECIPAÇÃO
"Aquilo que a Judiciária está a fazer já a Câmara fez"
Isaltino Morais
Presidente da Câmara de Oeiras sobre buscas no município

PRÉMIO ENVELHECIMENTO ATIVO
"Al-Nassr forever!"
Cristiano Ronaldo
Futebolista sobre renovação com clube saudita até 2027

PRÉMIO INTOXICAÇÃO ALIMENTAR
"Não há recurso das declarações do Ministério Público. Só náusea"
José Sócrates
Ex-primeiro-ministro e principal acusado na Operação Marquês em reação a entrevista do procurador-geral da República

PRÉMIO DÚVIDA METÓDICA
"Se houver fundamento para abrir inquérito, nós abriremos inquérito, como é evidente"
Amadeu Guerra
Procurador-geral da República sobre averiguação preventiva à empresa Spinumviva, de Montenegro, em entrevista ao "Observador"

PRÉMIO NÃO ERA SUPOSTO SER IDOLATRADO?
"A sensação que tive foi a de que, se a polícia não me tivesse protegido, aquela excitação poderia ter resultado em alguma agressão física"
Henrique Gouveia e Melo
Candidato presidencial ouvido no julgamento sobre injúrias e tentativas de agressão de que foi alvo durante a pandemia

PRÉMIO GUIA TURÍSTICO 2025
"Gosto de Espanha. Conheço muita gente em Espanha. É um grande lugar e são grandes pessoas"
Donald Trump
Presidente dos EUA depois de ameaçar Espanha com tarifas por exceção

JOÃO SILVESTRE
jsilvestre@expresso.impresa.pt

EM DESTAQUE **MÉDIO ORIENTE**



Ataques Para lá dos troféus de curto prazo para Washington, os danos da última semana para a ordem internacional podem ser estruturais

A 'paz pela força' pode trazer mais guerras



FOTOS GETTY IMAGES





CATARINA MALDONADO VASCONCELOS

Tão depressa como começou (com uma imponente operação designada por "Martelo da Meia-Noite"), terminou. A participação dos Estados Unidos na guerra com o Irão foi encerrada com um anúncio de cessar-fogo que irritou as duas partes beligerantes. Num primeiro momento, o primeiro-ministro israelita, Benjamin Netanyahu, retribuiu o favor a Donald Trump (que aceitou atacar as bases nucleares iranianas), concedendo-lhe uma vitória política — inquestionável.

Mesmo esquecendo que a capacidade inerente do Irão para desenvolver armas nucleares sobreviverá aos acontecimentos dos últimos 12 dias, a vitória de dimensão global proclamada pelo Presidente americano pode, afinal, ser apenas de muito curto prazo. "Trump está a ter uma boa semana, mas o seu uso da força contra o Irão pode voltar para assombrá-lo", afirma Richard Gowan, que supervisiona o trabalho de direito internacional do International Crisis Group na ONU.

Trump interrompeu as mais recentes negociações com o Irão, durante as quais o enviado especial dos Estados Unidos, Steve Witkoff, propôs um acordo para salvar a reputação, que permitiria a Teerão enriquecer urânio como parte de um consórcio regional fora do país. "A curto prazo, acredito que outras potências, como a Rússia, estarão mais desconfiadas de negociar com Trump, uma vez que ele parece pouco fiável, porque alternou entre a diplomacia com o Irão e o uso da força a alta velocidade", refere Gowan.

O Presidente dos Estados Unidos prometeu, enquanto candidato, que iria acabar com as guerras e instaurar a paz mundial durante um segundo mandato na Casa Branca. "[Biden] vai levar-nos à Terceira Guerra Mundial, e estamos mais perto dela do que qualquer um pode imaginar", acusou, em campanha.

Reviravolta de Trump

Usar o armamento pesado dos Estados Unidos para ajudar Israel na sua ofensiva contra o Irão pode ser interpretado como uma reviravolta completa face a este discurso. Não fica apenas em causa o afastamento da corrente de pensamento neoconservadora que levou Washington à guerra no Iraque, mas também o consenso pós-Segunda Guerra Mundial de que os americanos deveriam ajudar a promover a diplomacia em todo o mundo.

"Ninguém tem a certeza se alguma vez acreditou na diplomacia, já que Trump gosta de ser imprevisível, mas, em última análise, o seu comportamento errático pode fazer com que outros Estados estejam menos dispostos a envolver-se em conversas sérias com Washington e temerão que ele os traia, como fez com o Irão", explica Gowan.

Embora a estratégia de 'paz pela força' ou diplomacia coerciva de Trump possa gerar ganhos táticos a curto prazo — como a contenção temporária do programa nuclear iraniano —, as implicações a longo prazo são muito mais desestabilizadoras. A guerra de 12 dias entre os Estados Unidos, Israel e o Irão "alterou decisivamente o cenário estratégico do Médio Oriente e teve repercussões em toda a ordem internacional", corrobora Christoph Bluth, analista britânico de relações internacionais e defesa da Universidade de Bradford.

Ao desconsiderar os aliados tradicionais (como a União Europeia e a Ucrânia), tratados e normas jurídicas internacionais, a abordagem de Trump pode "erodir o próprio sistema que impede a agressão e preserva a estabilidade global", prossegue. As suas táticas foram aplicadas de forma muito limitada a um país que não podia retaliar facilmente. Por esse motivo, a lição a tirar é que vale a pena atravessar o limiar nuclear: "Adote o nuclear o mais rapidamente possível ou, caso contrário, corre o risco de ser atacado", sintetiza Bluth.

"UM SINAL MUITO FORTE ESTÁ A SER ENVIADO AO MÉDIO ORIENTE E AO MUNDO", AFIRMA A PERITA HEATHER HURLBURT

Instituições debilitadas

Até Israel, que demonstrou supremacia militar, pode enfrentar ameaças intensificadas no futuro. Os Estados do Golfo quererão cada vez mais proteger-se, procurando acordos de armamento e diversificando os laços de segurança. "Globalmente, a guerra minou as normas jurídicas internacionais, fraturou a unidade entre os Estados Unidos e a Europa e enfraqueceu a credibilidade de instituições multilaterais como a ONU e a Agência Internacional para a Energia Atómica", aclara o analista britânico. Entretanto, a Rússia e a China esperam uma oportunidade. "O precedente de ataques preventivos e o fracasso da diplomacia potencialmente encorajarão outros Estados a considerar a força ou a dissuasão nuclear como ferramentas viáveis, acelerando a instabilidade global e erodindo a ordem baseada em regras", argumenta o professor da Universidade de Bradford.

No primeiro mandato, em 2017, Trump realizou ataques unilaterais com mísseis contra a Síria, e mandou assassinar o general iraniano Qassem Soleimani. Mas esta é uma nova escalada que vem inverter por completo a ideia "America First". O Irão e os seus aliados não saem vingados da guerra dos 12 dias. "Os ataques aéreos americanos vêm legitimar ainda mais o uso preventivo da força", destaca Rose Kelanic, do *think tank* Defense Priorities.

Ainda que se possa defender que nada mudou, e que a volúpia bélica já era a norma, um Presidente dos Estados Unidos errático só adiciona camadas de instabilidade ao mundo, aliado a um reforço de líderes com objetivos expansionistas, como Netanyahu. "Há já algum tempo que vivemos num mundo muito instável, e instituições internacionais como as Nações Unidas deixaram de ser eficazes", avalia John Strawson, perito em Estudos do Médio Oriente na University of East London.

A médio prazo, os países da região — bem como os seus povos, presos em ciclos de militarização e violência — enfrentam os mesmos dilemas. "Um sinal muito forte está a ser enviado ao Médio Oriente e ao mundo de que a Administração Trump valoriza as demonstrações de força e os êxitos televisionados, em detrimento do direito internacional e da diplomacia discreta", aponta Heather Hurlburt, da Chatham House, que investiga a política externa dos Estados Unidos. "Não devemos ficar surpreendidos quando outros líderes fizerem o mesmo", diz.

cmvasconcelos@expresso.impresa.pt

LAJES Questionar Governo sobre utilização da base da Terceira é "legítimo", mas "autonomia para recusar" operações dos EUA é "muito limitada"

REVISTA Leia na Revista E "Benjamin Netanyahu — uma jornada pelo vale das sombras" R12 >>









GUERRA Trump tem sido errático e pode causar instabilidade (em cima); palestinianos continuam a morrer à fome em Gaza, e iranianos choram os seus mortos (à esq.); centro nuclear iraniano de Isfahan, depois dos bombardeamentos (à dir.)

Nuclear obliterado, danificado ou apenas atrasado?

Trump e a CIA contradizem avaliação inicial do Pentágono. Teerão desvaloriza resultado dos ataques

A sobrevivência do programa nuclear iraniano parece envolta em toneladas de terra, escombros, pedra e poeira que as 14 bombas americanas lançadas no domingo sobre Fordow — joia da coroa das instalações nucleares do regime de Teerão — levantaram nas terríficas explosões. Segundo o Presidente Donald Trump, o programa terá sido "completamente obliterado". Um documento da Agência de Informações de Defesa (secção do Pentágono especializada em informações militares, uma de 18 nesta área nos Estados Unidos) analisado por "The New York Times", "The Washington Post" e CNN sugeria que o programa iraniano fora atrasado alguns meses pelos bombardeamentos americanos e israelitas.

Uma questão essencial é que este tipo de bombardeamento nunca tinha sido feito. Jamais essas bombas, capazes de penetrar dezenas de metros no subsolo e depois explodir, tinham sido lançadas contra um complexo que se crê robustamente fortificado para destruir centenas ou milhares de centrifugadoras nucleares. A avaliação final dos impactos militares da "guerra dos 12 dias" pode levar semanas a confirmar, com avaliação de múltiplas imagens de satélite e contacto com testemunhas locais.

Urânio em parte incerta

Muitos analistas militares corroboram as versões de "obliteração total". Cientistas como o diretor-geral da Agência Internacional de Energia Atómica (AIEA), Rafael Grossi, sugere "danos significativos", e que o programa tenha retrocedido muitos meses, se não anos. Avaliação semelhante faz a unidade de informações das forças armadas israelitas.

Grossi confessou que a AIEA perdeu o rasto às centenas de quilos de urânio enriquecido mesmo antes de Israel ter desencadeado os seus bombardeamentos, e que provavelmente o material tenha sido transferido para local seguro. O diretor da CIA, John Ratcliffe, veio defender Trump: "Temos um conjunto de indícios que mostram que o programa nuclear iraniano foi severamente danificado. Precisarão de anos até poderem reconstruir as instalações."

Esta semana o chefe da diplomacia iraniana, Abbas Araghchi, voltou a confirmar que o Irão poderá sair do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (NPT, na sigla inglesa), que legitima o potencial bélico nuclear para os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, mas proíbe outros de o conseguirem.

Parlamento iraniano aprovou uma lei que cancela toda e qualquer colaboração com a AIEA

O Parlamento do Irão aprovou, quarta-feira, uma lei que cancela toda a colaboração com a AIEA, o que significa o fim de todos os sensores, visitas técnicas e protocolos de troca de dados. Doravante, será mais difícil obter informação do que se passe nas instalações nucleares do Irão.

Trump surpreende

Esta semana Trump voltou a surpreender, anunciando uma reunião com o Irão para breve. Tal encontro interessa aos iranianos: legitima o regime, fragilizado com a pesada derrota militar, aos olhos da comunidade internacional. E Teerão quererá garantias de que Israel não continuará a bombardear.

"Conseguirá Trump convencer Netanyahu a não realizar mais ataques preventivos, agora que tem total liberdade de ação nos céus iranianos?", pergunta Ellie Geranmayeh, um especialista do Médio Oriente no *think tank* European Council on Foreign Relations. "Se ele conseguir parar Netanyahu, talvez os iranianos estejam dispostos a negociar seriamente com os americanos."

JOSÉ PEDRO TAVARES
Correspondente em Ancara
internacional@expresso.impresa.pt

Diálogo fica a perder e ninguém quer saber de Gaza

A guerra com o Irão não paralisou os ataques de Israel na Palestina. Pode ter dado novo fôlego a Netanyahu

Durante a guerra de 12 dias entre Israel e o Irão, mais de 800 palestinianos foram mortos na Faixa de Gaza pelas forças israelitas, muitos deles enquanto esperavam em pontos de distribuição de comida e de ajuda humanitária. Assim que as hostilidades com Teerão chegaram ao fim, após o acordo de paz anunciado por Donald Trump na segunda-feira, as atenções voltaram-se para o enclave palestiniano. "O exército israelita voltou a concentrar-se em Gaza para trazer os reféns para casa e desmantelar o regime do Hamas", declarou o chefe do Estado-maior, tenente-general Eyal Zamir.

Já passaram três meses desde o fim do cessar-fogo entre Telavive e o Hamas — e 20 meses desde o início da agressão em Gaza —, e as negociações para alcançar novas tréguas mantêm-se infrutíferas. Se Telavive exige o desmantelamento e a aniquilação do Hamas, além do regresso de 50 reféns (30 dos quais estarão mortos), o movimento islamita quer a retirada das tropas israelitas e paz permanente no território que governa há duas décadas.

Hamas sob pressão

"Continuam a existir enormes obstáculos a um acordo, mas os ventos podem estar a mudar, por fim", considera Sean Foley, perito em História do Médio Oriente. "O Hamas tem sido alvo de críticas crescentes a nível interno por causa da guerra e, com o fim do conflito israelo-iraniano, começam a colocar-se questões sobre os resultados alcançados pelo grupo desde outubro de 2023. Em Israel, continua a haver pressão para

Exército israelita matou 500 civis que esperavam por comida e ajuda no último mês, diz a ONU

trazer os reféns para casa, mas a posição política de Netanyahu melhorou muito com o conflito no Irão, onde é visto como um grande vencedor."

As conversações estão a ser mediadas pelo Catar, Estados Unidos e Egito, e, para Eugene Rogan, professor de História Moderna do Médio Oriente na Universidade de Oxford, "os atores externos são o único meio de conduzir Israel e o Hamas a uma nova trégua". Prossegue o perito: "Os Estados Unidos têm a maior influência e o Presidente Trump tem mostrado vontade de ser enérgico com Israel, como demonstrou no cessar-fogo com o Irão. Será necessária uma abordagem muito forte para forçar o fim das hostilidades."

Embora o conflito com o Irão pareça ter dado fôlego a Netanyahu, Israel não pode reclamar "vitória estrondosa" sobre Teerão. Pelo contrário, demonstrou "fraqueza" em certas áreas. Quem o diz é Ori Goldberg, investigador e académico israelita especializado no poder regional do Irão, e um dos maiores críticos do Governo do seu país, cujas ações em Gaza classifica como genocidas. "Mesmo com a ajuda americana, não é certo que as capacidades do Irão tenham ficado arrasadas. O regime não caiu, o mundo não se uniu em redor de Israel, o ataque foi ilegal, segundo o direito internacional, os mísseis iranianos foram capazes de quebrar defesas e chegaram perto de

"A triste e cínica verdade é que ninguém se importa com os palestinianos", diz Ori Goldberg

locais estratégicos", resume. Admite que "Israel continua capaz de demonstrar força, assassinou quase toda a gente que queria, mas não está mais forte aos olhos do mundo".

Com 400 quilos de urânio em parte incerta e quando o regime precisa urgentemente de restabelecer a credibilidade de dissuasão, "um Irão enfraquecido pode ser mais perigoso e sentir-se mais pressionado do que nunca a avançar depressa para obter uma arma nuclear", diz a investigadora Mona Yacoubian, especializada em Médio Oriente no Centro de Estudos Internacionais e Estratégicos.

Mediação enfraquecida

Netanyahu tem dito que o seu país pode remodelar o equilíbrio de poder no Médio Oriente e emergir como um dos principais, se não o único ator dominante. "Israel consegue enviar uma mensagem ameaçadora às capitais regionais: 'o nosso braço longo está aqui e podemos chegar a qualquer lugar'", analisa Amr Hamzawy, diretor do Programa do Médio Oriente do Carnegie Endowment for International Peace.

No campo da diplomacia, a Arábia Saudita, o Egito, a Turquia, os Emirados Árabes Unidos e o Catar — principais potências mediadoras da região — estão a perder. Desde outubro de 2023, têm tentado deter a progressão da guerra em todas estas frentes: Palestina, Líbano, Síria e Iémen. "A triste e cínica verdade é que ninguém se importa com os palestinianos. Não faz sentido fingir o contrário, mas isso não quer dizer que a diplomacia esteja morta no Médio Oriente", remata Goldberg.

ANA FRANÇA e MARA TRIBUNA
afranca@expresso.impresa.pt

EXPRESSO.PT NATO volta a salvar-se de Trump, mas Macron avisa para "aberração" transatlântica



Mark Rutte congratulou-se, na Cimeira da NATO, com o compromisso de Montenegro com os 2% já este ano FOTO YVES HERMAN/REUTERS

Defesa à procura de pelo menos mais €300 milhões no Estado

Montenegro disse que faltavam mil milhões para os 2% em Defesa. **Mas não chegam**



VÍTOR MATOS
enviado a HAIA

Luís Montenegro sentou-se na Cimeira da NATO, em Haia, ao lado do "*daddy*" Donald Trump e dos outros 31 líderes da Aliança Atlântica, com a garantia de que Portugal vai acelerar a marcha para atingir o valor de 2% do produto interno bruto (PIB) em despesas militares este ano, alinhando pelos mínimos com os restantes Estados-membros. Para chegar a essa meta até ao fim de 2025, e ficar a par das outras sete nações retardatárias, o primeiro-ministro português admitiu que ainda falta acrescentar "à volta de mil milhões de euros, talvez um pouco menos", ao que estava previsto gastar com as Forças Armadas. Mas esse valor não será suficiente para atingir o compromisso reafirmado em Haia: o Expresso apurou junto do primeiro-ministro que "a parte sobrante se refere, sobretudo, à reclassificação de despesas" já realizadas pelo Estado e que sejam contabilizadas pelos critérios da NATO.

O Governo terá, assim, de identificar e reclassificar como gastos relacionados com Defesa um conjunto de despesas existentes, que podem ir dos €300 milhões aos €500 milhões, dependendo do cálculo do valor do PIB de 2025, segundo as contas do Expresso. Montenegro recusou, numa entrevista à RTP, que isto fosse "contabilidade criativa", porque se enquadra nos critérios contabilísticos da Aliança. Como deixou transparecer em Haia, sabe que o objetivo será muito difícil de alcançar este ano, mas garante que o Governo fará o possível para chegar à meta, antecipada por fatores "supervenientes" — leia-se, a eleição de Trump.

As despesas para engordar o reporte à NATO — que já inclui parte da GNR e as pensões dos militares —, estão a ser analisadas por uma equipa interministerial que estava a trabalhar na captação de investimentos, e que junta os Ministérios da Defesa Nacional, dos Negócios Estrangeiros, da Economia, e da Educação. A própria Aliança ainda não lançou o relatório com a estimativa dos gastos dos países para o ano corrente, que a esta altura costuma ser publicado, sobretudo quando há cimeiras.

De resto, as dificuldades do Governo em chegar ao objetivo são mais práticas do que financeiras, pois as verbas estarão disponíveis na dotação provisional do Ministério das Finanças. O problema é como executar essa despesa até ao fim do ano, sobretudo para a aquisição de meios. Luís Montenegro falou numa antecipação das verbas da Lei de Programação Militar (LPM) — que define e calendariza as compras de armas e equipamento das Forças Armadas —, mas até ao fim do ano não há tempo para lançar novos concursos e fazer as adjudicações. Aliás, o primeiro-ministro até explicou que adquirir material militar não é o mesmo que comprar um automóvel. E voltou a falar na necessidade de "agilizar os processos de contratação", para já sem data para se alterar a legislação.

Portugal não vai "gastar à grande". Montenegro não quer passar os 2% do PIB em Defesa até 2029

O plano para este ano não é totalmente claro. Montenegro tem falado no esforço com os recursos humanos, que começaram a ser aumentados o ano passado, e cujos subsídios e acréscimos salariais são faseados até 2026. Na entrevista à RTP desta quarta-feira, o primeiro-ministro falou também da necessidade "de modernizar as viaturas Pandur" (blindados de rodas) e de "olhar para os navios de patrulha oceânica" ou aproveitar as vantagens que o país já tem "na capacidade de construção de aeronaves, como os KC-390". Mas estes não são processos novos: estão todos em andamento.

Europa avisa para contas

Se a meta para este ano é difícil, Montenegro saiu de Haia com um encargo maior. Os aliados concordaram em aumentar os gastos com Defesa para os 3,5% do PIB nos próximos dez anos, a que se somam 1,5% de investimentos na resiliência de infraestruturas de uso civil e militar. Portugal comprometeu-se, mas não vai "gastar à grande", como dizia o secretário-geral da NATO, Mark Rutte, na mensagem bajuladora enviada a Trump, a quem depois chamou *daddy*. O ritmo será lento. O primeiro-ministro assumiu querer chegar ao fim da legislatura, em 2029, com os gastos militares na casa dos 2%, para o Governo seguinte apontar aos 3,5% até 2035, se a meta se mantiver.

A diplomacia portuguesa foi das que mais se bateram para que não houvesse metas anuais, senão os contribuintes seriam sujeitos a um ritmo de €450 milhões de acréscimo anual em gastos militares ao longo de uma década. Portugal também foi um dos que advogaram uma revisão em 2029, data que coincide com a saída de Trump da Casa Branca, o que pode alterar o "ambiente estratégico" de que falava a declaração final. Depende de quem lhe suceder.

Agora, o Governo debate-se em dois planos, o financeiro e o da opinião pública. Do lado dos eleitores, um inquérito a 12 países europeus do European Council on Foreign Relations, concluiu que os portugueses são dos mais favoráveis à NATO, defendem um aumento dos gastos com Defesa e até o regresso do serviço militar obrigatório. Do outro lado, o Conselho de Finanças Públicas avisou que a meta dos 2% arrisca provocar um défice já em 2026, e esta semana o Conselho Orçamental da UE pediu um "plano sólido" para compensar o acréscimo na despesa militar. O Governo também solicitou à Comissão Europeia a ativação da cláusula para estas despesas não contarem para o procedimento por défice excessivo. Montenegro tem garantido que o Estado Social não será afetado e que o investimento favorecerá a indústria e a economia.

vmatos@expresso.impresa.pt

NÚMEROS

54%
dos portugueses são a favor do aumento dos gastos na Defesa

49%
dos portugueses defendem a reintrodução do serviço militar obrigatório

66%
dos portugueses temem o colapso da NATO

FONTE: INQUÉRITO EM 12 PAÍSES EUROPEUS DO EUROPEAN COUNCIL OF FOREIGN RELATIONS. FORAM REALIZADAS 1010 ENTREVISTAS EM PORTUGAL, ENTRE 16 E 28 DE MAIO

Europa tenta acordo com Trump nas tarifas

Suspensão termina a 9 de julho. Líderes querem aproveitar acordo na NATO para facilitar negociações

Fazer a vontade a Donald Trump, na Cimeira da NATO, em Haia, abriu a perspetiva junto de alguns líderes europeus de que está aberto o caminho para um entendimento capaz de pôr fim à guerra de tarifas lançada pelo norte-americano à UE. "Penso que, após o acordo de ontem sobre os 5% (de investimento em defesa), a tarifa ideal seria 0%", afirmou esta quinta-feira o primeiro-ministro neerlandês, Dick Schoof, à chegada à reunião do Conselho Europeu, em Bruxelas. Já no dia anterior, Emmanuel Macron tinha chamado de "aberração" a uma guerra comercial entre aliados, argumentando que mina o crescimento económico e consequentemente o investimento em Defesa.

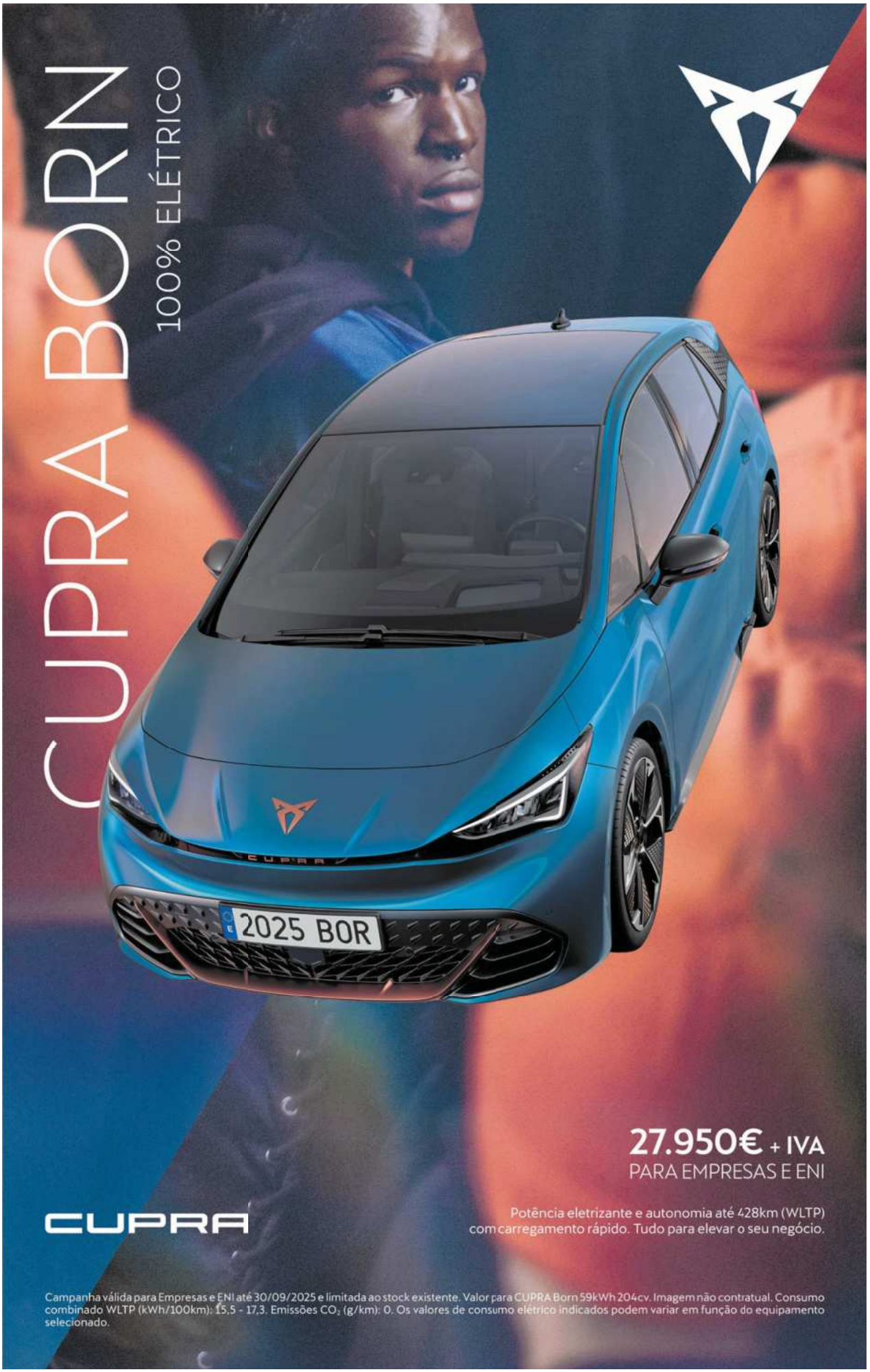
Os chefes de Estado e de Governo dos 27 países europeus voltaram ao tema da defesa e das relações com Trump, um dia depois de a maioria dos líderes europeus ter estado em Haia.

Só que a negociação comercial com Washington está nas mãos da Comissão Europeia de Ursula von der Leyen, que é quem tem mandato para negociar em nome de todos. O chanceler alemão, Friedrich Merz, veio já dizer que "apoia a Comissão em todos os esforços para chegar rapidamente a um acordo com os EUA". O tempo está a contar. A 9 de julho termina a pausa de 90 dias dada para a aplicação das tarifas recíprocas de Trump. O primeiro-ministro croata estima que "é o tempo suficiente" para se "encontrar uma solução". Já o belga Bart de Wever avisa que "com o Presidente dos EUA nunca se sabe qual será o seu estado de espírito", o que é, "no mínimo, cansativo."

A UE está unida no braço de ferro comercial com Trump, mas longe de um entendimento no que toca à relação com Israel. Todos reconhecem que a situação humanitária em Gaza é dramática, mas não se entendem quanto a medidas para pressionar Netanyahu. Sánchez volta a pedir que a UE suspenda o acordo que gere as relações com Israel, argumentando com o relatório recente de Bruxelas que conclui que Telavive terá violado os direitos Humanos em Gaza.

Países como Alemanha, Bélgica, Luxemburgo estão contra ir tão longe e o primeiro-ministro austríaco diz que "os canais de negociação devem manter-se abertos", uma posição já defendida também pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulo Rangel.

SUSANA FREXES
Correspondente em Bruxelas
internacional@expresso.impresa.pt


CUPRA BORN
100% ELÉTRICO
2025 BOR
27.950€ + IVA
PARA EMPRESAS E ENI
Potência eletrizante e autonomia até 428km (WLTP)
com carregamento rápido. Tudo para elevar o seu negócio.
CUPRA
Campanha válida para Empresas e ENI até 30/09/2025 e limitada ao stock existente. Valor para CUPRA Born 59kWh 204cv. Imagem não contratual. Consumo combinado WLTP (kWh/100km): 15,5 - 17,3. Emissões CO_2 (g/km): 0. Os valores de consumo elétrico indicados podem variar em função do equipamento selecionado.



Texto LILIANA VALENTE
Foto MATILDE FIESCHI

PS José Luís Carneiro vai ser eleito secretário-geral do PS este fim de semana

Um "ponderado" em busca do caminho

José Luís Carneiro rema muitas vezes contra as probabilidades. Começou a caminhada para a liderança do PS com quase 40% dos votos em 2023, mas muitos leram aquela marca na casa de partida mais como uma votação anti-Pedro Nuno Santos do que sinal de adesão à sua personalidade ou projeto político. Desta vez chega à eleição para secretário-geral do partido, que se realiza este fim de semana, sem alguns apoios, mas com o aparelho do seu lado, e isso garante-lhe bilhete direto para o lugar que almejou. Diz que o faz por "dever", mas também por ter condições para liderar o PS neste momento difícil, depois da hecatombe eleitoral de maio.

Foi há quase 20 anos que entrou na política executiva com os dois pés. Depois de uma tentativa falhada em 2001, à segunda, como agora para a liderança do PS, Carneiro tornava-se presidente da Câmara Municipal de Baião com mais de 50% dos votos. Não será o primeiro secretário-geral do partido que foi autarca, mas é o primeiro que iniciou o caminho político por ali: nas bases e num concelho de pequena dimensão. "Subiu a corda a pulso", diz Carlos Zorrinho, ex-eurodeputado e agora candidato à Câmara de Évora, um dos apoiantes de sempre de Carneiro. É também essa imagem de homem que corre na pista de fora, que faz o caminho da interioridade para o cosmopolitismo ou das bases para ser aceite pelas elites que pode agora fazer caminho no PS.

Na leitura do próprio, é também o vingar da sua metodologia e da "diversidade" de experiências — como autarca, em primeiro lugar, mas também como membro do Comité das Regiões, como secretário de Estado das Comunidades, como ministro da Administração Interna e também como secretário-geral-adjunto do PS. Mais do que ideologia, foca muito a leitura de si próprio no método que emprega. Diz que é um "reformista" pelo "graduallismo" que incute, não de rutura: "Por regra, fiz o diagnóstico de uma situação, identifiquei os constrangimentos e avancei com propostas."

É por isso mais difícil defini-lo ideologicamente do que a antecessores. "Parte da prática para a matriz política, e isso dá-lhe mais autenticidade", lê Zorrinho. Não é desprovido de ideologia política, diz Carneiro, mas revê-se mais no lado pragmático [de Soares e Costa]. Não tem dúvida de que é "de centro-esquerda", com toda a amplitude que a expressão tem, e que vai ainda recolher inspiração a António Guterres. "Somos o resultado desses contributos" dos ex-secretários-gerais. Um "ponderado" no "processo de decisão", porque não gosta de ser classificado de "moderado".

Não se candidata para fazer uma renovação do PS, mas não deixou por voz alheia as críticas às elites, defendendo que os dirigentes "gostam excessivamente de se ouvir a si mesmos e uns aos outros" e que isso os distancia "do que pensa o povo". "Por vezes têm a tentação de falar, falar muito, falar sempre", e Carneiro prometeu "ouvir e dar a voz às pessoas". Apesar da crítica, garante que não fará um caminho de bases contra elites e que quer "criar uma base de diálogo e entendimento entre as diversas sensibilidades". "Repudio essa dicotomia", afirma ao Expresso, lembrando que foi professor universitário de 1995 a 2005 na Universidade Lusíada e que a sua tese de mestrado é exatamente sobre esse tema.

Tem ao seu lado o aparelho preocupado com as autárquicas, que virou 180 graus num ápice com a saída de Pedro Nuno. Já se foi distanciando algumas vezes do ex-líder e quer diferenciar-se ainda mais baixando a temperatura e procurando mais consensos.

"Liderança transformacional"

A marca que escolheu para *slogan* — "Ouvir e dar voz às pessoas" —, tem por base a sua ideia de raras vezes ter um posicionamento fechado quando parte para uma tentativa de compromisso. Ouvindo José Luís Carneiro, é fácil ouvir as expressões "diálogo democrático" ou "estabilidade". Mas o que querem dizer na estratégia do futuro líder do PS? Para já, é um livro aberto, apenas assente nos princípios e valores fundacionais do partido, mas com elasticidade para uma adaptação ao "século XXI". "Há matérias sobre as quais tenho ideias aprofundadas desde há muito tempo", em particular sobre a reforma do Estado, economia e domínio da saúde, garante.

Nessas propostas o Estado entra como pedra basilar. Por exemplo, quer uma reforma nos municípios que passe por dar mais poder aos executivos camarários, para facilitar a construção de maiorias nas câmaras. Defende maior autonomia nos cuidados de saúde primários, mudando modelos de gestão. "Tem uma visão muito forte de envolvimento dos sectores da economia, no sentido de depois haver uma redistribuição, mas a partir do território", diz Zorrinho.

Mais do que começar com ideias à partida, Carneiro quer praticar uma "liderança transformacional", que, explica, significa que o líder tem um "visão onde quer chegar" e que as propostas nascem através da mobilização de quem está com ele. Quem o conhece recusa que este modo de agir possa significar um cheque em branco, mais apoiado na tecnicidade e metodologia do que na ideologia, garantindo que o PS não se desviará da sua matriz, mesmo com temas sensíveis como os que estão em cima da mesa. E disso quis dar provas ainda na liderança de Pedro Nuno, quando o ex-líder numa entrevista ao Expresso alterou a posição do partido sobre imigração, Carneiro foi crítico, mantendo a defesa da manifestação de interesse e da política dos Governos de António Costa. Já na semana passada fez uma defesa da honra para dizer que não tinha sido o pai do desmantelamento do SEF, mas sim concluído a política que já vinha de trás, aprovada no único Governo de Costa de que não fez parte (o segundo, quando era secretário-geral-adjunto do PS).

Não foi vocal ou sequer respondeu aos apelos de afastamento do candidato do PS a Benavente, que recusava a construção de uma mesquita em Samora Correia. "Foi dito o que não devia ter sido dito. O próprio já esclareceu que a construção não devia ser naquele local, porque há um projeto de requalificação urbana, e que é defensor da liberdade religiosa



e de culto", respondeu ao Expresso (ver ao lado).

Como ponto de partida, acenou a Montenegro com cinco compromissos em áreas como a política externa e europeia, Defesa, Segurança, Justiça e organização do Estado. Ficou sem resposta. Por ora o Governo prefere tratar de outros temas que queimam, e Carneiro vai geri-los com pinças para poder construir na sombra uma alternativa. Não quer precipitar-se, mas acredita que os tempos políticos estão tão acelerados que pode ter de ir a jogo mais cedo do que se espera. Num plano político que se inclinou à direita, Carneiro quer usar a sua experiência para se posicionar. "É evidente que não podemos aceitar que sejam fragilizados os alicerces do Estado de direito", diz como princípio que o guia. Depois, caso a caso, analisará a sua posição.

lvalente@expresso.impresa.pt

O futuro líder do PS esta quinta-feira a sair de um café no Largo do Rato, em Lisboa

PSD deixará o PS escolher próximo provedor

Bloco Central nas nomeações precisa de votos de Livre ou liberais. Há dezenas de nomes a mudar

PSD e PS estão de candeias às avessas nos *dossiers* da imigração e do IRS, mas o mesmo já não se passará quanto à escolha de personalidades a eleger pelo Parlamento para diversos órgãos de Estado, começando pelo nome que ocupará o de provedor de Justiça, cargo vago com a nomeação de Maria Lúcia Amaral para ministra da Administração Interna.

Neste caso, o PS reivindica o direito de fazer essa escolha, no contexto de uma tradição com décadas entre os dois partidos, segundo a qual quando o PSD tem como 'seu' o presidente do Conselho Económico e Social (é o caso, atualmente, com Luís Paes Antunes), os socialistas ficam com o direito de indicar a personalidade que ocupará o lugar de provedor de Justiça.

O PSD estará disposto a aceitar o princípio de que agora devem ser os socialistas a escolher quem o Parlamento elegerá para substituir Maria Lúcia Amaral. Os sociais-democratas, além disso, inclinam-se também para concordar com a ideia de José Luís Carneiro de que esse conjunto de escolhas deve ser objeto de uma negociação global — e não de forma avulsa, caso a caso.

A velha tradição, assim, parece ter condições para se continuar a cumprir — só que há um problema: ela vem de um tempo em que os dois partidos facilmente somavam dois terços dos votos no Parlamento. Ora, esse tempo acabou nas últimas eleições legislativas. Para que PSD e PS consigam maioria qualificada sem recorrer ao Chega é preciso que a essa maioria ou se some a IL (nove deputados) ou o Livre (seis deputados).

A lista de órgãos externos a eleger pela Assembleia da República é muito extensa e em vários casos requer a tal maioria qualificada de dois terços a favor. Para já, a urgência está em preencher a vaga no cargo de provedor de Justiça e também em escolher os cinco representantes do Parlamento no Conselho de Estado. Também há cinco juízes do Tribunal Constitucional em fim de mandato.

Depois, quando os mandatos atualmente em curso começarem a terminar, os deputados terão de eleger, pela mesma maioria, o presidente do Conselho Económico e Social, três "cidadãos de reconhecida idoneidade" para o Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa e outros tantos para o Conselho de Fiscalização do Sistema Integrado de Informação Criminal, sete vogais e três suplentes para o Conselho Superior da Magistratura, dois deputados para o Conselho Superior de Defesa Nacional, dois deputados e dois suplentes para o Conselho Superior de Informações, outros dois deputados para o Conselho Superior de Segurança Interna, três cidadãos para a Entidade Fiscalizadora do Segredo de Estado e quatro membros e um revisor oficial de contas para a Entidade Reguladora para a Comunicação Social.

Ao todo, 44 personalidades, a que se irão somar dezenas de outras nos órgãos que o Parlamento pode eleger apenas por maioria absoluta.

PSD vai ao encontro do PS na recusa de negociações caso a caso. Acordo global em perspetiva

JOÃO PEDRO HENRIQUES e PAULA CAEIRO VARELA
jphenriques@expresso.impresa.pt

No fio da navalha com aproximações autárquicas ao Chega

José Luís Carneiro promete convenção autárquica que comprometa candidatos com políticas inclusivas

Embora numa escala menor, o PS teme que o "furacão" Chega das últimas legislativas se prolongue até às próximas autárquicas, começando a direção já a antecipar a possibilidade de algumas perdas. Alcochete, Montijo (ambas no distrito de Setúbal) e Salvaterra de Magos (distrito de Santarém) são algumas dessas derrotas possíveis nas contas que se estão a fazer no Largo do Rato. Nos cálculos socialistas, é no entanto possível que essas eventuais conquistas autárquicas do partido de Ventura também atinjam câmaras do PSD (Albufeira, por exemplo) e outras do PCP (Benavente, Sobral de Monte Agraço e Palmela). Mais a norte, em Caminha (Viana do Castelo), dá-se também o caso de o candidato do Chega ser um ex-autarca do PS, Eduardo Gonçalves.

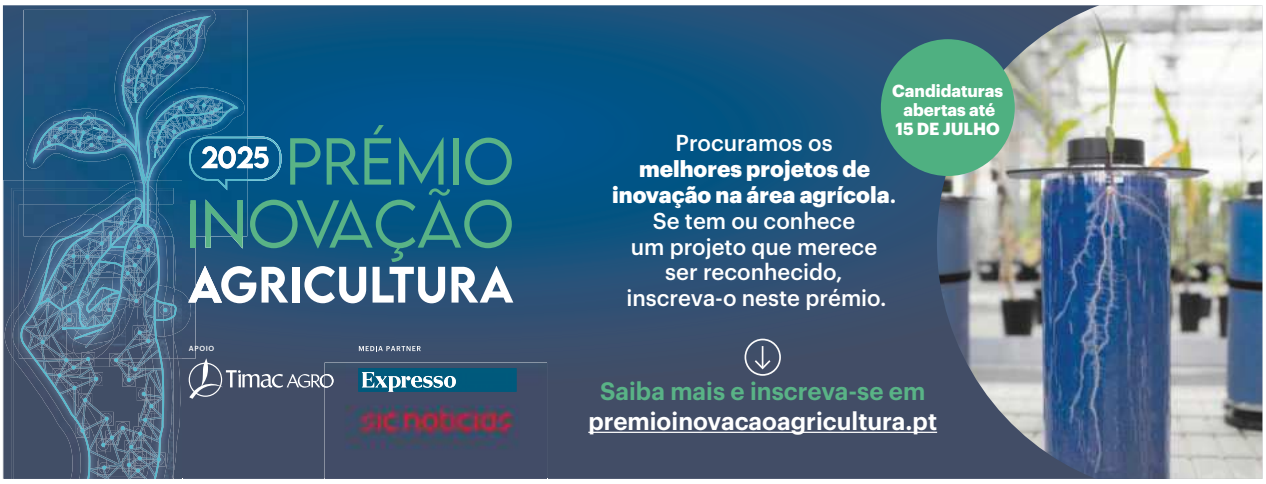
Na sua apresentação, Carneiro definiu muito claramente as autárquicas como prioridade, remetendo as decisões sobre as presidenciais para depois. "A nossa prioridade imediata são as eleições autárquicas. Nelas defenderemos as marcas das autarquias socialistas, que acreditamos que são um poderoso antídoto contra a progressão populista", afirmou.

Localmente, as estruturas do PS combatem muitas vezes essa progressão do Chega, procurando sintonizar-se com o que move os eleitores em direção ao partido de Ventura. Já tinha acontecido em Loures, depois em Alpiarça e agora em Benavente: os socialistas locais, tendo à cabeça o candidato à câmara, Pedro Gameiro, associaram-se a uma manifestação local contra a construção em Samora Correia de uma mesquita. "A mesquita não se fará aqui nem em lado nenhum do nosso concelho", afirmou Gameiro num vídeo publicado nas redes sociais da concelhia do PS.

O caso embaraçou José Luís Carneiro. Apesar da pressão de personalidades como Augusto Santos Silva, João Costa (ex-ministro da Educação) ou Fernando Medina, Carneiro não desautorizou Gameiro (como de resto Pedro Nuno Santos já não tinha desautorizado antes os protagonistas dos casos de Loures e Alpiarça, respetivamente Ricardo Leão e Sónia Sanfona).

Preferiu, antes, ganhar tempo. A solução será promover uma convenção autárquica no fim do verão na qual os candidatos autárquicos subscreverão um manifesto que valide a declaração de princípios do PS, reafirmando os compromissos autárquicos do partido para a próxima década. Essa declaração conterá a base do que deve ser respeitado pelos candidatos. "Todos têm de estar cientes do património de valores do PS", afirmou Carneiro ao Expresso, numa tentativa de evitar novos casos que comprometam a linha oficial do partido. Antes já tinha referido valores como o respeito pela Constituição e pelos princípios da liberdade religiosa: "Vamos defendê-lo em quaisquer circunstâncias e em quaisquer territórios do nosso país, e esse princípio está salvaguardado."

Na moção com que se apresentou agora a votos, Carneiro falou especificamente na necessidade de, "sem prejuízo da autonomia programática das estruturas locais do PS em cada município ou freguesia", o partido afirmar "fortemente" nas autárquicas uma "identidade coletiva". E nessa "identidade coletiva" coloca, precisamente, a valorização de políticas de "inclusão". **J.P.H.** e **L.V.**



IMPOSTOS

EXPRESSO.PT Veja as simulações com os efeitos da descida de IRS aprovada pelo Governo

Governo antecipa IRS para agosto com medo da economia

Aprovação-relâmpago na AR **aponta ao consumo no verão**. Governo prepara incentivos ao investimento

DAVID DINIS

A abrir a nova legislatura, Governo e PSD aceleraram o passo na prometida descida adicional de IRS com um objetivo definido: tentar que a redução de €500 milhões entre em vigor já no início de agosto, para aumentar o consumo no verão e assim tentar travar o abrandamento da economia, uma preocupação assumida para já apenas nos corredores do poder.

"As pessoas precisam de dinheiro nas férias e em setembro, quando começam as aulas", justifica um membro do núcleo duro do Governo, garantindo que a entrada rápida em vigor da medida, prometida na campanha das legislativas, "não tem relação" com as eleições autárquicas, que é o próprio Governo a marcar (ver pág. 14). O calendário permite, no entanto, que o Executivo tente tapar outro buraco: o da queda dos reembolsos de IRS — que pode ascender a €600 milhões, sabe o Expresso.

A fórmula seguida por Montenegro e Miranda Sarmento segue à risca o objetivo de puxar pelo consumo, um modelo seguido pelos Governos de António Costa e que o PSD sempre criticou na oposição. No ano passado, já com o Governo de Montenegro, a receita foi a mesma e acabou por trazer bons resultados através da descida do IRS, do aumento dos vencimentos dos funcionários públicos e do suplemento extraordinário de pensões. Com isso, a receita fiscal subiu, sobretudo o IVA, o que não só puxou pelo PIB como ajudou a criar margem para um excedente orçamental mais robusto.

O impacto será agora — espera o Governo — maior. Antecipando o calendário, ficará retido um imposto menor em agosto, porque a redução será retroativa a janeiro e "totalmente repercutida numa redução da retenção na fonte", disse Miranda Sarmento. "O cheque será maior no verão, embora depois se sinta menos no final do ano", assume fonte do Governo.

A economia dá sinais de precisar de um impulso, e essa é uma questão que está a preocupar o Governo. Apesar de, em público, tanto o primeiro-ministro como o ministro das Finanças manterem o cenário deste ano, fontes do Executivo já admitem ao Expresso que "pode ficar abaixo das previsões" (2,4%). No primeiro trimestre, a economia registou uma contração de 0,5% em relação ao trimestre anterior (evolução em cadeia), segundo o INE, uma desaceleração pesada face aos 1,4% registados no último trimestre de 2024 – com uma redução do consumo privado. Se os dados até ao final deste mês mostrarem nova contração, o país entra tecnicamente em recessão.



Conseguindo a redução do IRS em agosto, haverá mais salário para gastar durante as férias FOTO JOSÉ CARLOS CARVALHO

Os sinais de alerta soaram em São Bento e no Terreiro do Paço: as contas públicas aguentaram um excedente de 0,2% nos primeiros três meses a reboque de aumento da receita fiscal, mas as exigências ao nível da Defesa não permitirão grande folga às Finanças — e uma nova queda do PIB poderia deitar tudo a perder. Montenegro afasta os fantasmas e diz que a prioridade é o crescimento económico: "Este é um ano em que nós estamos focados em dinamizar a economia, em atrair investimento, em simplificar, sabendo que isso é condição depois para a execução das políticas sociais", afirmou esta quinta-feira antes do Conselho Europeu. Na véspera, em entrevista à RTP, renovou também a convicção de que o país terá novo excedente orçamental: "Ninguém tem uma certeza absoluta, o ano ainda não acabou, mas tudo indica que vamos chegar ao final do ano com as contas públicas com um novo excedente orçamental."

Até ao final do ano há ainda uma promessa por cumprir, que ficou sempre condicionada ao comportamento das contas: um novo suplemento extraordinário para os pensionistas. Seria falhar a uma fatia importante do eleitorado, que recuperou ao PS, logo no primeiro ano. Certo é que Portugal não pode arriscar problemas este ano, sobretudo porque o Orçamento de 2026 é bastante mais difícil, devido às despesas previstas com a conclusão do PRR.

Pé no acelerador

Há apenas sete dias, o ministro das Finanças ainda apontava a descida do IRS para setembro. Mas nestes dias conjugaram-se vontades para encurtar tudo: o Governo afinou a medida no Conselho de Ministros extraordinário de segunda-feira, aprovou a versão final "por via digital" na quarta-feira e enviou-a no mesmo dia ao Parlamento. Antes mesmo de o diploma dar entrada, o líder da bancada social-democrata, Hugo Soares, multiplicou-se em contactos com quase todos os partidos, segundo revelaram várias fontes ao Expresso, para conseguir que sejam encurtados os prazos do processo legislativo e fazerem tudo no máximo até meio de julho: votação na generalidade, discussão na especialidade e votação final global.

A confirmar-se, será um processo-relâmpago raro. E, segundo o que apurou o Expresso, tem a bênção dos principais partidos da oposição, incluindo dos socialistas — apesar de estes deixarem em aberto o sentido de voto, lembrando o princípio de Pedro Nuno Santos de preferirem uma descida mais acentuada nos escalões mais baixos. Já André Ventura mostra-se disponível para negociar a proposta do Governo se este aceitar descer mais nos escalões mais baixos e garantir aumentos de deduções fiscais com habitação e saúde.

A diferença para o que aconteceu há um ano é que o PS não deve apresentar uma proposta alternativa, o que deixa caminho livre ao Governo para pressionar o Chega: seria preciso Ventura votar contra para travar a proposta, o que deixaria o ónus sobre a direita radical. Até hoje, o Chega nunca assumiu essa via, viabilizando sempre propostas de descidas de impostos.

Há ainda outra preocupação além do consumo: também a desaceleração ao nível do investimento, privado e público, forçou o novo ministro da Economia a concentrar esforços para preparar um novo plano de incentivos. As medidas ainda vão demorar algumas semanas, sabe o Expresso, mas devem chegar no início do verão. Além de dar corpo ao pacote anunciado pelo então ministro da Economia Pedro Reis para contrabalançar o impacto da guerra tarifária de Trump (ainda em negociação com a União Europeia), devem adicionar-lhe outras vertentes, incluindo a componente da desburocratização — anunciada por Montenegro no âmbito da "reforma do Estado".

Com **LILIANA VALENTE, PAULA CAEIRO VARELA** e **P.C.G.**
ddinis@expresso.impresa.pt

SOLTEIROS, SEM DEPENDENTES

Ganho mensal face a tabela de IRS atualmente em vigor, assumindo dedução à coleta de €250

€3,41	€8,86	€19,44	€28,63
Rendimento mensal bruto de €1000	Rendimento mensal bruto de €2000	Rendimento mensal bruto de €4000	Rendimento mensal bruto de €11.000

CASADOS, COM DOIS FILHOS (MAIORES DE 6 ANOS)

Ganho mensal face a tabela de IRS atualmente em vigor, assumindo dedução à coleta de €500

€17,71	€23,71	€38,88	€50,88
Rendimentos mensais brutos de €2000 por cônjuge	Rendimentos mensais brutos de €2500 por cônjuge	Rendimentos mensais brutos de €4000 por cônjuge	Rendimentos mensais brutos de €5500 por cônjuge

FONTE: ILYA

Se a proposta de redução do IRS do Governo for avante na forma como está, o ganho para os contribuintes face às tabelas atualmente em vigor oscilará entre os €3,41 e os €28,63 por mês para um contribuinte solteiro (ou seja, mais €47,69 e €400,81, respetivamente, por ano), de acordo com as simulações feitas pela consultora fiscal Ilya para o Expresso. No que toca aos níveis de rendimentos brutos mensais mais próximos da média nacional — que, em 2023, foi de €1219,86, de acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE) — um contribuinte solteiro, sem dependentes, que aufira um salário mensal bruto de €1000 vai beneficiar, com a tabela proposta pelo Governo, de mais €3,41 por mês face às que estão hoje em vigor e que foram aprovadas no Orçamento do Estado de 2025. Ou seja, €47,69 por ano. Já um solteiro que ganhe €2000 mensais brutos paga menos €8,86 de IRS por mês, ou €123,99 por ano, face à tabela atual. No escalão mais alto, um contribuinte solteiro que aufira €22 mil mensais brutos poupa €400,81 por ano, ou €28,63 mensais.

Nos contribuintes casados, com dois filhos de idades superiores a 6 anos, que aufiram, cada um, €1000 brutos mensais, não há lugar a pagamento de IRS. Já para os casais com salários de €2000 brutos por mês, o ganho adicional mensal para o casal é de €17,71. No escalão imediatamente acima, em que cada um dos cônjuges ganha €2500 brutos mensais, o ganho mensal é de €23,71 face às tabelas em vigor. No caso de os membros do casal auferirem €4000 brutos, pagarão menos €38,88 mensais de imposto em relação ao IRS do OE-2025. Montante que ascende aos €50,88 no cenário de €5500 brutos mensais. **PEDRO CARREIRA GARCIA**




40 museus.
É obra.

No novobanco, acreditamos numa cultura ao alcance de todos. Por isso, desde 2018, através do programa novobanco Cultura, apostámos na descentralização: estabelecemos parcerias com 40 museus de todo o País, onde expusemos mais de 100 pinturas portuguesas e internacionais. Esta é uma iniciativa pioneira que tem tido o melhor acolhimento por parte de todos.

Descubra os museus em novobancocultura.pt





novobanco
Cultura

PUB | NOVO BANCO, S.A.

AUTÁRQUICAS



Nuno Melo tem em mãos a negociação da coligação em Lisboa FOTO MIGUEL A. LOPES/LUSA

CDS faz "prova de vida"

Parceiro do Governo concorre coligado na maioria das autarquias, mas também vai **contra o PSD** noutros municípios

EUNICE LOURENÇO

Em Albergaria-a-Velha, PSD e Iniciativa Liberal (IL) coligaram-se para tentar tirar a câmara ao CDS. No Porto, os três partidos estão juntos. Em Leiria, Branca Matos desfiliou-se do PSD para ser candidata apoiada pelo CDS. Vereadora do PSD na autarquia, passou a independente e é uma das apostas do partido para o combate autárquico numa capital de distrito que é do PS. "Vamos lá para discutir as eleições", diz ao Expresso o coordenador autárquico do CDS, Fernando Barbosa, que já foi deputado eleito pelo círculo do Porto.

O CDS vai concorrer sozinho a cerca de 50 das 308 câmaras municipais nas eleições autárquicas deste outono. São menos do que em 2021, porque agora "as coligações são mais do que há quatro anos", quando concorreu coligado em 135 municípios, a maioria dos quais com o PSD.

Fernando Barbosa assume que as autárquicas deste ano são uma "prova de vida" do partido, que nos últimos atos eleitorais (legislativas e europeias) tem ido a votos em coligação com o PSD. Uma situação que faz os adversários compararem o CDS ao PEV, que nunca foi a votos sozinho e que faz, inclusive, antigos dirigentes, como Diogo Feio, defenderem uma fusão com os sociais-democratas, em que o CDS se tornasse uma espécie de tendência dentro do PSD, partido com que está coligado nos Governos da República, dos Açores e da Madeira.

> **6**
> **são as Câmaras a que o CDS preside: Velas (Açores), Santana (Madeira), Ponte de Lima (Viana do Castelo), Vale de Cambra, Oliveira do Hospital e Albergaria-a-Velha (Aveiro)**

"É uma prova de vida, mas não estamos preocupados com a prova de vida porque vai correr bem", afirma Fernando Barbosa, confiante de que o CDS será capaz de manter as seis câmaras que tem desde 2017: Velas (Açores), Santana (Madeira), Ponte de Lima (Viana do Castelo), Vale de Cambra, Oliveira do Hospital e Albergaria-a-Velha (Aveiro). "O nosso objetivo é ultrapassar" as seis câmaras e os 1700 autarcas eleitos há quatro anos.

Em Albergaria, que é do CDS desde 2013 e onde o presidente chega ao limite de mandatos, PSD e IL já se aliaram para tentar conquistar a autarquia aos democratas-cristãos. No Porto, contudo, CDS e IL, que apoiaram Rui Moreira, juntam-se agora ao PSD em torno de Pedro Duarte. E o mesmo pode vir a acontecer em Lisboa, na recandidatura que Carlos Moedas tarda em apresentar. Mas a gestão da coligação na capital está entregue ao presidente do partido, como esteve o Porto. "Lisboa toda a gente sabe que é um caso complicado", assume Fernando Barbosa.

O atual vice de Moedas, Filipe Anacoreta Correia, desvinculou-se do CDS e afirma-se independente e, com a IL a entrar na coligação e o PSD a querer indicar um novo vice-presidente, todas as contas se complicam para o CDS, que em 2017 ficou à frente do PSD em Lisboa, com a candidatura de Assunção Cristas. As "conversações vão bem", garante um dirigente, mas tardam em ser concluídas.

Na Covilhã, foi o CDS a coligar-se com a IL, com o PSD a correr sozinho num município que é liderado pelo PS. E em Gondomar o CDS decidiu avançar sozinho, depois de ter falhado o acordo com os sociais-democratas.

"O PSD só faz coligações com o CDS onde temos o melhor, onde não temos nada nem nos convida para sentar à mesa", admite o coordenador autárquico, que repete a função que já teve em 2021, ainda com Francisco Rodrigues dos Santos a liderar o partido. Diz que estava à espera de mais dificuldades este ano e acabou "surpreendido" pelas pessoas que o partido ainda tem e que se aproximaram para as eleições autárquicas.

Além da Covilhã, há mais "dois ou três casos" em que o CDS se alia aos liberais sem o PSD. E existem também alianças com o Partido da Terra (MPT) e com o Nós, Cidadãos!. Há autarquias, como Alenquer ou Condeixa, em que apoia candidaturas independentes. Em Setúbal o CDS integra a lista de Maria das Dores Meira, a ex-presidente comunista que tenta reconquistar a câmara, agora apoiada por PSD e CDS.

elourenco@expresso.impresa.pt

Data preferida para as eleições é 12 de outubro

Autárquicas são marcadas pelo Governo que ouviu esta quinta-feira os partidos. PS com opiniões diferentes

Serão no outono, mas continuam sem data marcada, sendo que a mais provável é 12 de outubro. De acordo com a lei eleitoral, o sufrágio para órgãos das autarquias locais é "marcado por decreto do Governo com, pelo menos, 80 dias de antecedência", sendo que as eleições devem realizar-se "entre os dias 22 de setembro e 14 de outubro do ano correspondente ao termo do mandato". O que, este ano, dá a possibilidade de três datas, 28 de setembro, 5 de outubro ou 12 de outubro.

Depois de as legislativas de maio terem atropelado os calendários já com as máquinas autárquicas em marcha, agora a maioria dos partidos defende a data que lhes dê mais tempo. Foi o que foram dizer esta quinta-feira ao ministro dos Assuntos Parlamentares, à exceção do PS e da IL, que preferem 28 de setembro. O feriado de 5 de Outubro, que calha ao domingo, só foi referido pelo BE, que enviou a sugestão por escrito.

A escolha do Dia da República poderia, contudo, inviabilizar a última sessão solene de Marcelo Rebelo de Sousa como Presidente da República. Mas a realização da cerimónia — que conta, tradicionalmente, com um discurso do presidente da Câmara de Lisboa — a meio da campanha, também não será consensual.

PSD, Chega, PCP, Livre e PAN propõem o dia 12 de outubro, com vista a dar mais tempo para a preparação de candidaturas e listas, não se importando com a coincidência orçamental: o Orçamento do Estado tem de entrar no Parlamento até dia 10. Para o líder parlamentar do PSD, Hugo Soares, um calendário mais alargado dará mais tempo para a formalização dos "processos administrativos e burocráticos". Também o líder da bancada do Chega, Pedro Pinto, admitiu que o dia 12 de outubro será a data mais favorável.

> **O Governo deve fechar decisão nos próximos dias**

A data, no entanto, pode representar outro problema: é altura de celebrações em Fátima, na última peregrinação do ano. Quando tratou da marcação das eleições legislativas, Marcelo Rebelo de Sousa teve o fator religioso em conta e optou por 18 de maio em vez de 11 devido à primeira peregrinação do ano.

Já o socialista Pedro Delgado Alves vincou que as autárquicas realizam-se "tendencialmente no final do mês de setembro" e deve ser mantida a norma. Mas a data também não é consensual entre socialistas.

A preferência maioritária dos próprios autarcas do PS vai para 12 de outubro, segundo tinha avançado ao Expresso o presidente da Associação Nacional de Autarcas do PS, Pedro Ribeiro, presidente também da Câmara de Almeirim (e candidato agora à de Santarém).

Luísa Salgueiro, presidente socialista da Câmara de Matosinhos e da ANMP (Associação Nacional de Municípios Portugueses), defendeu ao Expresso que as eleições deveriam ser a 28 de setembro. "Eu entendo que o processo já está aberto e não se deve prolongar muito no tempo", explicou.

André Rijo, o dirigente nacional do PS que coordena o processo autárquico, reconheceu ao Expresso que "a tendência maioritária para o dia 12 de outubro não é muito expressiva" visto que "o dia 28 de setembro também reúne muitos apoios. Estamos assim entre o 28 de setembro e o 12 de outubro", concluiu antes da reunião do secretariado nacional que decidiu propor o dia 28 de setembro. Agora, falta a decisão do Governo, que, sabe o Expresso, tem quase fechada a escolha de dia 12.

LILIANA COELHO e PAULA CAEIRO VARELA com E.L. e JOÃO PEDRO HENRIQUES
lpcoelho@expresso.impresa.pt

BREVES

PEDRO PINTO ENTRE FARO E SÃO BENTO

ELEIÇÕES O deputado Pedro Pinto foi esta semana reeleito líder parlamentar do Chega, apesar de ser o candidato do partido à Câmara Municipal de Faro. Como primeira vice da bancada passa a ter Rita Matias, também ela candidata autárquica, mas a Sintra.

15

comissões parlamentares foram constituídas nesta legislatura, das quais o Chega e o PS presidem a quatro cada um. O Chega fica com as comissões de Orçamento, Defesa, Educação e Transparência e Estatuto dos Deputados. Os socialistas presidem às comissões de Saúde, Assuntos Europeus, Economia e Coesão e Trabalho e Segurança Social. As restantes sete são presididas por deputados do PSD

JOSÉ CESÁRIO NOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

REGRESSO O PSD tem direito a sete presidências de comissões. E uma delas — a de Negócios Estrangeiros — vai ser presidida por José Cesário, que regressa assim a São Bento e também a uma área que conhece (quando saiu do Governo era secretário de Estado das Comunidades). As outras comissões do PSD são Assuntos Constitucionais, Infraestruturas, Cultura, Agricultura, Ambiente e Energia e Reforma do Estado.

"COM MENOS REGRAS GARANTO QUE O ESPAÇO DA CORRUPÇÃO TAMBÉM VAI DIMINUIR"

Luís Montenegro
Entrevista à RTP



VAZ TOMÉ NA DIREÇÃO DA BANCADA DO PSD

VICE Cristina Vaz Tomé — outra das saídas mais relevante do elenco de secretários de Estado, deixou a pasta da Gestão da Saúde — ficou com uma das vice-presidências da bancada laranja. A direção do grupo parlamentar do PSD, liderada por Hugo Soares, foi eleita com 96,6% dos votos. A unanimidade ficou à distância de dois votos em branco e um nulo.

O seu negócio é juntar pessoas?



Ainda bem.

Com as Soluções Smart de Colaboração, também pode ligar fornecedores, clientes, colaboradores e parceiros. E com videoconferência, chat e email profissionais, o seu negócio pode tudo.

vodafone.pt/business

Together we can
vodafone business

ESTUDO



FOTO ANTÓNIO COTRIM/LUSA

Gonçalo Matias (ao centro) saiu da Fundação Francisco Manuel dos Santos para ministro da Reforma do Estado

Nomeações políticas travam reforma do Estado

Governo **usa pouco as políticas orçamentais** para gerar mudança

HÉLIO CARVALHO

A evolução das políticas públicas em Portugal é bem mais estável do que se pensa, e os vários governos ao longo da democracia não fizeram alterações de fundo na Administração Pública nem nas prioridades orçamentais. Os governos tanto de esquerda como de direita privilegiaram novas lideranças ao invés de reformas a longo prazo na máquina do Estado.

As conclusões são de um novo estudo da Fundação Francisco Manuel dos Santos, divulgado esta sexta-feira. Os autores, António Tavares, Patrícia Silva e Pedro Camões, estudaram a continuidade das políticas públicas em Portugal entre 1945 e 2020, e mapearam mais de 3320 organizações públicas, 102 direções-gerais, 185 institutos públicos e 22 inspeções-gerais, além de 1692 nomeações.

Concluíram que o mecanismo mais utilizado pelos governos para mexer na máquina do Estado são as nomeações políticas, e não a realocação de orçamentos ou grandes reformas estruturais. O estudo faz várias críticas ao "uso excessivo" do regime de substituição, um mecanismo muito usado para mudar cargos de liderança, que "compromete a meritocracia e a profissionalização da Administração Pública": mais de 70% das nomeações identificadas ocorreram em regimes de substituição.

Ao Expresso, Patrícia Silva sublinha que existe uma "necessidade dos ministros" em "garantir âncoras dentro da Administração Pública" e em controlar "a entidade que contacta com os cidadãos", mas estas escolhas podem contribuir para um clima de crescente desconfiança. Tanto para os cidadãos, que julgam que os partidos estão a "autoalimentar-se", como para quem aspira a servir em cargos de liderança e vê um processo "enviesado".

A troca constante de dirigentes em entidades públicas merece os maiores alertas dos investigadores, que afirmam que nomeações motivadas por "considerações políticas" podem levar a uma "cultura de conformidade", inibir o "desenvolvimento de soluções criativas" e pôr em causa a eficácia da Administração Pública. Terminam o estudo sugerindo um Observatório das Nomeações Públicas, integrado na CReSAP, para tornar a máquina do Estado mais transparente e eficaz.

Mudanças "minimalistas" e reformas esporádicas

A criação de um novo Ministério da Reforma do Estado é uma das marcas do atual Governo, com Luís Montenegro a escolher para ministro Gonçalo Matias, que saiu precisamente da presidência da FFMS. Na sua primeira intervenção como governante, Gonçalo Matias deu algumas pistas para a prioridade nessa reforma, desde "rever os regimes de contratação" a extinguir "organismos cuja existência não se encontre devidamente fundamentada".

Montenegro, na posse, prometeu "guerra à burocracia", mas as últimas décadas foram marcadas por uma forte tendência de estabilidade na organização do aparelho do Estado e na alocação de verbas para entidades públicas. As mudanças foram maioritariamente circunstanciais e "minimalistas". Houve algumas tentativas de reformar o aparelho, como o Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE, em 2005), ou o Plano de Redução e Melhoria da Administração Central do Estado (PREMAC, em 2011), mas os dois planos foram criticados pelos investigadores, que lamentam ainda mais entraves e "períodos de instabilidade nas políticas sectoriais".

Segundo Patrícia Silva, docente da Universidade de Aveiro, os dados demonstram que, tirando crises ou "choques externos", como a crise da *troika* ou a entrada no euro, há "um padrão de manutenção das estruturas", e há muitos fatores que podem explicar a falta de mudança, mesmo quando existe vontade de mexer na Administração Pública. Um deles é o facto de, até 2020, não haver um mapeamento frequente da "colossal" máquina administrativa, e desde então sucederam-se governos "com durações mais curtas e com mais dificuldade em reformar".

Autores do estudo pedem maior acompanhamento e observatório para políticas públicas

Governo de esquerda aumentam organismos, os de direita cortam

Mais preocupante do que a redução do tamanho da máquina do Estado, para a investigadora, é a falta de acompanhamento das políticas públicas e de avaliação das várias reorganizações administrativas.

Governos sem maioria mexem menos

Nas prioridades económicas, o estudo revela que o uso dos orçamentos como medida de implementação de reformas foi mais frequente nos primeiros anos da democracia, após a revolução, mas tornou-se cada vez mais estável e imutável nas últimas décadas, com as prioridades de cada governo a terem um reflexo mínimo na distribuição do dinheiro pelo organismo do Estado.

Governos minoritários têm uma menor tendência de reorganizar a Administração Pública, e governos de coligações estão mais associados a nomeações políticas. Ambos enfrentam dificuldades "para apresentarem resultados rapidamente, o que pode contribuir para a estabilidade" nas políticas públicas, mesmo que não haja estabilidade política, diz o trabalho.

Ao longo dos anos, governos de direita têm privilegiado a redução de estruturas administrativas e fusão de organismos, enquanto que governos à esquerda investem mais nas áreas sociais e na criação de novas entidades públicas, mesmo em momentos de crise. Ainda assim, os autores escrevem que "estas tendências foram frequentemente moderadas por fatores contextuais, como crises económicas ou pressões externas, que podem influenciar as decisões orçamentais e as prioridades políticas".

hcarvalho@expresso.impresa.pt

Gente



Elementar Com vários autarcas ou candidatos autárquicos a terem posições no mínimo polémicas sobre vários assuntos — a última tem a ver com a construção de uma mesquita no concelho de Benavente —, o futuro líder do PS anunciou que os membros das listas socialistas terão de assinar uma carta de princípios em que se comprometem a respeitar a Constituição e a liberdade religiosa. Gente considera que são compromissos tão elementares que questiona se não será preciso também reconhecerem que em Portugal se conduz pela direita...

Candidato em fuga Sampaio da Nóvoa tem sido desejado à esquerda como candidato presidencial e, como o Expresso tem noticiado, está a refletir a repetição de uma candidatura a Belém. Mas enquanto anda na névoa da indecisão prefere não se cruzar com jornalistas. Foi um dos promotores e subscritores de uma petição entregue esta semana no Parlamento a pedir o reconhecimento do Estado da Palestina por Portugal. Contudo, na hora de falar aos jornalistas já o professor tinha desaparecido da comitiva que foi ao Parlamento, deixando ao consultor e antigo jornalista José Vítor Malheiros a tarefa de cometer declarações sobre o conteúdo da petição.

Telemóvel errado Luís Montenegro do primeiro mandato não gostava muito de jornalistas que usam auriculares ligados a telemóveis, porque há quem debite perguntas. Com o novo mandato mudou os gostos e agora já aprecia telemóveis de jornalistas, mas não um qualquer. Montenegro saiu da reunião de quarta-feira na Cimeira da NATO para dar uma conferência de imprensa e, mal acabou de falar aos jornalistas, inopinamente agarrou num telemóvel pousado no púlpito, ao lado dos microfones. Gente, que não conhece a capa do telemóvel do primeiro-ministro, estranha que Montenegro tenha achado que um aparelho com capa "tigresse" fosse seu. Mas assim foi. Agarrou no telemóvel que estava em modo gravação e foi por pouco que este não entrou na reunião dos líderes com Donald Trump. Uma pena, podia ser um furo mundial.

Negro não entra Luís Montenegro saudou como exemplares máximos da "raça lusitana" (expressão sua) dois atletas portugueses com vitórias internacionais — Fernando Pimenta (canoagem) e João Almeida (ciclismo) — e logo alguém se lembrou na internet de pesquisar o que disse quando Neemias Queta (que é negro) se tornou no primeiro português a vencer na NBA. Aí, no tuíte do PM, a "raça lusitana" desapareceu e passou a "garra lusitana" — no clube da "raça" negro não entra. Mas, enfim, que Queta não se aborreça. Na verdade, "raça lusitana" só existe nos cavalos.

Sem nódoa



BRANCO Gente perde-se por uma boa conversa sobre modelitos, mas lamenta a pouca diversidade cromática de Carla Montenegro, a mulher do primeiro-ministro que esta semana o acompanhou a Haia para a Cimeira da NATO. Como em muitas outras ocasiões, para o jantar oferecido pelos reis dos Países Baixos, voltou a vestir de branco, optando por um vestido de renda, talvez a precisar de um forro para cortar a transparência. Na noite anterior, também tinha ido toda de branco (mas de calças e top) para o São João no Porto, o tom ideal para a nódoa da sardinha e do vinho no meio do povo.

FOTO PATRICK VAN KATWIJK/GETTY IMAGES

PUBLICIDADE

CRÉDITO AGRÍCOLA

CRÉDITO AGRÍCOLA LANÇA PROGRAMA PIONEIRO DE ACELERAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE PARA O SECTOR DO TURISMO

O PROGRAMA DE ACELERAÇÃO PARA A TRANSIÇÃO, LANÇADO PELO CRÉDITO AGRÍCOLA COM O APOIO DA MAZE IMPACT, É UMA INICIATIVA INÉDITA NO PANORAMA BANCÁRIO NACIONAL DEDICADA À CAPACITAÇÃO E ACELERAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE, CUJA PRIMEIRA EDIÇÃO INCIDIU SOBRE O SECTOR DO TURISMO



Seis empresas clientes participantes (Porto Royal Bridges Hotel, Luna Hotel & Resorts, Casa de Sarmento, Falésia Hotel, Quinta da Pacheca e Santos & Marçal), Gabinete de Sustentabilidade do Crédito Agrícola e *project managers* da Maze Impact.

O Crédito Agrícola acredita que a transição da economia não se promove apenas através de disponibilização de soluções de financiamento sustentável, mas também apoiando de forma próxima e pedagógica os clientes empresariais na sua jornada, disponibilizando conhecimento adequado e customizado, celebrando os casos de sucesso e inspirando muitas outras empresas. Foi com essa convicção que o Crédito Agrícola, com o apoio da Maze Impact, lançou o Programa de Aceleração para a Transição, uma iniciativa inovadora de capacitação em sustentabilidade, que na sua primeira edição incidiu sobre empresas do sector do turismo.

Este programa pioneiro no panorama bancário nacional, enquadrado no Plano de Transição Net Zero do Crédito Agrícola, visa apoiar as PME do sector turístico na sua jornada de transição para modelos de negócio mais sustentáveis e inclusivos, respondendo simultaneamente aos desafios regulatórios e às crescentes exigências do mercado.

Ao abrigo do Plano Net Zero, o Crédito Agrícola já tinha definido metas de descarbonização para oito atividades económicas representativas da sua carteira de crédito e importantes para a descarbonização nacional: imobiliário comercial, imobiliário residencial, agricultura, turismo, água e resíduos, energia, automóvel e aviação.

Incidindo desta feita sobre o sector do turismo, o Programa de Aceleração para a Transição destacou-se, ainda, por trazer a metodologia de aceleração, tipicamente utilizada em contexto de nascimento e crescimento de *start-ups,* para o contexto da relação de proximidade entre o Crédito Agrícola e os clientes empresariais.

DETALHES DO PROGRAMA

Dedicada ao sector do turismo, a primeira edição do Programa de Aceleração para a Transição envolveu seis clientes empresariais, representativos de todas as regiões de Portugal Continental (Norte, Centro e Sul), de áreas urbanas e rurais, de três subsectores diferentes (hotelaria, turismo rural e restauração) e de média a pequena dimensão (em linha com a caracterização do tecido empresarial português):

- Hotelaria: Luna Hotel & Resorts, Falésia Hotel e Porto Royal Bridges Hotel;
- Turismo rural: Quinta da Pacheca;
- Restauração: Santos & Marçal e Casa de Sarmento.

Estas empresas também foram escolhidas tendo em consideração que não existia um histórico de reporte em matéria de sustentabilidade, mas por já terem de alguma forma iniciado o caminho ou darem pistas de terem preocupações ambientais e sociais, ainda que não reportadas.

O Programa decorreu entre janeiro e abril de 2025, com mais de 10 sessões semanais temáticas de aprendizagem (contexto legal, *benchmarking,* auscultação de *stakeholders,* construção da matriz de dupla materialidade, ferramentas de reporte, estruturação de reporte e recolha de dados, entre outras) em grupo e mais de 40 horas de acompanhamento individual. As sessões foram ministradas na maioria pela Maze Impact, contando ainda com a participação da equipa de sustentabilidade do Crédito Agrícola e de parceiros do programa como Turismo de Portugal, PLMJ, BCorp, BSCD Portugal e Marriott.

Esta iniciativa resultou na entrega de um relatório de sustentabilidade e de um plano com um conjunto de compromissos e ações de sustentabilidade para os próximos anos por cada entidade. Foi também elaborado um guia prático de aprendizagens com o intuito de orientar e inspirar outras PME na transição para práticas mais sustentáveis, gerando um efeito multiplicador no sector do turismo e na economia nacional. Em breve, o guia ficará disponível para consulta no *site* do Crédito Agrícola.

O evento final do Programa de Aceleração para a Transição do Turismo, realizado no passado dia 21 de maio, marcou o culminar da jornada de aprendizagem dos seis clientes envolvidos. A iniciativa permitiu também apresentar as aprendizagens granjeadas ao longo do programa e como estas podem ser escaláveis para outros clientes deste sector através do guia prático desenvolvido. De igual modo, o evento deu a conhecer o papel do Crédito Agrícola através do seu Programa de Proximidade, Transição e Impacto e o compromisso do banco em apoiar de forma próxima, pedagógica e construtiva os seus clientes empresariais nesta jornada conjunta de transição.

POTENCIAL IMPACTO EM TODAS AS PME DO SECTOR

Nesta edição inaugural, o turismo foi o sector escolhido pela importância que tem para a economia nacional e para a carteira do próprio Crédito Agrícola. Embora focado no acompanhamento próximo e intensivo a um conjunto muito reduzido de clientes, o objetivo do programa é que as aprendizagens da jornada destes sejam escaladas e transmitidas a empresas semelhantes.

De acordo com Filipa Saldanha, diretora de sustentabilidade do Crédito Agrícola, "este programa representa um marco na nossa missão e responsabilidade de apoiar os nossos clientes de pequena e média dimensão no sector do turismo a prepararem-se e a contribuírem para um futuro mais sustentável. Os resultados desta primeira edição demonstram o sucesso de uma abordagem colaborativa, prática e orientada para a ação, com potencial impacto em todas as PME do sector".

O CAMINHO

O Crédito Agrícola reafirma o seu empenho em continuar a reforçar o seu papel de proximidade alavancado nos seus valores cooperativos, através de iniciativas como esta, mas sem esquecer o seu papel de financiador, nomeadamente de micro, pequenas e médias empresas que constituem na sua maioria o tecido empresarial português e que têm uma maior dificuldade de acesso a recursos (humanos, tecnologias, conhecimento) para a transição. A transição justa da economia nacional não se faz sem elas, e o Crédito Agrícola pretender consolidar-se como o parceiro sólido nesta missão.

SOCIEDADE **IMIGRAÇÃO**

Diploma Mudanças no reagrupamento familiar vão limitar ainda mais o que já é penoso de alcançar. Recurso à Justiça tem travão na nova lei

O calvário dos imigrantes para reunir a família



Asad e Aisha, um casal paquistanês, com os filhos, Zaryab (ao colo) e Xerxes, no centro histórico de Elvas

Texto **RAQUEL MOLEIRO**
Foto **TIAGO MIRANDA**

O telefone toca e Érica Acosta já respira fundo antes de atender. "Tem sido só choro esta semana. Estas alterações à lei do reagrupamento familiar são uma desgraça social. Não só afastam mais quem já estava quase a juntar-se como ainda separam casais, pais idosos e filhos, que perdem a possibilidade de se reagruparem em Portugal", explica a advogada. "E não pode ser coincidência que todos os agendamentos que havia para agora na AIMA, para esta semana, ainda com a lei atual, estejam a receber notificações de adiamento para setembro. É indigno, desumano", critica.

Especialista em imigração e direitos humanos, está habituada às dificuldades dos processos de reunificação das famílias dos imigrantes. Mas o novo projeto de lei, entregue quarta-feira no Parlamento, promete levantar novos obstáculos, que nem os recursos judiciais vão conseguir ultrapassar na totalidade. Só ela, sozinha, tem uns 150 a andar. Os grandes escritórios acumulam milhares.

"Tenho este caso, por exemplo, um *pro bono* para um cidadão indiano. Andava radiante por ter conseguido a Autorização de Residência depois de vários anos a trabalhar em Portugal. Finalmente ia poder trazer as três filhas, duas menores e uma de 18 anos — a mãe tem problemas psicológicos. Mas não conseguia fazer o pedido porque a AIMA não abria vagas. Tivemos de pôr uma ação administrativa, conseguimos uma intimação e a AIMA teve de marcar. O atendimento era esta quarta-feira, mas adiaram por três meses. Se entretanto a nova lei for aprovada, este cidadão vai ter de esperar mais dois anos para fazer novo pedido, só porque a sua residência é recente. Está desesperado."

O Governo já tinha avisado de que ia endurecer o reagrupamento familiar, já de si muito limitado pelas regras administrativas da Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA). Atualmente, a Lei de Estrangeiros permite que um imigrante com Autorização de Residência possa mandar vir para Portugal o cônjuge, os filhos, os pais e os sogros a cargo ou 'reagrupá-los' caso estes já se encontrem em território nacional. Mas para isso era preciso que a AIMA abrisse vagas de agendamento, para que os imigrantes simplesmente entrassem com os pedidos. E isso não acontece de forma regular desde meados de 2022.

Por orientação do Executivo, estão fechadas para familiares vindos do exterior e apenas é permitida a submissão de pedidos para crianças menores de 18 anos que já estejam em Portugal. A única maneira de obrigar a agência a cumprir a lei na totalidade, e dos imigrantes conseguirem reunir-se com as famílias, é recorrer à Justiça, com ações para a proteção, liberdade e garantias que enchem atualmente o Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa — há 55 mil processos pendentes —, que, por sua vez, intima a AIMA a agendar o processo. Se os imigrantes cumprirem os requisitos de habitação e rendimento está aberto o caminho à reunificação do agregado.

Isabella (nome fictício), brasileira, 46 anos, mora legalmente em Portugal, na zona de Aveiro, desde o início do ano. Operária fabril, desesperou com o tempo de espera pela sua Autorização de Residência e recorreu à Justiça para acelerar o processo. Sabia que só depois poderia trazer para perto de si as três filhas e o marido, que no fim de 2024 tinha sofrido um acidente de carro e, em consequência, perdido uma perna.

A necessidade de assistência familiar permanente do cônjuge dava caráter de urgência ao pedido de reagrupamento, mas a AIMA não se condoeu. Depois de várias comunicações escritas, com os relatórios médicos a atestar o acidente e a cirurgia, e centenas de tentativas de contactos telefónicos, todos registados em extensas listas da NOS, voltou a entrar com uma ação administrativa, a segunda no seu curto percurso migratório, para a abertura de uma vaga. Mas ainda aguarda resposta.

ISABELLA NÃO CONSEGUIU SEQUER FAZER O PEDIDO PARA TRAZER AS TRÊS FILHAS E O MARIDO, AMPUTADO HÁ POUCOS MESES

Para Asadullah (ou apenas Asad), paquistanês, 40 anos, a espera tem sido mais fácil. Quando chegou a Portugal, em outubro de 2023, já veio acompanhado da família: Aisha, a mulher, 36 anos, e os dois filhos, Xerxes, de oito, e Zaryab, de quatro. Vivem atualmente no Alentejo, em Elvas. São ambos engenheiros de software, com estudos feitos "até ao fim", e tinham uma boa vida em Carachi, mas a inflação e a degradação das condições do país levaram-nos a mudar. Pediram empréstimos, que ainda hoje estão a pagar, e partiram. Portugal apareceu-lhes com um bom equilíbrio entre facilidade e rapidez na legalização e uma população acolhedora e bom clima. "Só falhou a primeira parte", gracejam. "Na parte das pessoas acertámos. Em Lisboa, em Braga, aqui em Elvas, fomos sempre ajudados, as professoras com os nossos filhos, tudo tão bom. Tudo menos os papéis."

Xerxes quer ir ao Campeonato Mundial de Cálculo Mental

Asad é atualmente programador de software no iPlantProtect, um laboratório que desenvolve soluções antipragas. Os restantes três ainda não têm documentos. Aisha não pode trabalhar sem residência, mas a sua grande preocupação é Xerxes. Génio da matemática, foi selecionado para o Campeonato Mundial de Cálculo Mental juvenil, que se realiza a 5 de outubro na Alemanha. "Sem Autorização de Residência não vai poder sair de Portugal. Vai ficar tão triste", lamenta a mãe.

"Crianças que já residem em Portugal, mas que se encontram numa situação migratória irregular por inércia da Administração, vivem uma infância marcada por insegurança jurídica, muitas vezes sem igualdade de oportunidades, criando um fosso discriminatório inaceitável", critica a advogada.

A Autorização de Residência de Asad demorou "apenas um ano", empurrada por uma ação judicial que obrigou a AIMA a acelerar o agendamento e o deferimento. Seguiu-se outra intimação para o reagrupamento familiar. Passados sete meses ainda não houve atendimento. Mas já há data. É em agosto.

Agarram-se à data. Agosto. E a um agendamento firmado antes de qualquer alteração legal. E desvalorizam as últimas notícias, restritivas dos seus direitos, que lhes dizem que à luz da nova lei, se for aprovada tal e qual, não poderá haver reagrupamento de adultos já presentes em território nacional. Isso significaria que Aisha teria de voltar para o Paquistão e que só os dois filhos, menores, poderiam reagrupar-se com o pai?

Esta alteração poderá colocar muitos imigrantes que estão atualmente em Portugal, que são cônjuges — e pais e mães — de detentores de Autorização de Residência, em situação 'irregularizável'. Até agora podiam legalizar-se através do reagrupamento familiar, mas a AIMA não abriu vagas. A partir do momento em que o diploma for aprovado, deixam de ter essa possibilidade.

PELA NOVA LEI ACABA O REAGRUPAMENTO DE ADULTOS NO PAÍS. AISHA VOLTARIA AO PAQUISTÃO E SÓ OS DOIS FILHOS FICARIAM COM O PAI?

O diploma proposto pelo Executivo de Montenegro também adiaria o início do processo de reagrupamento da família paquistanesa de Elvas. E Xerxes perderia qualquer hipótese de ir ao campeonato — por larga margem. Pela primeira vez na legislação nacional o pedido só pode ser iniciado por um imigrante dois anos após receber a sua Autorização de Residência e a de Asad foi emitida em outubro de 2024. A espera levaria ainda 462 dias.

A solução judicial, a que Asad recorreu já por duas vezes, ganha também um travão escrito na lei, com o Executivo a determinar que as ações relativas às decisões e omissões da AIMA só poderão ser alvo de processos comuns e, consequentemente, não urgentes e pagos, ao contrário dos atuais.

Serão igualmente aplicadas maiores exigências no que respeita ao alojamento e aos meios de subsistência e medidas de integração obrigatórias para os requerentes e familiares, como a aprendizagem de português ou a frequência do ensino obrigatório no caso dos menores. Mas aí a família paquistanesa não teria qualquer problema.

Há sempre a hipótese do casal Asad e Aisha se enquadrar dentro dos critérios, ainda em definição, dos imigrantes de talento ou altamente qualificados, que o ministro da Presidência, António Leitão Amaro, quer atrair preferencialmente para Portugal. Estes já cá estão, são ambos engenheiros de sistemas com doutoramento concluído. E, se assim for, podem esquecer as limitações referidas até ao momento: podem fazer o pedido em qualquer altura, para adultos e crianças dentro e fora de território nacional.

rmoleiro@expresso.impresa.pt

EXPRESSO.PT Patrões temem que regras para a imigração travem contratações necessárias, depois de o Governo avisar que "a economia terá de se adaptar"



Governo assume proximidade ao Chega

Legislatura arranca com Governo virado para a direita. Reuniões com partidos na próxima semana

O tom do debate parlamentar de quarta-feira não deixou dúvidas: no primeiro pacote legislativo que apresentou na segunda legislatura, foi para o Chega que o Governo se virou, à procura de aprovação das alterações à lei da nacionalidade e das regras para a entrada e permanência de imigrantes em Portugal. José Luís Carneiro vê cedências à agenda da extrema-direita e o primeiro voo do "planador" Luís Montenegro, inclinado para a direita do hemiciclo, pode comprometer entendimentos noutras áreas. A nova liderança do PS deixou dúvidas sobre a constitucionalidade de algumas das propostas do Executivo e apontou a quebra de um "consenso histórico" entre PSD, PS e CDS em relação à Lei da Nacionalidade.

O Governo e a direção parlamentar dos sociais-democratas não terão remédio se não falar com o Chega, e Montenegro nem dá sinais de que isso seja um problema. Em entrevista à RTP, em Haia, o primeiro-ministro admitiu que o partido de André Ventura tem posições de "maior regulação" em questões como a segurança ou imigração.

"É verdade que o Chega tem algumas posições que são mais extremadas do que as nossas, e nós naturalmente não chegaremos a esse ponto, mas não me custa nada reconhecer que é um partido que tem apresentado pontos de vista que, de uma forma genérica, se enquadram em mais regulação e mais capacidade de integração", declarou ainda o chefe do Governo, assumindo a proximidade entre ambos nestas matérias.

Ventura, por seu lado, congratula-se com o que considera ser a aproximação do Governo às suas posições, mas ainda quer mais. E é o que irá dizer na próxima semana quando se reunir com o Governo sobre este assunto. O Chega quer acabar com o reagrupamento familiar e quer ser mais duro nas penas de expulsão.

"Queremos corrigir algumas destas coisas nos projetos do Governo e ver se há abertura. Não posso revelar muito porque não tenho autorização para isto, mas tanto quanto sei até agora, da parte do Governo há boa vontade para se poder fazer algumas alterações. É sinal que temos aqui caminho para fazer", afirmou Ventura esta quinta-feira.

Na véspera, num debate marcado pelo Chega sobre "o descontrolo na atribuição de nacionalidade e na necessidade de limitar o reagrupamento familiar", o líder do partido alinhou com o ministro da Presidência nas críticas aos socialistas. "Devemos a

> Carneiro acusa o Governo de pôr em causa um "consenso histórico"

> Ventura quer acabar com o direito ao reagrupamento familiar

este PS um dos maiores crimes do nosso tempo", afirmou Ventura, a quem Leitão Amaro desafiou para uma "regulação a sério na imigração". Os "portugueses escolheram quem está a regular a imigração, mas o faz sem um discurso radical", disse o ministro, tentando marcar alguma diferença para com a direita radical.

O PS, por seu lado, reagiu às medidas a várias vozes. O líder parlamentar interino manifestou preocupação, mas abertura para negociar; a deputada Isabel Moreira escreveu nas redes sociais que há alterações legislativas "inaceitáveis" e que o pacote legislativo "é desumano e perigoso". Considera mesmo que "Trump em Portugal chama-se Luís Montenegro".

A voz que conta, em princípio, será a de José Luís Carneiro, que já estará eleito líder do PS na próxima semana quando as propostas do Governo forem debatidas no Parlamento e que disse que o Governo mistura "matérias que não devem estar misturadas" ao anunciar mudanças na nacionalidade, imigração e segurança interna, "tudo na mesma comunicação". O Executivo, por seu lado, joga na dificuldade do novo líder socialista no dossier da imigração. Carneiro criticou o seu antecessor Pedro Nuno Santos, quando este assumiu ao Expresso que a manifestação de interesse tinha sido "um erro".

A restante esquerda foi ainda mais dura nas críticas às propostas do Governo, acusando o Executivo de ir a reboque de Ventura. "É o PSD e a IL a irem de arrasto no oportunismo, na política racista e xenófoba do Chega. A maior vitória do Chega é a política do PSD", acusou Mariana Mortágua, num debate que antecipou a discussão das propostas de lei que o Governo quer debater com os partidos na próxima semana.

PAULA CAEIRO VARELA
com EUNICE LOURENÇO
e LILIANA COELHO
pcvarela@expresso.impresa.pt

P&R

Se a Lei da Nacionalidade mudar, o que muda para os filhos de estrangeiros que nascem em Portugal?
Atualmente têm nacionalidade portuguesa originária, à nascença, se um dos pais viver no país há mais de um ano, mesmo que esteja irregular. Isso mudará com o novo diploma. Para que o bebé nasça português, um dos pais terá de ter residência legal no país há pelo menos três anos. E a nacionalidade não será automática. Tem de ser feito o pedido.

Quantos anos um imigrante tem de residir em Portugal para pedir nacionalidade?
Há um aumento do prazo mínimo de residência legal para um imigrante se habilitar à obtenção da nacionalidade. Passa de cinco para sete anos para os cidadãos nacionais de países de língua oficial portuguesa (CPLP) e duplica para dez anos para os cidadãos de outros países. Este prazo começa a ser contado a partir da obtenção do título de residência e não a partir do momento em que é realizado o pedido.

Que crimes podem levar à perda de nacionalidade?
Crimes com condenação a pena de prisão efetiva igual ou superior a cinco anos. Na apresentação das linhas gerais do novo diploma, Leitão Amaro deu como exemplos os crimes contra o Estado (espionagem, terrorismo e traição), mas também crimes contra as pessoas (homicídio, violação, ofensas muito graves à integridade física, situações de extrema violência e agressividade contra pessoas e a sua liberdade). A perda de nacionalidade não é automática. É uma pena acessória, decretada por um juiz, com um juízo casuístico da gravidade e circunstâncias. E há restrições. A nacionalidade não pode ser retirada a quem já a tem há mais de dez anos nem a portugueses originários.

Há risco de criar apátridas?
Não, a lei portuguesa não o permite. Um cidadão que obteve a cidadania portuguesa e que, para tal, teve de abdicar da sua originária — há países que não permitem dupla nacionalidade, obrigando a uma escolha — não pode ser alvo de uma decisão de retirada, sob o risco de se tornar apátrida.

O visto de procura de trabalho acaba?
Não, mas torna-se mais exclusivo. Atualmente existente para qualquer cidadão estrangeiro, passa a ser apenas para imigrantes que exerçam atividades altamente qualificadas. A portaria que definirá tais ofícios e "competências técnicas" será conhecida em breve.

Os cidadãos CPLP continuam a ter entrada privilegiada?
Continua a discriminação positiva na lei, mas o Governo tirou-lhes direitos. Até agora, brasileiros e timorenses podiam entrar em Portugal sem qualquer visto, graças a acordos bilaterais, e a lei permitia que iniciassem de imediato um pedido de autorização de residência. Em relação aos restantes cidadãos CPLP, necessitavam apenas do visto turístico com que entravam no país. A partir de agora, uns e outros só poderão iniciar um processo de legalização CPLP se tiverem um visto para esse propósito. Poderão continuar a viajar para Portugal com isenção de visto ou visto turístico, mas não poderão avançar com a residência.

A nova Unidade Nacional de Estrangeiros e Fronteiras vai facilitar a expulsão de imigrantes?
É provável. Atualmente, a decisão do retorno ao país de origem de um imigrante ainda cabe à AIMA, com falta crónica de meios humanos e técnicos para as funções que detém. Exceção feita aos casos de Notificações para Abandono Voluntário (NAV) saídas do 'lote' das pendências das manifestações de interesse — tratadas exteriormente pela Estrutura de Missão —, são ínfimos os pedidos a que a agência dá vazão. Se a UNEF avançar, são transferidas, quase no imediato, todas as competências de afastamento dos imigrantes ilegais em Portugal da AIMA para a PSP, que assumirá de forma plena as funções de retorno, a fiscalização de estrangeiros em território nacional e o controlo das fronteiras aeroportuárias.

Estas medidas têm efeitos retroativos?
De acordo com o ministro Leitão Amaro, segue-se a lógica normal de que as alterações legislativas sejam aplicadas apenas a processos entrados a partir da vigência da lei. Porém, haverá "casos excecionais" em que as novas regras serão aplicadas a processos pendentes, sobre os quais a lei terá efeito retroativo. É o caso dos pedidos de nacionalidade feitos a partir de 19 de junho. O ministro explica: "A partir desse dia, subsequente ao primeiro-ministro e a eu próprio termos detalhado as medidas restritivas da nacionalidade no Parlamento, criou-se a expectativa de que as regras iam mudar. E, portanto, era previsível uma correria às apresentações, mesmo sem cumprimento dos requisitos. A esses pedidos aplicam-se as novas regras." **R.M.**

SAÚDE

INEM: ninguém atendeu no dia da greve

Governo culpa dois profissionais por morte em dia de greve; sindicato diz que pedido de socorro ficou por atender

VERA LÚCIA ARREIGOSO



Inquéritos aos restantes nove casos mortais durante a greve serão concluídos até ao final de julho FOTO ANA BAIÃO

Uma vítima mortal por atraso no socorro durante a greve do INEM está já confirmada pela Inspeção-Geral das Atividades em Saúde (IGAS). Os inspetores apontam "indícios da prática de conduta infratória" a dois profissionais e o Governo defende, por isso, que a morte não pode ser imputada à greve, "nem sequer a uma demora no atendimento da chamada pelo Centro de Orientação de Doentes Urgentes (CODU)". Mas a chamada terá sido uma das quase cinco mil que, no total, não foram atendidas no dia 4 de novembro, quando coincidiram duas greves dos técnicos de emergência pré-hospitalar.

Ao Expresso, o presidente do Sindicato dos Técnicos de Emergência Pré-Hospitalar descreve o histórico do pedido de ajuda e desmente a afirmação feita, em comunicado, pelo gabinete da ministra da Saúde. Rui Lázaro garante que "conhece detalhadamente" o caso e que o telefonema da mulher da vítima, com 53 anos e residente no concelho de Pombal, não foi atendido pelo CODU, como afirma o ministério.

Na nota, a equipa de Ana Paula Martins detalha até que "as causas das falhas no socorro deste caso terão, alegadamente, sido comportamentos individuais subsequentes ao atendimento da chamada de emergência". Mas, segundo Rui Lázaro, a chamada foi uma das muitas que não foram atendidas naquele dia da greve — "4816, mais de metade das 7326 recebidas pelos CODU e incluindo 467 de prioridade máxima". E conta que a mulher da vítima fez vários telefonemas para o INEM e nenhum teve resposta. A chamada não passou da central 112 para um dos CODU, garante.

> "Demora entre chamada para o 112 e acionamento da SIV de Pombal e da VMER de Leiria é censurável", diz a IGAS

"Foi um colega que estava na central 112 com a PSP, como elemento de ligação, que se apercebeu de que o caso era grave e não estava a ser atendido e que contactou diretamente uma colega no CODU Central, para passar-lhe o número da mulher da vítima, que estaria a ter um enfarte", conta o dirigente sindical. A técnica, "que não estava no atendimento e sim a fazer acionamento", terá tentado contactar a mulher do doente, sem obter resposta. "Voltou a ligar para o colega que estava no 112, que lhe deu o número de outro familiar."

Daqui em diante os desencontros terão sido sucessivos, de acordo com esta versão. "O familiar atendeu e disse que a vítima e a mulher tinham decidido ir para o hospital em viatura própria e deixado os telemóveis em casa. Além disso, não sabia nem o hospital nem por que estrada seguiram." Foi nesse momento que a técnica pediu ajuda ao médico regulador do CODU de Coimbra. O médico de família terá dito que não poderiam enviar socorro sem saber para onde.

No entretanto, os bombeiros da área receberam uma chamada para o mesmo caso, "presume-se de alguém que se cruzou com o carro da vítima". Os bombeiros saíram em socorro e chegados junto do homem contactaram o INEM para pedir apoio diferenciado. "A ambulância de Suporte Imediato de Vida (SIV) de Pombal estava ocupada e foi acionada a Viatura Médica de Emergência e Reanimação (VMER) de Leiria. Entretanto, a SIV ficou livre e foi igualmente acionada, juntamente com a Unidade Móvel de Intervenção Psicológica." Todos os meios foram ao encontro dos bombeiros e da vítima na estrada, entre Pombal e a aldeia onde vivia, Cacinheiras, mas o óbito acabaria por ser declarado no local.

Rui Lázaro critica as conclusões da IGAS e do Ministério da Saúde: "O INEM é desresponsabilizado e tenta-se fazer dos profissionais bodes expiatórios." E sublinha que, "legalmente, nenhum técnico tinha que se apresentar ao serviço naquele dia, porque não tinham sido previstos serviços mínimos nem identificados os técnicos para os assegurar pelos Recursos Humanos do INEM".

Sem "socorro num tempo mínimo e razoável"

A IGAS explica que "o primeiro contacto para a linha 112 foi às 13h12 e a VMER chegou às 15h02", ou seja, irremediavelmente tarde. "A morte do utente poderia ter sido evitada caso tivesse havido um socorro num tempo mínimo e razoável que tornasse possível a evacuação através de uma Via Verde Coronária para um dos hospitais mais próximos, onde a vítima poderia ser submetida a angioplastia coronária", em Leiria ou Coimbra. Os inspetores, que nunca referem que o CODU atendeu a chamada, afirmam que o atraso, no dia de greve, foi determinante e admitem que a técnica e o médico do INEM que intervieram no processo de socorro sejam alvo de sanções, disciplinar no caso da primeira e término da prestação de serviços no segundo caso.

Ao Expresso, a IGAS justifica que "a demora no atendimento entre a chamada para a Linha 112 e o acionamento da SIV de Pombal e da VMER de Leiria é juridicamente censurável, porque é possível imputar a prática de um comportamento desviante passível de responsabilização disciplinar". A técnica por "não ter sido célere na triagem e despacho dos meios necessários para a prestação de cuidados médicos por parte do INEM, sendo por conseguinte negligente na sua atuação profissional aquando do atendimento das diversas chamadas telefónicas". "Já o médico regulador do CODU, tomando conhecimento da situação ocorrida com a vítima em apreço, em concreto no decurso da chamada telefónica, não diligenciou pelo acionamento de um meio de emergência mais diferenciado, ou seja, da VMER, atenta a gravidade da situação clínica da vítima." O Ministério da Saúde nada acrescentou.

A falta de técnicos atingiu o pico no dia 4 de novembro, a que foram associadas 12 mortes por falta de socorro e alvo de inquérito pelos inspetores. Três processos estão terminados — o óbito com causalidade e dois arquivados — e os restantes serão concluídos até ao final de julho.

varreigoso@expresso.impresa.pt

Admissão irregular na Dermatologia do Santa Maria

Auditoria identifica falhas na entrada dos doentes na lista cirúrgica. Há quatro médicos sob investigação



Inspeção da Saúde quer conclusões sobre o Santa Maria em 45 dias FOTO TIAGO MIRANDA

Os primeiros resultados da avaliação alargada do Hospital de Santa Maria, em Lisboa, ao seu Serviço de Dermatologia, em curso desde que foram denunciados pagamentos exorbitantes por cirurgias 'fora de horas', indicam que as irregularidades terão ocorrido muito antes da realização das operações aos sábados. O relatório preliminar da auditoria interna sinalizou o problema logo na entrada dos doentes na lista de espera cirúrgica.

O Expresso apurou que a utilização indevida, e lucrativa, do sistema de incentivos para reduzir a demora no acesso a intervenções cirúrgicas terá sido verificada antes das operações e da respetiva codificação para pagamento — até agora, com uma conformidade quase total, segundo a auditoria clínica feita em 2024 e entregue em janeiro deste ano. Ou seja, o desvio seria feito "quando o utente é admitido, inscrito para cirurgia, quando se decide se o doente é operado em base (durante o horário regular) ou em adicional, se é pequena cirurgia ou de ambulatório, entre outras decisões" explica fonte hospitalar.

"O sistema informático, de registo, foi triplamente verificado e não foi detetado nada. Portanto, teria de ser antes da codificação. Assim, fez-se um varrimento completo, desde a entrada do doente na consulta até à realização da cirurgia", acrescenta a mesma fonte. Confrontado com os dados apurados, o diretor da Dermatologia, Paulo Filipe, a quem cabe autorizar toda a atividade adicional, por exemplo, colocou o lugar à disposição no início da semana e o presidente do hospital, Carlos Martins, aceitou.

O administrador não revela o que foi descoberto em concreto, mas garante que "não se inventaram doentes, nem doenças". Dito de outra forma, poderá sim ter existido a dita seleção de quem operar, quando operar ou que dados do doente considerar, para rentabilizar a intervenção. Sobre Paulo Filipe, os responsáveis ainda não sabem se foi conivente ou negligente.

"Erro" no caso da médica ausente em Itália

Esta semana, a TVI noticiou que uma dermatologista assinou cirurgias quando estava num congresso em Itália, mas Carlos Martins esclarece que foi um erro administrativo. Aliás, "um lapso que ocorreu durante a remarcação das cirurgias e que nem sequer foi da dermatologista", explica um elemento da equipa. Por sua vez, Carlos Martins assegura que as cirurgias em causa foram realizadas numa quarta-feira, 14 de maio, em horário normal e sem pagamento extraordinário.

A produção adicional em cirurgia dermatológica está ainda sob avaliação no âmbito dos processos clínicos dos doentes, igualmente pedida pelo presidente do hospital. Carlos Martins decidiu ainda abrir inquéritos autónomos envolvendo quatro dermatologistas. A par, avançaram também auditorias de gestão à produção adicional das demais especialidades cirúrgicas, num total de 15 e incluindo a codificação, ou seja, as faturas finais.

A Dermatologia do Santa Maria é alvo de inquérito pela Inspeção-Geral das Atividades em Saúde (IGAS) e pelo Ministério Público, aguardando-se resultados. Ao Expresso, a IGAS revelou que "deu prioridade ao inquérito", ou seja, espera-se uma conclusão em cerca de 45 dias. "Até podia ser antes, mas o hospital pediu-nos 15 dias para enviar todos os documentos."

A IGAS alargou a intervenção às cirurgias adicionais e será escrutinada a produção acrescida nas restantes 38 unidades locais de saúde e nos três IPO's. Para já, os inspetores vão avançar em dez. A escolha está a ser feita, mas há já duas certezas: Santa Maria e Braga são hospitais prioritários. V.L.A.

ACIDENTES



No fim de 2024, havia 785 passagens de nível no país, segundo a IP FOTO CARLOS BARROSO/LUSA

42 pessoas morreram em passagens de nível em seis anos

Entre 2019 e maio de 2025, registaram-se 140 acidentes. Há **22 "medidas corretivas" por aplicar**

RAQUEL ALBUQUERQUE

Em seis anos e meio, 42 pessoas morreram e 26 ficaram gravemente feridas em acidentes em passagens de nível, resultantes da colisão de comboios com peões ou veículos rodoviários. Os dados da Autoridade Nacional de Segurança Ferroviária (ANSF), integrada no Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT), mostram que, entre janeiro de 2019 e maio de 2025, foram registados 140 acidentes em passagens de nível, dos quais dez nos primeiros cinco meses deste ano.

Fora desses dez acidentes registados até maio está o que ocorreu no passado dia 18 de junho, quando um comboio Intercidades abalroou um camião na Linha da Beira Baixa, na passagem de nível de Alpedrinha, no concelho do Fundão. O acidente causou quatro feridos ligeiros. A Infraestruturas de Portugal (IP), a quem cabe a gestão da segurança do sistema ferroviário, informou que os equipamentos e a sinalização na passagem de nível automática "estavam ativados, com as meias barreiras em baixo".

A necessidade de melhorar a segurança nas passagens de nível em todo o país tem sido um alerta repetido nos relatórios da ANSF. O problema tornou-se mais visível em 2019, quando morreram 12 pessoas, um número que já não se registava há uma década. Nessa altura, foi criado um grupo de trabalho para estudar o assunto e emitir recomendações. Recentemente, em 2023, os acidentes graves mais do que duplicaram face ao ano anterior, provocando oito mortes. O indicador "reforça, mais uma vez, a necessidade já identificada pela ANSF de acelerar a implementação de medidas de gestão do risco em passagens de nível", lê-se no relatório da autoridade.

Em 2023, existia um total de 810 passagens de nível — das quais 329 (41%) sem guarda ou sinalização automática. Em 2024, o número desceu para 785, mantendo-se a tendência de redução destes locais — há 18 anos, eram quase 1300. Para a ANSF, "apesar de a supressão ser a medida mais eficaz na redução do risco" nestes locais, há outras formas de melhorar a sua segurança, passando, por exemplo, por medidas tecnológicas e de cumprimento da legislação em vigor.

"A ANSF, enquanto entidade de responsável por promover, reforçar e fiscalizar as empresas em matéria de segurança ferroviária, tem desenvolvido várias ações de supervisão sobre esta temática. Inspecionou, entre 2020 e a presente data, as 31 passagens de nível onde se verificaram maior número de ocorrências", diz ao Expresso, referindo ainda o estudo de segurança já realizado. "Destas ações resultaram 82 medidas corretivas, das quais 22 ainda se encontram por implementar à presente data." Além disso, em 2021, a ANSF realizou uma auditoria ao Sistema de Gestão da Segurança da IP "e emitiu uma não-conformidade relativamente à gestão do risco em passagens de nível, que até à data se mantém sem resolução", acrescenta.

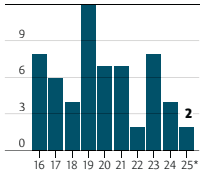
Ainda longe das metas

A IP publicou um plano para a redução desta sinistralidade, anunciando até 2030 a supressão de 135 passagens de nível e a reclassificação de outras 237, envolvendo um investimento acima de €316 milhões. O objetivo é chegar a 2030 com menos de 10 acidentes por ano e 87% das passagens de nível com sistemas automáticos de sinalização.

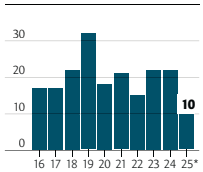
Por enquanto, as metas estão distantes: só em metade deste ano já foram superados os dez acidentes, provocando dois mortos e dois feridos graves. Em 2024, contam-se outros 22 acidentes e entre as quatro vítimas mortais está um homem de 78 anos, com mobilidade reduzida, colhido na passagem de nível na travessa João de Deus, em Ermesinde, a 3 de dezembro. Segundo a análise preliminar do acidente, disponível no site do Gabinete de Prevenção e Investigação de Acidentes com Aeronaves e de Acidentes Ferroviários, a distância de visibilidade disponível nesse local, para uma pessoa verificar se se aproxima um comboio, "é de não mais de 230 metros, a que correspondem no máximo sete segundos para fazer o atravessamento, tempo que pode ser insuficiente para utilizadores com dificuldades de mobilidade".

ralbuquerque@expresso.impresa.pt

MORTES
Em passagens de nível



ACIDENTES
Em passagens de nível



*Dados preliminares até maio
FONTE: ANSF/IMT

PUBLICIDADE

DUORUM

UM BRINDE À EXCELÊNCIA VINÍCOLA DO DOURO

TENDO COMO BERÇO OS VINHEDOS MILENARES DO DOURO, de onde despontam vinhos de qualidade ímpar e reconhecida em todo o mundo, a Duorum brinda à excelência vinícola com um empenho firme em manter elevados padrões de exigência ambiental. Nascida em janeiro de 2007, no Vale do Rio de Ouro, evocando a expressão latina que significa "de dois", a Duorum, marca do grupo João Portugal Ramos, traduz o equilíbrio perfeito de um projeto sonhado por dois enólogos, fincando as suas raízes num *terroir* excecional e protegido – o Douro Superior –, erguido em socalcos com diferentes altitudes, entre os 150 e os 500 metros, e apenas com castas autóctones. Fazendo jus ao compromisso com a biodiversidade, sustentabilidade e desenvolvimento rural que a marca assumiu desde a primeira hora, as propriedades da Duorum integram a Rede Natura 2000, na Zona de Proteção Especial para Aves do Douro Internacional e Vale do Águeda (ZPE), assumindo-se como um Sítio de Importância Comunitária do Douro Internacional. A conduta ambiental e vitícola assumida pela Duorum levou inclusive ao reconhecimento do Instituto para a Conservação da Natureza e Biodiversidade (ICNB) e à sua consequente adesão à iniciativa europeia Business&Biodiversity, uma rede internacional de empresas que integra na sua atividade preocupações com a natureza e a biodiversidade.



Altitude assume-se como a companhia ideal para um copo de vinho antes da refeição, nos fins de tarde quentes de verão ou junto à piscina, mas também para uma refeição bastante versátil

ALTITUDE BY DUORUM

Pronta para abraçar novos voos, em 2022, a Duorum apresentou ao mercado uma nova marca: Altitude by Duorum. Fiel ao seu esforço de longa data em prol da natureza e da biodiversidade, sobretudo quando se fala de preservação das diversas espécies de avifauna raras e ameaçadas da região, a Duorum lançou assim um vinho com a representação de um pássaro no rótulo, evocando esse mesmo compromisso fundador com a defesa do meio ambiente.

O Altitude by Duorum procura expressar o carácter único do Douro Superior, transportando-nos para uma imagem panorâmica das vinhas de cota alta, que proporcionam vinhos frescos, frutados e vibrantes, e que constituem um refúgio para a biodiversidade local.

As uvas são selecionadas no seu ponto ótimo de maturação, com o objetivo de obter o perfeito equilíbrio entre frescura e complexidade, próprio dos vinhos do Douro Superior. As vinhas em altitude estão sujeitas a noites mais frescas e a dias em que as altas temperaturas do Douro são amenizadas por uma brisa constante. É esta amplitude térmica, entre a noite e o dia, que contribui para obter uvas maduras, mas com excelente acidez. O vinho estagia em depósitos inox, sendo de seguida engarrafado, privilegiando assim a pureza e frescura da fruta. Estas características, frescas, frutadas, equilibradas e vibrantes fazem de Altitude (branco e tinto) um vinho de elevado pendor gastronómico. Deste modo, Altitude assume-se como a companhia ideal para um copo de vinho antes da refeição, nos fins de tarde quentes de verão ou junto à piscina, mas também para uma refeição bastante versátil.





Seja Responsável. Beba com Moderação.

JUSTIÇA

Julgamento de Sócrates: adiamento provocará prescrição de mais crimes



Depois de mais de 10 anos de investigação, José Sócrates ainda não sabe por quantos crimes será julgado FOTO NUNO FOX

Juíza está obrigada a **adiar o início do julgamento caso aceite juntar todos os crimes** num só processo

RUI GUSTAVO

A juíza Susana Seca, que preside ao coletivo de magistrados que vai julgar a Operação Marquês, terá de tomar uma decisão fundamental para o futuro do caso logo no primeiro dia do julgamento: aceita a sugestão da colega Sofia Marinho Pires e junta ao processo o minicaso em que José Sócrates e Carlos Santos Silva foram pronunciados por três crimes de branqueamento de capitais ou então ignora a decisão daquela juíza de instrução e ordena um segundo julgamento para o ex-primeiro-ministro e para o seu amigo e empresário.

A decisão, que deverá ser tomada a 3 de julho, tem implicações imediatas: se disser que sim, a juíza Seca terá de dar um prazo de 50 dias às defesas destes dois arguidos para se pronunciarem sobre a nova acusação, provocando mais um adiamento num processo que se arrasta desde 2014. Se recusar apensar os dois processos, arrisca-se a que o minicaso de branqueamento não seja corretamente julgado, porque, tal como explicou Sofia Marinho Pires, há "factos conexos" entre os dois processos e "é essencial à boa decisão da causa que estes factos sejam julgados conjuntamente, sendo também necessário para evitar a repetição de produção de prova e a eventual contradição de julgados".

De acordo com várias fontes ouvidas pelo Expresso, a pesar na decisão da juíza está o facto de alguns crimes relacionados com o financiamento da Caixa Geral de Depósitos ao empreendimento de Vale do Lobo começarem a prescrever já no início de 2026. A prescrição destes e de outros crimes só interrompe quando houver uma decisão e quanto mais tarde o julgamento começar maior é o risco de prescrição.

Terá sido por causa disso que a equipa de três procuradores que irão fazer o julgamento pediu à juíza que separasse este segmento da acusação em relação aos arguidos Armando Vara, Diogo Gaspar Ferreira e Rui Horta e Costa, apesar de manter no processo as acusações contra Sócrates, Santos Silva e Carlos Barroca, do grupo Lena. "No caso presente, e conforme referido, já foi concretizada a prescrição do procedimento criminal quanto a numerosos crimes inicialmente acusados no segmento factual de Vale do Lobo, persistindo um perigo real de prescrição do procedimento criminal quanto a alguns dos crimes pronunciados", argumentaram os três procuradores. Mas Susana Seca não aceitou os argumentos do Ministério Público e decidiu que tudo terá de ser julgado no mesmo processo, mesmo correndo o risco de mais prescrições.

Ministério Público tem três procuradores em exclusivo para o julgamento

Aluna do ano chamada para o julgamento

A prova de que o Ministério Público aposta muito do seu prestígio neste caso inédito — é a primeira vez que um ex-primeiro-ministro responde em tribunal por crimes como corrupção, fraude fiscal e branqueamento de capitais — está no facto de o procurador-geral da República ter nomeado três procuradores que acompanharão o julgamento em exclusivo. Por regra, é apenas um e só raramente tem exclusividade num processo.

Rómulo Mateus, que foi diretor-geral dos Serviços Prisionais, vai liderar a equipa e terá como braço direito a procuradora Nadine Xarope, que em 2011 foi a melhor aluna do ano no Centro de Estudos Judiciários e a escolhida para falar na cerimónia de tomada de posse dos novos magistrados. Em princípio, deverá estar presente na sala de audiências onde vai decorrer o julgamento. O procurador Rui Real vai ficar mais pelos bastidores no apoio aos colegas. Para além deste trio, há mais três procuradores que estarão com especial atenção ao julgamento: Rosário Teixeira, que conduziu a investigação do caso, e ainda Inês Bonina e Ana Catalão, que também assinaram a acusação. Estes três experientes magistrados terão a missão de dar apoio aos colegas do julgamento no que for necessário.

O principal arguido do processo é José Sócrates, que foi detido em novembro de 2014 à saída do avião que o levou desde Paris até Lisboa. Esteve em prisão preventiva na cadeia de Évora, em domiciliária num apartamento de Lisboa e foi obrigado a apresentações semanais depois de o tribunal ter entendido que não estava a respeitar o termo de identidade com viagens regulares ao Brasil.

O ex-governante, que ao longo desta década que já dura o processo negou sempre todas as acusações, considera que o julgamento não pode começar porque não há uma acusação ou um despacho de pronúncia "válidos". Mas todas as reclamações e recursos do ex-primeiro-ministro têm sido recusados.

Desta vez, só mesmo uma decisão da presidente do coletivo é que poderá levar ao adiamento de um julgamento histórico.

rgustavo@expresso.impresa.pt

Alta patente militar sob suspeita em tráfico de diamantes

Major escondeu pedras preciosas durante dois meses na base das forças portuguesas na República Centro-Africana

O major Sérgio M. é suspeito de ter escondido durante dois meses oito pedras preciosas traficadas por outros militares portugueses em missões anteriores na República Centro-Africana. Esta alta patente militar era nessa altura a quarta figura hierárquica mais importante na 6ª Força Nacional Destacada na missão das Nações Unidas em Bangui.

Em outubro de 2019, um colega do major que estava no fim da sua missão e iria partir para Portugal alertou-o de que seria contactado por Brice, um cidadão guineense que integrava uma organização não-governamental e se movia com à-vontade entre os militares portugueses estacionados na capital da República Centro-Africana.

Os dois homens acabaram por se encontrar num bar do campo militar, no início de dezembro, e no final da reunião, Brice entregou-lhe uma bolsa com oito pedras preciosas. O major só teria de as colocar num voo militar para Portugal, onde seriam recolhidas por cúmplices de uma rede de tráfico de diamantes que funcionava desde 2017 entre Bangui e Lisboa.

No dia seguinte ao encontro, houve um voo para a capital portuguesa mas o major decidiu ficar com as pedras preciosas, escondendo-as entre os seus bens no quarto.

Só que poucos dias depois, em janeiro do ano seguinte, Samuel W., um tradutor que fazia parte do esquema, decidiu denunciar a rede de tráfico às Forças Armadas portuguesas e à Polícia Judiciária Militar (PJM). Alegadamente porque nunca recebeu as comissões que lhe havia prometido o líder do grupo, o comando Paulo N.

Denúncia em Bangui

Durante esse mês, o major Sérgio M. começava a ser pressionado, por telefone, pelo capitão que o havia aliciado para o negócio no sentido de enviar com urgência os diamantes para Lisboa. Mas as pedras preciosas não saíram do esconderijo em Bangui.

Em fevereiro, os três militares mais importantes desta força nacional na República Centro-Africana foram destacados para uma missão no terreno, tornando-se o major Sérgio M., de repente, o elemento mais importante do campo militar português. Foi possivelmente por essa razão que ficou a saber da preparação de uma inquirição do Ministério Público português, por videoconferência, a Samuel W., o denunciante do esquema. Como oficial comandante do campo, foi o major quem teve de organizar esta audição, tendo nessa altura percebido que o tradutor iria contar todos os detalhes do caso às autoridades.



FOTO TIAGO MIRANDA

Militares portugueses em missão na RCA

E foi só nesse momento, dois meses após ter retido as pedras preciosas, que decidiu confessar aos seus superiores hierárquicos que tinha ficado com os diamantes que tinham como objetivo serem contrabandeados em Lisboa.

A 13 de fevereiro, no dia do interrogatório a Samuel W., o major redigiu uma participação formal sobre o que se passara e entregou a bolsa que continha os diamantes, bem como um documento com uma cópia das conversas por WhatsApp que tinha tido com o capitão que o recrutara.

As Forças Armadas instauram-lhe um processo de averiguações por causa da entrega tardia das pedras preciosas mas não sobre as suspeitas de contrabando de diamantes. E o major, que regressaria a Portugal num avião civil e foi obrigado ao gozo compulsivo de férias, acabou por ser alvo de uma repreensão agravada.

Este militar é um dos 52 arguidos num megaprocesso investigado há cerca de cinco anos e ainda sem uma acusação à vista. Em causa estão crimes de contrabando de diamantes em bruto, associação criminosa, branqueamento de capitais e fraude fiscal.

Ao Expresso, o Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA) confirma o castigo aplicado ao major em 2020 e revela que o militar se encontra em funções. Desde o caso, o EMGFA reforçou as medidas de segurança nos voos militares de apoio às tropas portuguesas no estrangeiro.

HUGO FRANCO
hfranco@expresso.impresa.pt

TERRORISMO

Uma dezena de polícias e militares em grupo neonazi

Movimento Armilar Lusitano **forneceu armamento a outros grupos de extrema-direita**

HUGO FRANCO

O Movimento Armilar Lusitano (MAL) era liderado por um chefe da PSP que aliciava polícias, militares ou pessoas com experiência no uso de armas para as fileiras deste grupo neonazi. Nos documentos judiciais consultados pelo Expresso é possível confirmar que pelo menos uma dezena de elementos das forças de segurança e militares colaboraram com o MAL, organização desmantelada há uma semana pela unidade de antiterrorismo da Polícia Judiciária e cujos líderes ficaram em prisão preventiva.

Foram monitorizadas conversas de um elemento da PSP — amigo de uma das líderes do MAL — que trabalharia também na segurança privada e seria conhecedor de informações sobre armas e explosivos, bem como de um agente principal da Polícia residente em Famalicão. Da área da GNR, um dos mais referenciados na investigação é um militar a viver na Polónia em licença de serviço onde trabalhava na compra e venda de armas, tendo enviado por correio para um dos líderes do grupo várias embalagens suspeitas, disponibilizando também armas e munições. E há pelo menos mais outros dois elementos da GNR que terão participado em almoços do MAL na Margem Sul em 2022.



Arsenal apreendido pela PJ ao Movimento Armilar Lusitano FOTO D.R.

Existem também dados sobre a presença de elementos das forças militares nos grupos de conversação *online* do MAL. Um deles seria mesmo um dos principais moderadores de um dos fóruns fechados dos neonazis. Um outro, um sargento, era amigo do chefe da PSP e terá comprado munições num armeiro também alvo desta investigação. Houve igualmente um fuzileiro da Marinha que forneceu ao grupo equipamento militar, incluindo camuflados. Noutros grupos privados *online* do MAL, pelo menos dois militares terão trocado informações sobre as manifestações das forças de segurança em Portugal, tendo sido também exibidas nesses fóruns secretos ações de manuseamento de armas brancas e pagamentos de material 3D que serviram para reforçar o arsenal dos neonazis.

> "Azeitonas" para as "oliveiras" era o código usado nos *chats* para "munições" e "armas"

MAL vendia armas a outros nazis

Os investigadores suspeitam que o MAL forneceu armamento a outras organizações de extrema-direita portuguesas suas aliadas. Uma delas compraria mesmo com alguma frequência armas e munições ao grupo agora desmantelado, seguindo os conselhos dos principais líderes do MAL para obter novo material.

O grupo adquiriu o seu arsenal no estrangeiro, encomendando armas na Alemanha, mas também através de um *site* de uma empresa italiana que comercializava armas de fogo, acessórios e munições. Para o negócio correr com maior discrição, os suspeitos usavam palavras de código nos *chats*: "azeitonas" e "galhos" para as "oliveiras" significavam "munições" e "carregadores" para as "armas".

O grupo apelou à participação em ações de protesto radicais. Entre os principais protestos em que estiveram envolvidos os neonazis destacam-se o dos coletes amarelos ou o mais recente dos agricultores.

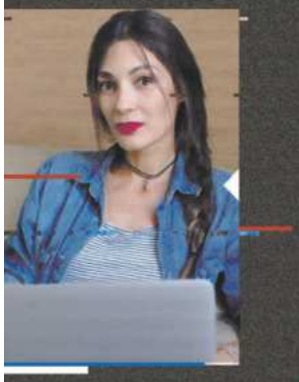
As ameaças e os insultos nestes grupos *online* do Telegram e do Signal eram dirigidos não só ao então primeiro-ministro António Costa mas também ao atual candidato à Presidência da República, o almirante Gouveia e Melo, que era o rosto principal na campanha de vacinação contra a covid-19. Mas nunca foi concretizado um plano concreto.

Mais séria parece ter sido a ameaça contra o Presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky. Dois operacionais do MAL mencionaram a possibilidade de atentado contra o líder ucraniano, que seria cometido por indivíduos de nacionalidade russa. A conversa foi monitorizada pelas forças de segurança no início de junho do ano passado, poucos dias após a passagem de Zelensky por Lisboa.

hfranco@expresso.impresa.pt



INVESTIGAÇÃO

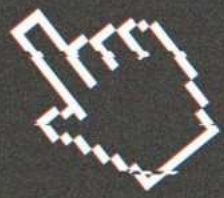




Dirty Payments Dezenas de *sites* que vendem aconselhamento sobre relações amorosas e outros temas têm testas de ferro em Portugal e noutros países europeus. Empresas foram toleradas pela multinacional de pagamentos *online* Worldline, apesar de apresentarem taxas elevadas de fraude, revela uma investigação do Expresso com a rede EIC

Sites sobre relações recrutam falsos donos em Portugal





MICAEL PEREIRA

Considerando apenas os factos superficiais, este seria um exemplo digno da Web Summit, tão fulgurante foi o sucesso alcançado com o negócio. A empresa Brumas e Cardumes Unipessoal Lda. foi criada em Portugal em abril de 2019 para se dedicar à venda de "livros e cursos educativos" pela internet. Logo em 2020, com apenas €500 de capital social e €6682 de gastos com pessoal, conseguiu faturar €2,1 milhões a partir de um apartamento na Bobadela, um subúrbio modesto de Lisboa, onde vivia a sua proprietária, uma senhora então com 63 anos.

Apesar dos resultados rápidos e sólidos, a dona e gerente do negócio, Tetiana Traskovetska, não ficou convencida de que devia continuar com a empresa e em julho de 2021 passou a sua quota para Tetiana Iakymenko, residente numa aldeia do concelho de Alcanena, a 100 quilómetros de Lisboa.

Oficialmente, a Brumas e Cardumes dedica-se à venda de livros e cursos *online*, mas a investigação Dirty Payments levada a cabo pelo Expresso com o Mediapart e mais 19 *media* internacionais, coordenada pela rede EIC (European Investigative Collaborations) e baseada em dados obtidos pela EIC e pelo "Der Spiegel", revela que a empresa foi catalogada pela multinacional francesa Worldline, um dos maiores fornecedores na Europa de soluções de pagamento *online* e também em terminais para lojas, como fazendo parte da categoria de "bares, discotecas com entretenimento para adultos, comércio sexual, serviços de acompanhantes e plataformas de encontros explícitos".

O Expresso não conseguiu falar com nenhuma das Tetianas. A empresa não tem número de telefone e ninguém respondeu a um pedido de esclarecimento enviado por *e-mail*, mas documentos confidenciais obtidos pela EIC mostram que a pequena firma de Alcanena está entre os mais de 450 comerciantes digitais identificados em julho de 2023 como problemáticos pela Autoridade Federal de Supervisão Financeira da Alemanha, a Bafin, na lista de clientes da Payone, subsidiária da Worldline naquele país. Todos esses comerciantes foram considerados de "alto risco", ao estarem associados a uma quantidade elevada de queixas e de estornos bancários, tendo na origem esquemas fraudulentos ou, no mínimo, eticamente questionáveis.

No caso da Brumas e Cardumes, a empresa apresentava em setembro de 2023 taxas de quase 14% de pagamentos fraudulentos e cerca de 10% de estornos executados pelos bancos — em que os consumidores recebem do seu banco os valores cobrados pela empresa, levando a que o banco inicie depois um litígio com ela — bem acima do limiar de 1,8% definido pela rede Visa como excessivo.

Apesar dos riscos, muitos desses clientes empresariais — ou comerciantes *online* — foram mantidos pela Worldline até 2024 através de outras subsidiárias. Havia uma razão para isso: a elevada rentabilidade desses clientes para a multinacional francesa, com comissões acima dos 4% sobre os pagamentos efetuados. Quanto maior o risco, maior a recompensa.

FUNDADA COM €500 NUM ANDAR NA BOBADELA, A BRUMAS E CARDUMES FATUROU €2,1 MILHÕES LOGO EM 2020

A armadilha das subscrições

Pelo menos 16 comerciantes que estavam registados como clientes da Payone em 2023, todos eles considerados como problemáticos, foram agregados pelo departamento de *compliance* da Worldline como fazendo parte de um grupo corporativo de nome Label Platform. Mais tarde, em março de 2024, essas 16 empresas seriam expulsas da carteira de clientes do grupo. Na lista constam a Brumas e Cardumes e mais três empresas registadas em Portugal, além de firmas incorporadas na Polónia, na Hungria, na Eslovénia, no Chipre e no Reino Unido.

A Label Platform é um projeto de contornos misteriosos que funciona ou funcionou, pelo menos parcialmente, a partir de Kiev, na Ucrânia. No seu *site* oficial, que deixou de estar ativo na semana passada, já depois de o Expresso ter enviado uma série de perguntas, era referido que se trata de uma empresa incorporada em Hong Kong, mas não era mencionado ninguém da equipa ou a identidade dos seus investidores. O *site* limitava-se a descrever o negócio de modo simples: "A nossa tecnologia de marca branca permite que mude a marca dos nossos produtos de *media* de acordo com a sua conveniência e que os forneça *online*. O nosso modelo de subscrição é flexível e adapta-se às suas necessidades."

Os *sites* dos clientes da Label Platform têm estruturas muito semelhantes uns aos outros e ofertas de pacotes de assinaturas mensais iguais: três eBooks e duas horas de *coaching* (em formato de vídeo) por mês custam €49,80; cinco eBooks e cinco horas ficam por €69,90; oito eBooks e oito horas de *coaching* têm o preço de €85,80. Em qualquer uma das três modalidades, é cobrada uma taxa fixa de €1,95 por cinco dias de período de avaliação, ao fim do qual a assinatura é acionada.

Na informação reunida em 2023 pela equipa de *compliance* da Worldline sobre uma outra empresa criada em Portugal, a Enigma Frenético Unipessoal Lda., estava incluída uma típica queixa associada a *sites* produzidos pela Label Platform. Um consumidor queixava-se em fevereiro de 2021 de que o domínio *plaisirdachat.com* (*plaisir d'achat*, ou "prazer de comprar") se tornara um fantasma: "Ninguém atende o correio eletrónico ou o telefone. A encomenda nunca chegou, ao fim de três meses. Mas o banco não o considera fraudulento, pelo que perdemos o montante da encomenda." Outro comentário dizia: "O *site* está encerrado. Mas fiquem descansados, se quiserem continuar a serem enganados, os proprietários provavelmente já recriaram pelo menos um outro *site*."

Agora, a Enigma Frenético tem a funcionar o Flirtytale.com, sobre aconselhamento de *online dating* e que está sinalizado em *sites* sobre fraudes. "Os utilizadores da internet indicaram que estão sujeitos a uma subscrição não solicitada", lê-se na *scamdoc.com*, que refere a existência de mais sete *sites* registados pela mesma empresa.

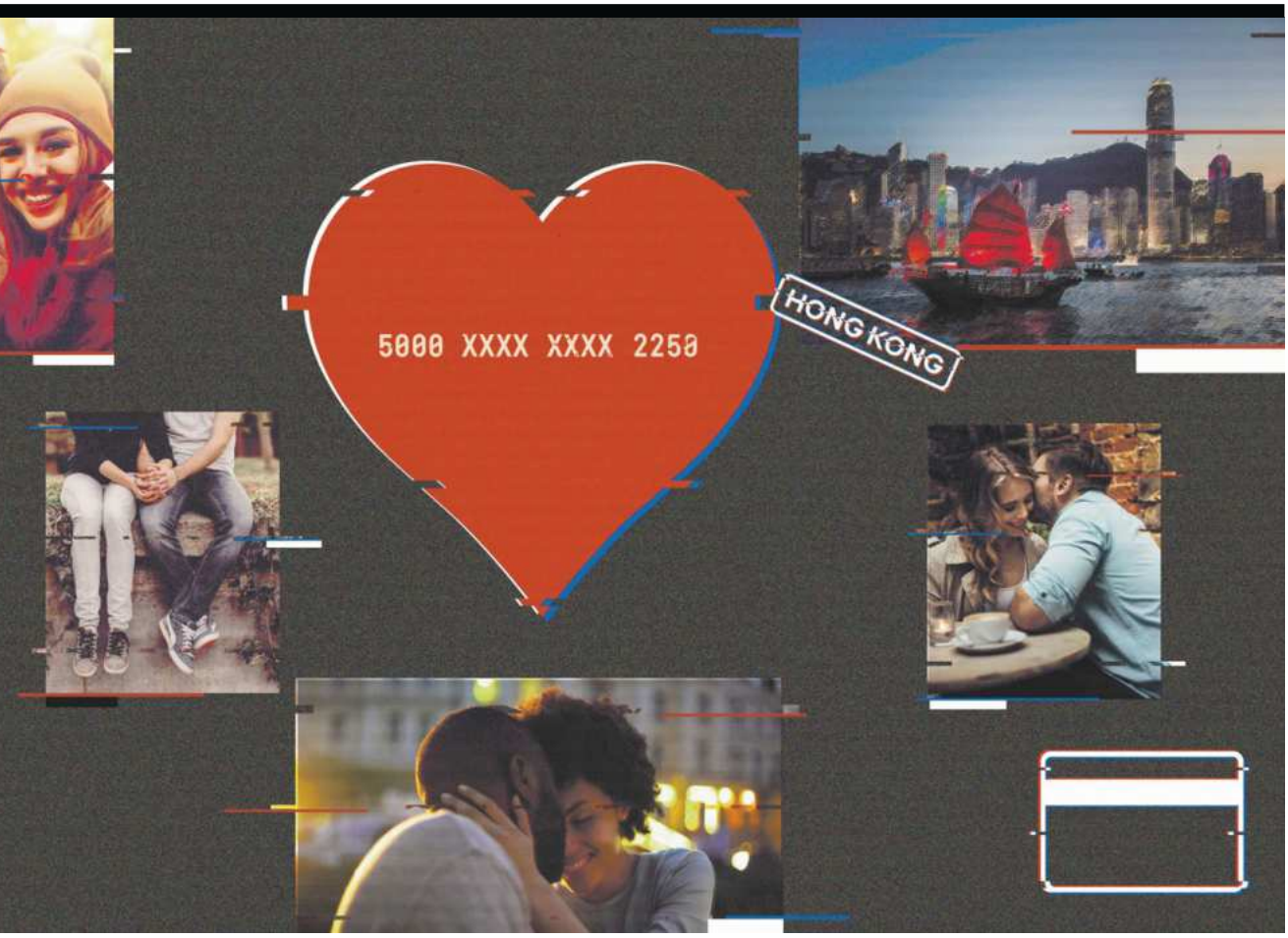
16 COMERCIANTES DE UM GRUPO MISTERIOSO CHAMADO LABEL PLATFORM FORAM IDENTIFICADOS EM 2023 COMO PROBLEMÁTICOS

Criada em 2019, a Enigma Frenético faturou €3,6 milhões logo no ano seguinte nas mesmas condições que a Brumas e Cardumes. Apesar da elevada faturação, logo em abril de 2020 a então proprietária e gerente, uma imigrante ucraniana em Portugal formada em língua chinesa numa universidade em Kiev, foi substituída por um promotor imobiliário do Porto, Raul Emmerich. Contactado por *e-mail* a propósito da sua empresa, Raul manteve-se em silêncio.

Algumas companhias incorporadas noutros países e associadas à Label Platform pela Worldline parecem ter o mesmo padrão na evolução que tiveram. Na Polónia, por exemplo, as empresas Onspeak, Onlearn e Onschool foram também criadas em 2019 e começaram igualmente por ser detidas por cidadãos ucranianos, que transferiram depois as suas quotas para outras pessoas.

Uma dessas companhias polacas, a Onschool, é referida em abril de 2020 em *e-mails* do departamento de *compliance* da Wirecard, um provedor alemão de soluções de pagamentos que foi à falência pouco depois. Nessa correspondência, obtida pela "Der Spiegel" e partilhada com a rede EIC, estavam em causa os comportamentos fraudulentos de uma série de comerciantes *online* que viriam mais tarde a ser admitidos como clientes pela Worldline. Além da Onschool, são mencionadas outras empresas associadas à Label Platform. No Chipre, a Audhill e a Meletere; no Reino Unido, a K.L.A. Enterprises; na Eslovénia, a Sofimed.

Numa mensagem interna da Wirecard, lê-se um comentário sobre os comerciantes da Label Platform: "Os muitos *sites* espelho e entidades



adicionais indicam elevados riscos. As queixas e as denúncias de fraude são um forte indício de que os *sites* e as entidades adicionais foram criados para atividades fraudulentas (fazer-se passar por marcas conhecidas, sorteios falsos, subscrições não solicitadas)."

Um dos esquemas reportados por esse departamento de *compliance* foi o uso de janelas *pop-up* a anunciar a quem visita o *site* que ganhou um iPhone ou um Samsung Galaxy e que só é preciso pagar €1,95 de portes de envio. Na realidade, uma subscrição não solicitada acaba por ser submetida pelo consumidor, sem que ele se aperceba do que está realmente a fazer.

Olhando para o que se passa em vários países, surgem outras sobreposições de factos. Na Hungria, uma empresa identificada como problemática pela Wordline tem como dono um imigrante ucraniano a viver em Alcanena, o concelho onde mora a atual dona da Brumas e Cardumes. Esse imigrante é proprietário de uma companhia portuguesa, a Objectivo Galáctico, que, embora não esteja na lista de 16 comerciantes suspeitos associados à Label Platform, foi também sinalizada pelas autoridades alemãs em julho de 2023 entre os clientes da Payone.

Testas de ferro recebem entre €2000 e €3000 por ano

Em outubro de 2019, um *site* local de notícias contava que tinha havido buscas da polícia num escritório em Kiev da Label Platform, que era então descrita como um negócio de conteúdos de marca branca com cerca de 50 funcionários na Ucrânia. Informações posteriores encontradas pela rede EIC não foram conclusivas e o tribunal em Kiev onde o processo foi registado não chegou a responder ao Expresso.

Em Portugal, duas das empresas que fazem parte das 16 companhias catalogadas como sendo do grupo Label Platform são detidas formalmente por dois irmãos. Cada um tem, pelo menos no papel, a sua própria companhia.

Um dos irmãos é uma jovem de 27 anos e tornou-se dona da sua empresa em janeiro de 2023, para substituir um primeiro proprietário, registado em 2019, que tinha como morada o apartamento da Bobadela da primeira Tetiana da Brumas e Cardumes. A companhia de que se assumiu responsável tem pelos 40 *sites* associados sobre amor e relacionamentos. Muitos desses *sites* têm domínios muito parecidos (*overfarlove.com, ovrfarlve.com, ovfarlov.com*, por exemplo) e alguns foram alvo de queixas por pessoas a quem foram debitadas assinaturas nos seus cartões de crédito.

Essa dona de 27 anos confessou ter ficado surpreendida com os factos quando foi contactada pelo Expresso e pediu que ela e a sua família não fossem expostas, por temerem as consequências. Explicou que lhes tinham assegurado que se tratava de um negócio sério. Primeiro começou com a mãe dela, uma ucraniana, que foi recrutada num grupo no Facebook de falantes de russo em Portugal. "Alguém anunciou nesse grupo: 'Estou à procura de pessoas que vivam em Portugal e estejam interessadas em obter rendimentos passivos'." Segundo ela, o recrutador, Ivan Sobko, justificou a necessidade de encontrar testas de ferro: a situação da guerra na Ucrânia fazia com que alguns empresários já não conseguissem trabalhar normalmente e, por isso, precisavam de quem os representasse — com um nome e um NIF.

UM DOS ESQUEMAS REPORTADOS FOI O USO DE JANELAS *POP-UP* A ANUNCIAR A QUEM VISITA O *SITE* QUE GANHOU UM I-PHONE

No primeiro ano, a mãe foi o único membro da família envolvida como testa de ferro. Passou a ser dona e gerente de uma empresa em Portugal e outra no Reino Unido. Agora, o circuito abrange cinco membros da família, todos eles donos de fachada de empresas. Além do irmão, juntaram-se o namorado da mãe e o seu próprio namorado. "Cada uma de nós recebe entre €2000 e €3000 por ano através de contas Revolut. Ninguém passa recibos. Disseram-nos que as empresas vendem livros e cursos e até hoje nunca tínhamos notado qualquer problema. Assinámos procurações para outras pessoas poderem tratar de tudo, incluindo abrir e movimentar contas bancárias." Essas procurações foram enviadas para intermediários no Chipre e na Alemanha.

Questionado por WhatsApp sobre a sua relação com a Label Plaftorm, Ivan Sobko, o recrutador, não respondeu. Num antigo perfil dele publicado numa rede social russa, os seus livros favoritos parecem revelar uma certa obsessão com fazer dinheiro: "O Homem Mais Rico da Babilónia", "Pense e Fique Rico" e, no topo da lista, "Why We Want You To Be Rich" (Porque queremos que seja rico), de Donald Trump e Robert Kiyosaki.

Justificações e contradições

Questionada por *e-mail*, a Label Platform respondeu através de alguém de nome Lia S., assinando com apenas a primeira letra do seu apelido e assumindo-se como "agente do serviço ao cliente". Segundo ela, "a Label Plaftorm (LP) era uma empresa que operava no mercado do comércio eletrónico (...), fornecendo *franchising* (marca branca) a comerciantes terceiros (franchisados). A LP cessou as suas atividades em 2020 e foi completamente dissolvida em 2024, após a conclusão de todas as formalidades relacionadas".

Mas como é possível então existir um serviço ao cliente ainda ativo? Quem são os fundadores e acionistas da empresa? E qual é o papel de Ivan Sobko, o recrutador de testas de ferro? Essas são informações que, de acordo com a funcionária (ou ex-funcionária), não podem ser dadas "por razões legais".

Lia S. contesta que o negócio da Label Platform esteja assente numa estratégia de fraude. "As armadilhas com subscrições são uma ficção", garante. "Se um consumidor não encontrar meios para cancelar a subscrição e/ou solicitar um reembolso num período de tempo razoável, é extremamente provável que o utilizador reclame junto do seu banco e faça um estorno. E ter 3% a 4% de estornos é o suficiente para fazer desaparecer economicamente qualquer negócio, como já confirmámos. Mais de 5% resultam no congelamento da conta do comerciante e a inclusão numa provável lista negra."

CINCO MEMBROS DE UMA FAMÍLIA FORAM RECRUTADOS COMO TESTAS DE FERRO. RECEBEM €2 MIL A €3 MIL POR ANO

O argumento não parece bater certo com a realidade. A empresa polaca Onschool, referenciada logo em 2020 pela Wirecard, apresentava uma taxa de estorno acima dos 12%, a mais alta de entre os 16 comerciantes da Label Platform considerados como problemáticos em setembro de 2023, e no entanto continuava com o negócio em 2024, mantendo-se atualmente *online*. As outras duas empresas também registadas na Polónia na mesma altura, a Onlearn e a Onspeak, com taxas de estorno acima de 9% e 7% em 2023, também continuavam ativas. A Onlearn, criou, inclusive, novos *sites* em 2025 com o velho esquema das subscrições a €85,80 e um período experimental a €1,95 — já depois da suposta dissolução da Label Platform.

Um desses novos *sites*, *getbznessmind.com*, é especializado em "psicologia empresarial" mas os eBooks que exibe são capas com fotografias tiradas de bancos de imagens e sem sequer trazem os nomes dos autores. Os termos e serviços são draconianos: a empresa não se responsabiliza por nada, incluindo por eventuais vírus que possam vir agregados a esses eBooks quando descarregados.

O mesmo acontece com os *sites* registados pelas empresas portuguesas, e que continuam igualmente ativos. O conteúdo é fornecido "tal como está" e sem qualquer tipo de garantias. Se o consumidor optar por aceder ao *site*, fá-lo por sua própria iniciativa e risco. "Leia com atenção o presente acordo, uma vez que, após descarregar conteúdos do *site* ou utilizar quaisquer outros serviços fornecidos pelos proprietários, isso significa que está a concordar imediatamente com todos os termos e condições." O suficiente para poderem alegar que um esquema duvidoso é, afinal, jogo limpo.

mrpereira@expresso.impresa.pt



O primeiro-ministro espanhol com a titular da pasta das Finanças, María Jesús Montero, no Congresso dos Deputados FOTO ALBERTO GARDIN/SOPA IMAGES

Corrupção São cada vez maiores as dúvidas sobre a continuidade da legislatura. Socialistas voltam-se contra o seu líder e primeiro-ministro

Críticos internos apertam cerco a Sánchez

ÁNGEL LUIS DE LA CALLE
Correspondente em Madrid

Acossado por casos de corrupção que envolvem pessoas e instituições próximas; na mira de uma oposição conservadora que considera o seu o pior Executivo da democracia; carente de apoios para exercer o poder, o chefe do Governo espanhol mostra-se firme na intenção de levar a legislatura até ao fim, em 2027. Não é certo que Pedro Sánchez, autor do livro "Manual de Resistência" (Península, 2019), vença as forças que o pressionam de todos os lados.

Ninguém sabe o que consta dos milhares de folhas redigidas pela Unidade Central Operativa, grupo de elite da Guarda Civil que investiga, por ordem de juízes do Tribunal Supremo, os casos de corrupção presumivelmente protagonizados por dois antigos secretários de Organização do Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE, centro-esquerda) e por um colaborador que gravava testemunhos desses atos ilícitos. Embora a cúpula socialista procure limitar o dano gerado pelo "triângulo tóxico" integrado por José Luis Ábalos, Santos Cerdán e Koldo García, investigações policiais poderão revelar indícios de financiamento ilegal do PSOE ou implicar outras figuras de topo no recebimento de comissões ilegais a troco de adjudicações de obras públicas.

Às numerosas atribulações que entorpecem a ação política do Governo e do seu líder somam-se três elementos recentes e relevantes: a imputação judicial de outro colaborador próximo de Sánchez, Félix Bolaños, o triplo ministro (Justiça, Presidência e Assuntos Parlamentares), no processo contra a mulher do primeiro-ministro, Begoña Gómez; contestação interna a um nível inédito no PSOE; e a pugna na NATO, sobretudo com o Presidente dos Estados Unidos, quanto aos gastos em Defesa.

Juiz pouco rigoroso

A acusação a Bolaños, a pedido do juiz Juan Carlos Peinado no Supremo, faz parte do errático percurso deste magistrado da Audiência Nacional, nos últimos 14 meses, contra o círculo da mulher de Sánchez, com base numa denúncia do pseudossindicato de extrema-direita Mãos Limpas. Alega que Gómez terá cometido irregularidades em atividades relacionadas com cursos universitários. No caso de Bolaños, Peinado — que interrogou o próprio Sánchez na sede do Governo — defende que Gómez desviou fundos públicos, por ter utilizado em tarefas privadas uma assessora contratada para assuntos oficiais. O juiz responsabiliza Bolaños por essa contratação; o ministro nega.

Alberto Ibarra, porta-voz do partido Compromisso (esquerda nacionalista valenciana), parte da coligação governante por integrar a frente de esquerda radical Somar, considera "grotesco" o auto de Peinado. Nele lê-se que a última vez que Bolaños viu Cristina Álvarez (a assessora em causa) foi "no velório de Begoña Gómez", que, é claro, está viva. São tantas as bizarrias do processo que nem o Partido Popular (PP, conservador, maior força da oposição) o utiliza para atacar o Governo.

UM GRUPO DE 38 EX-DIRIGENTES DO PSOE TORNOU PÚBLICO UM MANIFESTO A PEDIR A SÁNCHEZ QUE SE DEMITA

Bolaños assegura que o auto "não tem ponta por onde se lhe pegue". Enrique Santiago, dirigente da bancada do Somar, afirma ao Expresso que "a imputação de Bolaños faz parte de uma operação de desestabilização muito organizada". Até o Podemos, grupo de esquerda radical que fez parte do Governo de Sánchez na anterior legislatura e depois se desvinculou, defende o ministro. A sua líder parlamentar e ex-ministra Ione Belarra considera, porém, que "a legislatura acabou" e que os escândalos de corrupção "tiraram ao Governo a capacidade política para resolver os problemas do país".

Frente não menos importante é a da contestação interna, crescente à medida que se aproxima uma remodelação da cúpula do partido planeada por Sánchez para saneá-la de suspeitos de conivência com os alegados corruptos. Aos clássicos críticos — presidentes de comunidades autónomas como o de Castela La Mancha, Emiliano García Page — somam-se vozes como a da ex-presidente andaluza Susana Díaz, adversária de Sánchez nas primárias do PSOE em 2017: "Sem orçamento de Estado nem apoio da esquerda, o Governo não aguenta até 2027."

Um grupo de 38 ex-dirigentes do PSOE divulgou um manifesto a pedir a Sánchez que renuncie, devido à "grave degradação institucional", que provoca "desconfiança dos cidadãos face ao sistema democrático". O texto, que causou grande mal-estar na esfera do primeiro-ministro, refere o segundo ano consecutivo em duodécimos, a progressiva marginalização do poder legislativo, o repetido incumprimento de compromissos eleitorais, o exercício discricionário do poder executivo através de decretos, a ocupação partidária de órgãos reguladores do Estado e as negociações opacas sobre uma lei de amnistia "à medida das exigências de um fugitivo à Justiça [o ex-presidente catalão Carles Puigdemont]".

Também há expressões de apoio. Jesús Caldera, deputado socialista durante 33 anos e ministro do Trabalho (2004-08) de José Luis Zapatero, escreve esta quinta-feira no jornal "El País": "Não votei em Sánchez nas primárias de 2014 nem nas de 2017, mas respeitei os resultados. Julgo as pessoas pelas suas ações. Desse juízo, que creio equânime e imparcial, concluo que Pedro Sánchez merece a confiança do país e a minha."

Igreja entra em cena

O presidente da Conferência Episcopal Espanhola, Luis Argüello, defende eleições antecipadas e a demissão de Sánchez como "saída para o bloqueio institucional". Reforça o secretário e porta-voz da entidade, Francisco García Magán: "A corrupção é um dos cancros da democracia, seja de que cor for, porque mina os pilares do Estado, faz perder a credibilidade e é uma porta de entrada perigosíssima para situações de autoritarismo." Num país constitucionalmente laico, e apesar de tomadas de posição sobre temas como aborto ou casamento homossexual, nunca se vira o clero intervir com tamanha contundência no período democrático.

O único assunto que vale elogios a Sánchez é a firmeza quanto ao orçamento da NATO para os próximos anos. Arrancou ao secretário-geral da aliança, Mark Rutte, um compromisso para gastar em Defesa o equivalente a 2,1% do seu PIB. Isso indignou o Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, que chama a Espanha "um problema" e ameaça aumentar para o dobro as tarifas aduaneiras que lhe são impostas. Enfrentar o gigante americano costuma ser bem recebido em Espanha. "Sinto-me orgulhoso por ter como primeiro-ministro Pedro Sánchez", afirmou, em reação, o politólogo e jurista Javier Aroca.

internacional@expresso.impresa.pt

Memórias de Bárbara, a amante do rei Juan Carlos

Atriz não revela grandes segredos sobre a relação com o monarca, mas diz que ele "estava mais apaixonado" do que ela

O assunto são livros, e vão todos dar à figura de Juan Carlos I de Borbón, antigo rei de Espanha e pai do atual, Filipe VI. Saíram há dias as memórias de Bárbara Rey, polifacética figura do espetáculo nacional e há muito catalogada como uma das amantes mais regulares do monarca emérito, cuja agitada vida sentimental é conhecida.

"Yo, Bárbara. Por Primera vez Toda mi Verdad" (editora Plaza e Janés, 427 páginas, €23,90) ocupa lugares de destaque nos escaparates das livrarias. Uma adequada campanha de promoção acirrou a fome de "informação cor-de-rosa" de parte da sociedade, muito interessada em conhecer os detalhes mais sórdidos da vida privada dos famosos, sobretudo se provêm de estirpe real.

No caso de Bárbara Rey — nascida em Múrcia há 75 anos, também conhecida por María García ou "Marita" —, que nunca deixou o estrelato mediático por completo, a publicação foi antecedida de imagens, até agora desconhecidas, em revistas estrangeiras. A artista e o rei aparecem em alguns dos seus encontros íntimos. Este material gráfico, que não aparece no livro, faz parte da bagagem documental guardada pela própria, que terá recebido suculentas quantias de dinheiro para não a divulgar.

A autobiografia de Marita, que o jornalista Mattín Bianchi, do diário "El País", descreve — numa das escassíssimas entrevistas concedidas por Bárbara nas passadas semanas — como "atriz de cinema e de teatro, vedeta, cantora, apresentadora de televisão, locutora de rádio, domadora de elefantes, musa de pouca roupa e símbolo sexual da transição, rainha do papel couché, ícone LGTBQI+, imagem da União de Centro Democrático [partido com que Adolfo Suárez venceu as primeiras eleições democráticas espanholas, em 1977], porta-voz do Ministério das Finanças", fica aquém das expectativas criadas. Rey alonga-se na descrição da sua infância, não poupa pormenores dos maus-tratos sofridos durante o casamento com o artista de circo Ángel Cristo, confessa sem pudor as aldrabices do seu filho, Ángel, que tentou aproveitar-se da relação da mãe com o ex-rei, mas não destapa grandes novidades sobre os efeitos do seu caso com Juan Carlos, que começou em 1977 e se estendeu por duas fases, intervaladas pelo tempo em que foi casada.



Bárbara relata como recebeu telefonemas diretos do então rei, que insistiu até a convencer a conhecê-lo em carne e osso. Um "enorme carro preto" foi buscá-la e levou-a ao Palácio da Zarzuela, residência da família real espanhola, incluindo a rainha Sofia, mulher de Juan Carlos, que não é mencionada nas páginas do livro. "Apareceu, muito bem vestido, com fato azul-escuro, impecavelmente confecionado à medida, e gravata. Estendeu-me a mão. O seu porte destacava-se pela estatura e pela compleição robusta, mas magra. Pediu-me que me sentasse, sentou-se à minha frente e começámos a falar", escreve a atriz.

Os encontros aconteceram numa casa rústica construída no monte de El Pardo, chamada La Angorilla, que servira de pavilhão de caça de Franco. "Aquela casa passou a ser o único lugar onde nos vimos durante quase três anos. Sempre ali. Sentávamo-nos, falávamos, fazíamos amor. Depois continuávamos a falar, até serem 17h30 ou 18h, hora a que me ia embora. Víamo-nos praticamente uma vez por semana."

Passaram mais tarde para as residências da artista, que também o presenteava com as suas especialidades culinárias. "Ele estava mais apaixonado por mim do que eu por ele", reconhece Bárbara, que já tivera relações conhecidas com o toureiro Francisco Rivera "Paquirri", o ator francês Alain Delon ou o futebolista Carles Rexach, do Barcelona.

Casamento com Cristo

Quando se casou com Ángel Cristo, que fez dela uma das mais bem-sucedidas atrações do seu circo num número com paquidermes, afastou-se do rei. Chegara ao altar "apaixonadíssima". Conta a própria: "Ao regressar da lua de mel, Sabino Fernández Campo [chefe da Casa do Rei] ligou-me para dizer que Juan Carlos queria dar-me um presente de casamento. Quando nos encontrámos, propôs que continuássemos a ver-nos, apesar das circunstâncias. Disse-me que tinha muitas saudades. Respondi que percebia que ele tivesse relações extraconjugais, que desejasse outras mulheres embora fosse casado, mas que eu optara por um compromisso e ia mantê-lo."

> **Quando se casou com Ángel Cristo, afastou-se do rei. Chegara ao altar "apaixonadíssima"**

A relação com o empresário circense foi-se deteriorando. Nem o nascimento dos filhos, Sofía e Ángel, pôs fim às sovas, às ameaças e aos episódios violentos na vida de casal. "Foi então que retomei a relação com o rei", relata Bárbara.

Sempre se disse que a amante de Juan Carlos procurou tirar partido da relação, ameaçando divulgar o material que guardara, "altamente comprometedor" para a segurança do Estado. Bárbara não refere no livro as compensações económicas que terá obtido nem a intervenção dos serviços secretos para recuperar esse material gráfico.

Sobre o papel do filho, por quem se considera traída no surgimento de fotografias íntimas com Juan Carlos, admite: "Eu guardava, há anos, umas gravações em que o rei falava da minha mãe, bem como de assuntos de saúde, e outras em que mencionava a rainha. Posso assegurar que caso tivesse dependido de mim nunca teriam vindo a lume."

"Todo o material que começou a ser público nos meses posteriores era meu, privado, e ele [o filho] roubou-o nas minhas costas, esperando pelo momento oportuno para o comercializar. As fotos que vendeu à revista neerlandesa 'Privé', publicadas em setembro de 2024, confirmaram perante todos o que até então fora objeto de rumores e especulações", prossegue. "Aquelas imagens, captadas pelo meu irmão, em 1994, na minha casa de Boadilla, registavam momentos íntimos e pessoais — beijos, gestos de carinho —, comprovando o vínculo próximo e romântico que existia entre o rei e eu." **Á.L.C.**

Fundo Asilo, Migração e Integração 2030

O FAMI 2030 - Programa do Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração, para o período de programação 2021-2027, destina-se a reforçar o sistema de asilo e acolhimento; favorecer a migração legal e promover a inclusão socioeconómica de nacionais de países terceiros; lutar contra a migração irregular e melhorar a eficácia, a segurança e a dignidade do regresso e da readmissão; e, ainda, aumentar a solidariedade e a partilha equitativa de responsabilidades entre os Estados-Membros.

Publicitação das operações aprovadas do FAMI 2030 * (01.02.2025 – 24.04.2025)

Beneficiário	Nome da operação	Fundo Total Aprovado	Taxa de Cofinanciamento da União Europeia	Concelhos abrangidos
Município de Vila Verde	Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Vila Verde	165 068,70 €	75%	Vila Verde
Município de Loures	Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Loures	187 359,54 €	75%	Loures
Município de Vila do Conde	Plano Municipal para a Integração de Migrantes (PMIM) em Vila do Conde e Póvoa de Varzim	186 274,87 €	75%	Póvoa de Varzim, Vila do Conde
Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra	REGIÃO DE COIMBRA, A TUA CASA	310 642,00 €	75%	Mealhada, Arganil, Cantanhede, Coimbra, Condeixa-a-Nova, Figueira da Foz, Góis, Lousã, Mira, Miranda do Corvo, Montemor-o-Velho, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, Penacova, Penela, Soure, Tábua, Vila Nova de Poiares, Mortágua
Município de Ponte de Sor	Plano Municipal para a Integração de Migrantes	182 311,30 €	75%	Ponte de Sor
Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela	Plano Intermunicipal para a Integração de Migrantes (PIIM) das Beiras e Serra da Estrela	314 618,86 €	75%	Guarda
Município de Odemira	PMIM Odemira 2025-2027	182 440,90 €	75%	Odemira
CIMRL - Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria	Plano Intermunicipal para a Integração de Migrantes na Região de Leiria	314 997,48 €	75%	Leiria
Município de Lamego	DouroIntegra	186 911,38 €	75%	Alijó, União das freguesias de Vila Real (Nossa Senhora da Conceição, São Pedro e São Dinis), Armamar, Lamego (Almacave e Sé), Moimenta da Beira
Agência para a Integração, Migrações e Asilo, I. P.	Reinstalação e admissão por motivos humanitários 2023-2025	5 440 000,00 €	100%	Lisboa

* em conformidade com o artigo 39.º-A do Decreto-Lei n.º 5/2023, de 25 de janeiro, na sua redação atual.

Para consultar todas as operações aprovadas pelo FAMI 2030 e obter mais informação sobre o Programa visite www.fami2030.gov.pt

FAMI 2030 Cofinanciado pela União Europeia



Guerra e Paz

Miguel Monjardino
guerraepaz.expresso@gmail.com

O Canadá prepara-se para uns EUA diferentes

Que país na região euro-atlântica vive o maior choque estratégico das últimas décadas? Finlândia, Estónia, Letónia, Lituânia, Roménia e Moldova são bons candidatos. A Alemanha também. Todos temem uma Rússia determinada a dominar a Ucrânia pela violência armada e, em simultâneo, destruir a ordem de segurança europeia. Todavia, talvez seja o Canadá o país mais abalado com o rumo dos acontecimentos. Foi com surpresa que descobriu que a principal ameaça estratégica ao seu futuro é Washington.

Entre 1945 e 2025, ou seja, durante 80 anos, o Canadá foi dos países mais seguros do mundo. Protegido por três oceanos — Atlântico, Ártico e Pacífico — e com uma longa fronteira com os Estados Unidos, concluiu-se em Otava que a integração comercial e militar com Washington era a melhor forma de defender os seus interesses. Mais do que um aliado, os Estados Unidos eram uma família prolongada: 75% das exportações das empresas canadianas tinham por destino o vizinho a sul. Portos como Prince Rupert e Halifax abasteciam cidades desde Chicago, Nova Iorque e a costa Leste dos Estados Unidos, e 80% do armamento utilizado pelas Forças Armadas do Canadá era adquirido a empresas daquele país.

Tudo mudou com o regresso de Donald Trump à Casa Branca no início deste ano. O Presidente entende que os termos das relações comerciais entre Washington e Otava penalizam os produtores no seu país. Dois outros factos explicam a sua pressão para que o Canadá se torne o 51º estado. O primeiro é a importância dos seus recursos naturais — água, agricultura, petróleo, gás natural, urânio e minerais. O segundo é a Passagem do Noroeste, a longa linha de comunicação marítima que liga os oceanos Atlântico e Pacífico através do arquipélago ártico do Canadá.

Como ficará mais evidente nos próximos meses, Washington está a desenvolver uma estratégia marítima que implica o controlo ou influência determinante sobre canais como os do Panamá e do Suez, os estreitos de Malaca e de Ormuz e a Passagem do Noroeste. Para capitais como Otava, Oslo e Copenhaga, a aproximação de Trump a Putin é preocupante para os seus interesses no Ártico.

As primeiras viagens oficiais de Mark Carney, novo primeiro-ministro canadiano e antigo governador dos bancos centrais do Canadá e da Inglaterra, foram ao Círculo Polar Ártico, Londres e Paris. No início desta semana, assinou um acordo de cooperação de Defesa com a União Europeia. Otava quer participar na conceção de uma nova arquitetura de segurança euro-atlântica que dependa menos dos Estados Unidos.

A linha que separa uma reorientação geoestratégica de uma tática negocial nunca é clara com Trump. Ambiguidade, surpresa e incerteza fazem parte do seu arsenal. Alguns governos podem concluir que é melhor esperar para ver o resultado final. Outros entendem que a incerteza diminui a confiança necessária entre aliados para defender os seus interesses permanentes. Há decisões que têm de ser tomadas rapidamente. O Canadá pertence a este último grupo. Carney sabe fazer duas coisas: contas e análise de risco.

ESTADOS UNIDOS

O novo rosto da esquerda em Nova Iorque

Zohran Mamdani conquistou, em pouco tempo, **uma das vitórias mais surpreendentes** na política americana

CATARINA MALDONADO VASCONCELOS

Zohran Mamdani, vencedor das primárias do Partido Democrata para as eleições autárquicas em Nova Iorque, quer dissociar-se de códigos antigos e apresentar um novo manual. "Parece uma versão de esquerda de Donald Trump ou uma extensão de Bernie Sanders", diz Donald Nieman, que ensina História e Direito e Política Modernos dos Estados Unidos na Universidade de Binghamton.

O candidato a *mayor* tem 33 anos, é membro da assembleia estadual nova-iorquina e tornou-se uma estrela em pouco tempo, à boleia de vídeos vibrantes e com impacto nas redes sociais — para muitos, um rasgo de esperança que desafia tanto a presidência de Trump quanto o *establishment* democrata. Torna-se também o primeiro candidato muçulmano a encabeçar a gestão da "Grande Maçã". Uma vez que os democratas são geralmente os favoritos para vencer as eleições autárquicas em Nova Iorque, cidade maioritariamente progressista, o sonho de sair vitorioso a 4 de novembro não é horizonte longínquo.



Zohran Mamdani com a mãe (a realizadora Mira Nair) e a mulher na noite em que venceu as primárias democratas FOTO DAVID 'DEE' DELGADO/REUTERS

Momento de crise

"Esta noite fizemos história, serei o vosso nomeado democrata para a Câmara de Nova Iorque", afirmou Mamdani quando se confirmava já que estava à frente do antigo governador Andrew Cuomo (43,5% contra 36,4%), centrista moderado que renunciou ao cargo estadual após acusações de assédio sexual, em 2021. Na corrida estará ainda Eric Adams, o atual presidente da Câmara de Nova Iorque, que também já enfrentou acusações de suborno e fraude — tendo o processo sido arquivado — e vai concorrer às eleições gerais como independente. Há quatro anos candidatou-se e venceu pelo Partido Democrata.

A corrida autárquica fornecerá pistas importantes a que o Partido Democrata deverá estar atento, segundo alguns politólogos. "Zohran Mamdani renova a esperança dos progressistas numa altura em que os valores democráticos básicos estão em risco", considera Joseph Viteritti, presidente do Departamento de Política Urbana e Planeamento da Universidade Hunter. Na perspetiva deste docente, o candidato demonstrou que "uma campanha populista construída em torno das necessidades das pessoas comuns pode superar uma campanha impulsionada pelo dinheiro das empresas". Considera-o, por isso, um candidato mais forte do que o atual autarca, Eric Adams, mas não descartaria Cuomo para já, porque pode dar-se o caso de decidir manter-se na corrida.

O sistema bipartidário dos Estados Unidos foi severamente atingido com a eleição de Trump. "O Partido Democrata, compreensivelmente, focou-se em questões de diversidade, equidade e inclusão, principalmente de maneira performativa", refere Mireille Rebeiz, politóloga e professora de Estudos do Médio Oriente na Universidade Dickinson. Em consequência, "esqueceu-se por completo dos direitos dos trabalhadores e do americano médio, que não se preocupa necessariamente com as políticas de identidade, mas com salários e contas".

Com a classe trabalhadora

Trump obteve o segundo maior número total de votos na história dos Estados Unidos. Os números refletem uma divisão e um mal-estar reais na sociedade americana, afirma Rebeiz, mas nenhum dos partidos é homogéneo. O Partido Democrata inclui vozes progressistas como Sanders e Alexandria Ocasio-Cortez, que a académica diz serem comparáveis ao socialista Mamdani.

Este é um jovem de esquerda. Defende questões como as creches universais para crianças com menos de cinco anos, serviços de autocarros gratuitos, congelamento de rendas e impostos mais elevados para os ricos. É o primeiro candidato democrata muçulmano e da Ásia do Sul à Câmara de Nova Iorque. É casado com Rama Duwaji, artista árabe-americana (da Síria), que conheceu na aplicação de encontros Hinge.

A mãe de Mamdani, Mira Nair, é uma conceituada realizadora de cinema. O seu pai, Mahmood Mamdani, leciona na Universidade de Columbia. Ambos são antigos alunos de Harvard. Nascido em Campala, capital do Uganda, Mamdani mudou-se para Nova Iorque com a família aos sete anos.

> **"Parece uma versão de esquerda de Trump ou uma extensão de Sanders", diz Donald Nieman**

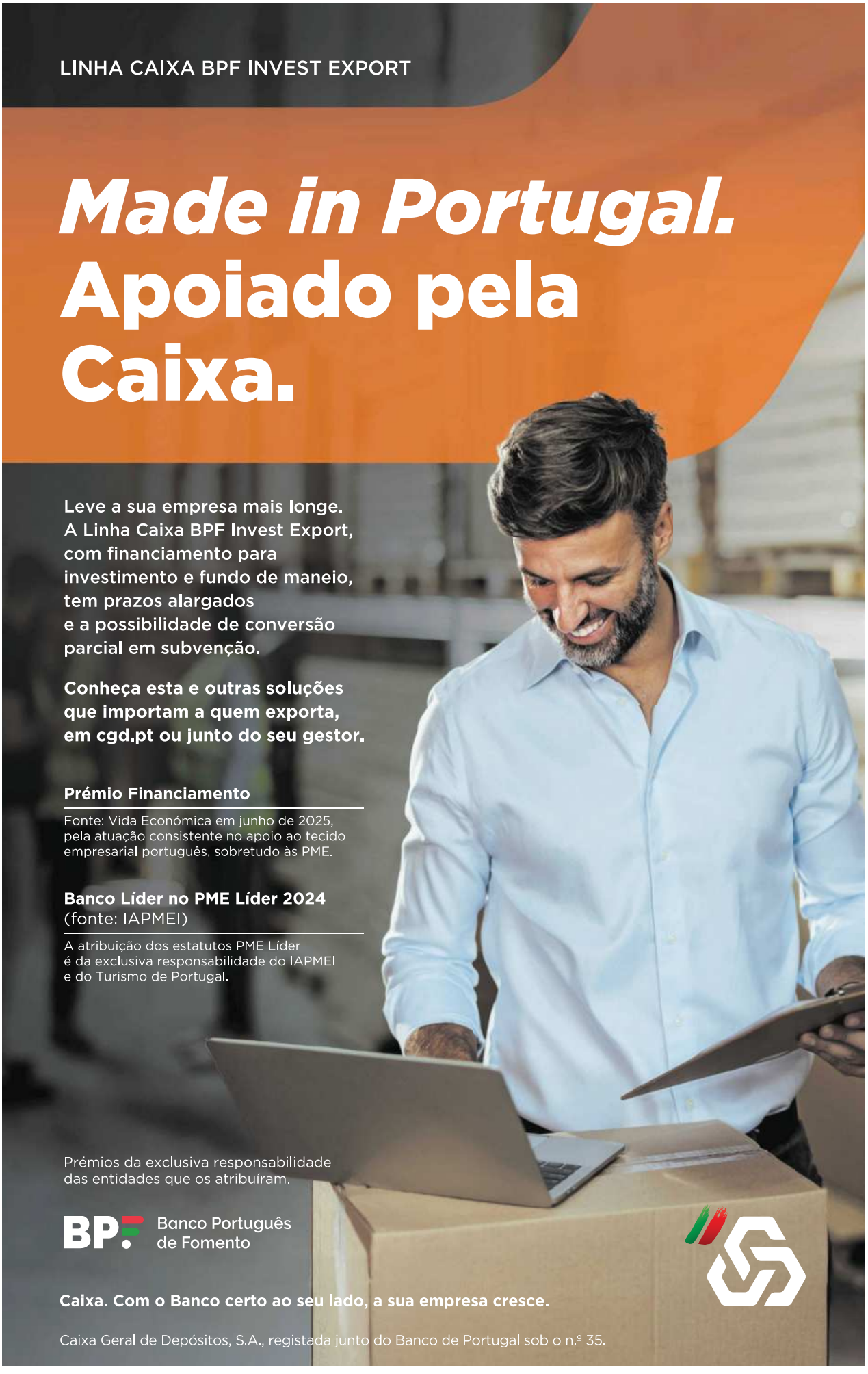
Estudou na Bronx High School of Science e, posteriormente, licenciou-se em Estudos Africanos na Universidade Bowdoin, onde foi cofundador do grupo Estudantes pela Justiça na Palestina.

"É um candidato do povo e para o povo", descreve Rebeiz. "É relevante e tem impacto nos eleitores jovens, sobretudo em questões de direitos das minorias e no espinhoso tema de Israel e da Palestina." No currículo de Mamdani — pesem embora acusações de inexperiência — não há manchas, controvérsias éticas ou casos de corrupção. Rebeiz considera isso muito importante: "É muito frustrante ver os mesmos políticos a serem repetidamente candidatos apesar da desilusão do povo. Mamdani é um rosto novo e representa essa oposição à mesmice de sempre. Parabéns aos nova-iorquinos por enviarem uma mensagem clara, e clara em nome de muitos democratas, que é a de que estamos cansados de políticos de carreira irrelevantes."

cmvasconcelos@expresso.impresa.pt

LINHA CAIXA BPF INVEST EXPORT

Made in Portugal. Apoiado pela Caixa.



Leve a sua empresa mais longe.
A Linha Caixa BPF Invest Export, com financiamento para investimento e fundo de maneio, tem prazos alargados e a possibilidade de conversão parcial em subvenção.

Conheça esta e outras soluções que importam a quem exporta, em cgd.pt ou junto do seu gestor.

Prémio Financiamento

Fonte: Vida Económica em junho de 2025, pela atuação consistente no apoio ao tecido empresarial português, sobretudo às PME.

Banco Líder no PME Líder 2024
(fonte: IAPMEI)

A atribuição dos estatutos PME Líder é da exclusiva responsabilidade do IAPMEI e do Turismo de Portugal.

Prémios da exclusiva responsabilidade das entidades que os atribuíram.

BPF Banco Português de Fomento

Caixa. Com o Banco certo ao seu lado, a sua empresa cresce.

Caixa Geral de Depósitos, S.A., registada junto do Banco de Portugal sob o n.º 35.



Futebol Seleção nacional não esconde objetivo de chegar pela primeira vez à fase a eliminar de um Europeu na 3ª participação consecutiva

Na Suíça, de olho em mais um pedaço de história

Textos **LÍDIA PARALTA GOMES**
Fotos **NUNO FOX**

Os últimos seis meses da seleção feminina de futebol são um guião labirinticamente grafado. À boleia de uma série de 14 jogos sem perder, vinda já de 2024, chegaram novos momentos para a história. Uma terceira presença consecutiva no Europeu, garantida no *play-off* com a Chéquia, em dezembro — com direito a recorde de assistência de um jogo feminino em Portugal, com mais de 40 mil pessoas nas bancadas do Dragão —, um empate frente à campeã continental Inglaterra na Liga das Nações, em fevereiro. Mas de abril para cá três atos de derrocada, a lembrar tempos onde já não víamos a seleção. Uma derrota por 7-1 frente a Espanha, em Vigo, seguida de um 6-0 sofrido em Wembley, dias antes de novo desaire, por 3-0, com a Bélgica, equipa no mesmo patamar competitivo da seleção nacional.

É neste emaranhado limbo que Portugal chega ao Europeu, que arranca quarta-feira na Suíça: entre o ombro a ombro com os gigantes e o fino gelo que pode levar a um colapso. Francisco Neto garante que a equipa que na quinta-feira se estreia contra Espanha, em Berna (Portugal jogará ainda com Itália e Bélgica no Grupo B), é exatamente "a mesma" que empatou com Inglaterra em Portimão ou que no primeiro jogo com Espanha na Liga das Nações, em Paços de Ferreira, esteve "a discutir o resultado até aos 80 minutos", com 3-2 no marcador e "a métrica do *flow* do jogo" a cair para o lado de Portugal, que sofreria o 4-2 já nos últimos dois minutos. Olhando para o calendário gregoriano que nos rege, passou, de facto, muito pouco tempo.

PORTUGAL NO EURO 2025
Hora de Lisboa

JOGO	LOCAL	HORA
Espanha-Portugal	Berna	20h
Portugal-Itália	Genebra	
Portugal-Bélgica	Sion	

*Todos os jogos de Portugal serão transmitidos pela RTP1



CANOAGEM

“A nave espacial deles é o caiaque”

Portugueses amadores ganham a 2ª maior ultramaratona do mundo. Organizador diz que não são deste planeta

Durante sete dias, de 8 a 14 de junho, Luís Vieira e António Palavra enfrentaram 725 quilómetros de rio, vento de frente, bancos de areia escondidos e dores musculares. A prova chamava-se Loire 725, disputou-se em França e é a segunda maior ultramaratona de canoagem do mundo. Começa em Roanne, perto de Lyon, e só termina no Atlântico, em Paimbœuf. Participaram dezenas de atletas de vários países. Ganharam dois amadores da ria de Aveiro.

Remaram 16 horas por dia. O caiaque, de fabrico português, levava à frente António, professor de Matemática de 53 anos, e atrás ia Luís, optometrista, 52. Treinam juntos há quase 30 anos, autofinanciaram-se durante décadas e só recentemente começaram a contar com o apoio do projeto Heróis Betano, que os levou às maiores provas do mundo. Em 2024 foram os primeiros portugueses a irem à Yukon 1000, no Canadá, a maratona das maratonas, e ficaram em terceiro. A 14 de junho venceram o Loire.

“É um rio muito difícil de navegar”, explicou Luís. Começaram implacáveis, a liderar desde o início, mas temeram o pior no terceiro dia, quando encalharam num banco de areia e perderam tempo para o segundo lugar de K2, a dupla Seb & Sis, um militar canadiano e um belga que também trazem a Yukon no palmarés. Saíram do baixio pela margem, a correr com o equipamento em peso morto e a prótese no joelho de Luís a dar de si. Voltaram à água e navegaram a velocidades olímpicas, 14 km/hora, sacrificando a atividade aeróbica. Recuperaram a liderança.

O episódio fez Luís lembrar a primeira edição da prova, em 2022. A pandemia tinha impedido os europeus de viajarem até à Yukon e um grupo de franceses teimosos, liderado pelo sexagenário Alain Morvan, decidiu criar no Loire uma prova à altura. Esta é a sua obra-prima: navegaram o último rio selvagem de França de forma exímia e lideraram durante toda a prova. “São extraterrestres”, diz Morvan. “A sua nave espacial é aquele caiaque.” Cruzaram a meta em menos de 59 horas, com 1h40 de avanço sobre Seb & Sis, os segundos classificados de K2. Daniel Silva, outro português, venceu a categoria K1 e ficou em segundo lugar na geral.

RÚBEN TIAGO PEREIRA
rtpereira@expresso.impresa.pt

LEIA A REPORTAGEM MULTIMÉDIA EM **TRIBUNA.EXPRESSO.PT**

TRÊS PERGUNTAS A

Francisco Neto

Selecionador nacional

P O estágio tem servido para perceber o que correu mal nos últimos jogos e recuperar emocionalmente a equipa?

R Tem-se falado muito do que foi a Liga das Nações, mas a competição teve um contexto muito especial. Claro que não ficámos contentes. Mas tanto nos momentos mais positivos como nos momentos menos positivos agarramo-nos sempre às aprendizagens. Porque, mesmo quando as coisas nos correram bem e nós ganhámos, nem tudo estava bem. Somos uma equipa em crescimento e uma seleção que se quer afirmar. Não podemos ter medo de nos expor contra equipas como Espanha ou Inglaterra. Agora é outra competição, é outro momento. Mais tempo para preparação, jogadoras noutro estado.

P A seleção vai estar no terceiro Europeu consecutivo. Esteve, pelo meio, no Mundial. Há já uma ideia cravada que o lugar de Portugal é nestas grandes competições?

R Sim, isso é inegável. Esse é o nosso patamar, sabendo que, para nós, o apuramento para as fases finais não é tão linear como isso, pois dá sempre muito trabalho, mas temos tido a competência para lá chegar. Mas depois de irmos a três fases finais de Europeus e uma do Mundial este é o requisito mínimo nesta seleção e a exigência que nós também nos colocamos a nós próprios. Temos conseguido chegar sempre ao último jogo a depender só de nós, e neste Europeu queremos dar o passo em frente, que é conseguir concretizar pela primeira vez passar uma fase de grupos. Se conseguirmos chegar ao último jogo a depender só de nós, não tenho dúvidas de que vamos concretizar esse objetivo.

P Ter um grupo relativamente parecido com o da Liga das Nações ajuda na preparação?

R Nós dizemos em tom de brincadeira que quem anda contente é o nosso videoanalista, porque tem tudo feito [risos]. Tem coisas boas, porque realmente percebemos, pelas equipas que são, que Espanha não vai mudar, porque elas não mudam contra ninguém. É uma equipa que vai querer ter bola, assumir o jogo, ter o protagonismo. Vai apertar-nos alto. A Bélgica é uma equipa que, apesar de ter uma selecionadora há apenas seis meses, tem sido muito constante, com muito poucas alterações, com a mesma ideia de jogo, com a mesma abordagem, com o mesmo sistema tático. Itália é uma equipa um bocadinho mais adaptativa, tem alterado muito. Uma Itália que tem intercalado resultados incríveis, como uma vitória na Dinamarca, empates com a Suécia, com resultados um bocadinho menos bons. É mais uma incógnita: também a nível de estrutura tática e da ideia de jogo tem alterado um bocadinho de jogo para jogo, vai à procura dos adversários. Será sempre um jogo importante, e nas fases finais o segundo jogo é crucial. Já o disse anteriormente: é muito importante conseguir pontuar nos dois primeiros jogos e, pontuando nos dois primeiros jogos, em princípio chegas ao último jogo a depender só de ti. E essa tem de ser a nossa estratégia. **L.P.G.**



FOTO KEVIN HODGSON/MI NEWS/NURPHOTO VIA GETTY IMAGES



Este será o 4º grande torneio com Portugal para Francisco Neto, selecionador desde 2017. A guarda-redes Inês Pereira regressará à Suíça, onde jogou três épocas

Selecionador nacional há 11 anos, narrador participante dos maiores sucessos e de boa parte das primeiras vezes da equipa, particularmente a inédita qualificação para um Europeu, em 2017, e para um Mundial, em 2023, Francisco Neto nega uma ideia de estagnação depois de três derrotas difíceis. “Não podemos agarrar-nos à evolução de algo por uma coisa tão micro. Porque quando fizemos 14 jogos sem perder, ainda este ano, também ninguém veio dizer que só íamos parar na Lua”, sublinha o natural de Mortágua. A avaliação, diz, tem de continuar a ser feita “não por três meses”, mas sim “por 15 ou 20 anos”. Portugal, lembra, ainda é uma equipa “em crescimento”, uma seleção “que se quer afirmar”. E que não pode “ter medo” de se “expor” contra equipas de topo, como Espanha ou Inglaterra.

Chegar ainda mais longe

Francisco Neto fala num “contexto muito especial” para a seleção nacional nos últimos jogos, numa fase em que “faltaram algumas jogadoras”, como Kika Nazareth, Jéssica Silva ou Lúcia Alves, lesionadas, e houve “muita fadiga acumulada”. O técnico, de 43 anos, aponta ainda “pormenores do jogo” que não trouxeram estabilidade à equipa e “alguns erros do treinador” também. “Nunca serei parte de fora dos resultados”, vinca, com o olhar no que aí vem e menos no que já passou.

Inês Pereira assegura que a equipa já fez o luto. “Já virámos a página”, atira a guarda-redes do Deportivo La Coruña, dona da baliza no melhor onze do ano da liga espanhola, uma das mais competitivas do mundo. “O Europeu é uma competição completamente diferente, a motivação é completamente diferente”, explica, repetindo-se intencionalmente e salvaguardando que as goleadas sofridas não pesam na confiança de uma equipa “que conhece as suas capacidades e o que pode fazer”. Não convém “esquecer esses resultados”, mas também não ficar “preso ao passado”.

A surpresa com estas derrotas duras destapa, paradoxalmente, um lado luminoso na história. Porque conta muito sobre a evolução desta equipa e das esperanças e anseios crescentes de quem a acompanha. “Temos de ter a capacidade de abraçar a pressão, é um privilégio”, aponta Francisco Neto, lembrando que “ninguém critica se não tiver expectativas”, expectativas essas que foram criadas pelo “trajeto brilhante” que tem sido feito pela seleção nacional na última década. “Se isto tivesse acontecido há uns anos, se calhar ninguém falaria, era um dia normal”, frisa Inês, que aponta um objetivo gritado sem timidez por toda a comitiva com a ousadia de quem já não só está ali para participar: “As Navegadoras vão à Suíça para competir e passar a fase de grupos.”

Seria uma estreia, mais uma, essa desejada presença na fase a eliminar de um grande torneio e há muita confiança que tal aconteça. As palavras saem firmes, com certezas, não como um desejo mal disfarçado. Portugal esteve sempre perto disso, sempre a depender de si, lembram Neto e Inês Pereira, tanto nos dois últimos Europeus como no Mundial, quando a diferença se fez por uma bola ao poste de Ana Capeta no heroico jogo das portuguesas frente aos Estados Unidos, seleção nº 1 do *ranking* feminino. “Eu acredito mesmo nisto que vou dizer: se nós conseguirmos chegar ao último jogo da fase de grupos a depender só de nós, não tenho dúvidas de que vamos concretizar esse objetivo.”

Olhando friamente para o *ranking* e a história, talvez Portugal (13ª seleção da Europa) nunca tenha tido tantas condições para o fazer. Espanha estará num patamar à parte, mas o panorama contra Itália e Bélgica é equilibrado. As italianas são a 8ª equipa da hierarquia europeia, uma equipa em crescendo mas irregular e contra quem Portugal não joga desde 2020, na Algarve Cup — derrota por 2-1 da seleção nacional. Já para o jogo com a Bélgica, um lugar acima de Portugal na ordem da UEFA, há muito material recente para analisar. Nos últimos três duelos Portugal venceu dois, antes do desaire inesperado já este mês, no derradeiro jogo da Liga das Nações, que ditou a despromoção de Portugal à Liga B. Francisco Neto olha para o 2º jogo, com Itália, como “crucial”.

Kika nas convocadas

Para Inês Pereira, jogar na Suíça é um feliz regresso. Agora com outro estatuto e autoconfiança reforçada após uma temporada no Deportivo que a fez “crescer e evoluir bastante”. Antes da aventura galega, a futebolista, de 26 anos, foi guarda-redes do Servette durante três temporadas, de 2021 a 2024, na cidade de Genebra, que vai receber o jogo de Portugal frente a Itália. “Estou ansiosa por poder voltar e ver caras conhecidas. Foi um país que me abriu as portas e me recebeu de braços abertos”, conta, lembrando também que será um pouco como jogar em casa, já que a presença de portugueses nas bancadas está garantida. “Falámos disso desde o início do apuramento. Passei essa mensagem às jogadoras: tínhamos de estar na Suíça porque este vai ser diferente”, frisa Francisco Neto. “Temos consciência de que a comunidade portuguesa é enorme e sabemos que muita gente irá viajar de Portugal para lá porque é relativamente rápido e há muitos voos diretos.”

Na lista final de 23 jogadoras convocadas para o Europeu, conhecida na terça-feira, está Kika Nazareth. A jogadora do Barcelona encontra-se nos derradeiros momentos de convalescença de uma rotura no ligamento lateral interno do tornozelo esquerdo que a mantém fora da competição desde março. A ausência do Europeu chegou a ser um dado praticamente adquirido, mas há esperança de que a mais tecnicista das jogadoras portuguesas possa estar recuperada já para o primeiro jogo. Francisco Neto chamou ainda Lúcia Alves, que também não joga desde março, por lesão. Cortadas da lista preliminar foram Bárbara Lopes, Samara Lino e Stephanie Ribeiro — as duas primeiras seguirão para o estágio na Suíça, apesar da ausência, como jogadoras extra.

lpgomes@expresso.impresa.pt

Editorial&Opinião

Editorial A paz pela força de Trump garantiu uma vitória, mas põe fim a seis décadas de estabilidade. É urgente voltar à diplomacia

Uma gota de humanidade

Na sintomática conferência de imprensa da cimeira da NATO, onde gozou com jornalistas e diminuiu os outros chefes de Governo (todos desesperados por manter a Aliança de pé), Trump foi questionado por uma jornalista ucraniana sobre os mísseis Patriot que Zelensky pede há meses aos EUA. Só quando ela estava em lágrimas e quando lhe disse que o marido estava em combate, Trump cedeu a uma gota de humanidade: "Sim, vamos ver se temos disponíveis." O Presidente norte-americano ganhou a semana, mostrando que a sua "paz pela força" conseguiu travar Netanyahu e o Irão ao mesmo tempo. Foi bom a curto prazo, mas ignorar aliados, a diplomacia e até o congresso dos EUA põe em risco oito décadas de história, precisamente os mais pacíficos da história do mundo. O mundo respira fundo, agora. E ganha tempo. Mas é urgente levar o Irão de volta à diplomacia, é urgente parar a guerra em Gaza e negociar com palestinianos. Como escrevia Eugénio de Andrade, "é urgente permanecer".

E uma gota mais

Luís Montenegro aprovou a sua segunda reforma das leis da imigração, dizendo agora que "não custa dizer" que as suas propostas alinham com as do Chega "nas áreas da regulação e integração". A primeira parte é percetível à primeira vista. A segunda, sobre integração, ainda não. O país — e os que cá estão — precisam dela.

A nossa defesa

O Governo prometeu mais mil milhões de euros em investimento militar, para cumprir já este ano a meta da NATO. O objetivo é atendível, mas é bom ter cuidado: a UE aceita excecionar estes montantes das regras orçamentais, mas só temporariamente. Atenção ao médio prazo, a saúde das contas é a nossa melhor defesa.

UMA CIMEIRA QUE PODE SALVAR VIDAS



Sebastião Bugalho
politica@expresso.impresa.pt

Numa impressão mais imediatista, a Cimeira da NATO em Haia ficará na memória dos que a testemunharam por motivos de cariz excêntrico, da twiterização da política internacional, com o secretário-geral da Aliança a referir-se ao Presidente dos Estados Unidos da América como o "papá" ("daddy"), a quem presta contas por mensagens telefónicas ("Eles vão pagar"), passando pela imersão orwelliana do primeiro-ministro espanhol, sucessivamente desmentido pelos seus pares e por si próprio, culminando no facto de Donald Trump, prestes a embarcar para o evento, descrever a situação no Médio Oriente como se de um narrador de luta livre se tratasse ("They don't know what the fuck they're doing").

Sem querer desmanchar prazeres ou fugir a episódios mais humorados, quando se escrever a história da Europa na primeira metade do século XXI tais citações ou exemplos de caricato não servirão para mais do que ilustrar as páginas do livro.

Longe da secretária onde este texto é escrito ou das mãos que, neste momento, seguram este jornal, os efeitos da cimeira em Haia foram imediatamente sentidos e num sentido surpreendentemente positivo.

Há quatro meses — sublinho, quatro meses —, quando J. D. Vance achincalhou Volodymyr Zelensky na Sala Oval, os líderes europeus recearam que o compromisso norte-americano com a defesa do Velho Continente se evaporasse. Friedrich Merz, na noite em que foi eleito chanceler alemão, soltou um: "Vamos ver se haverá NATO como a conhecemos em junho." Mais uma vez, tal aconteceu há apenas quatro meses. E o facto é que, apenas quatro meses depois, as conclusões da cimeira reafirmaram "a ligação transatlântica" entre a Europa e os Estados Unidos, o "compromisso soberano" dos aliados "no apoio à Ucrânia" e a garantia de "contributos diretos para a defesa da Ucrânia e para a sua indústria de Defesa" nas metas de despesa estabelecidas na reunião: 3,5% em investimento direto em capacidades militares até 2035, 1,5% em infraestruturas críticas vocacionadas para resiliência e segurança, consoante as especificidades de cada Estado.

Em fevereiro, a possibilidade desta declaração conjunta dos 32 membros da NATO seria tida como um devaneio. Esta semana, ainda que ladeada por laivos de insanidade, aconteceu. E esse é o ponto verdadeiramente relevante para nós, europeus. Os Estados Unidos da América, que haviam exercido uma pressão avassaladora para um cessar-fogo que negligenciava a soberania ucraniana, já não o fazem. Trump, que exigiu eleições em período de guerra à Ucrânia, não o repetiu. Os seus enviados, que recusavam Zelensky como interlocutor, têm o seu Presidente a sentar-se sucessivamente com ele. A partilha de informação militar entre Washington e Kiev, interrompida no início do ano, é novamente diária. Quando o Presidente da Rússia telefonou a Trump, oferecendo-se como mediador junto de Teerão, Trump respondeu-lhe: "Eu não preciso da tua ajuda, preciso de ajuda contigo."

Uma leitura sã do que se passou esta semana deve reconhecer que há um derrotado e um vencedor nesta cimeira



FOTO BEATA ZAWRZEL/NURPHOTO

Uma leitura sã do que se passou esta semana deve reconhecer que há um derrotado e um vencedor nesta cimeira. O derrotado é Putin, que viu a aliança militar mais bem-sucedida da história contemporânea a reforçar a sua capacidade de dissuasão, num período particularmente delicado entre as suas lideranças. O vencedor é — e é mesmo — a nossa segurança coletiva. A ameaça russa ao Leste europeu é real. O corredor entre a Lituânia e a Polónia que liga os Bálticos à restante Europa é um alvo. O reforço conjunto do investimento em Defesa é a única forma de ter a certeza de que o invasor — perdoem o pleonasmo — não invade.

É ao lado desse povo europeu, cujos filhos já têm formação militar básica nas escolas, cujos médicos já vestem coletes à prova de bala por cima das batas, cujos hospitais já são construídos debaixo da terra e não à superfície, que temos de estar.

Em Haia, decidimos estar.

LEIA TAMBÉM EM *EXPRESSO.PT*

Diz o Rutte ao nu
MANUEL CARDOSO

A paz de Trump
HENRIQUE BURNAY

Não foi o fim da história
MARIA CASTELLO BRANCO

O OUTRO LADO



Rui Tavares
politica@expresso.impresa.pt

Aqui está o que se anda a dizer. O eleitorado virou à direita e vai ficar à direita — ou ainda mais à direita. Luís Montenegro tem o tempo a seu favor e agora é que vai começar a governar. Uma vez que o eleitorado virou à direita e à extrema-direita, a sua estratégia é ir atrás desse eleitorado. De qualquer forma, a esquerda está acocorada a um canto a chorar, não vale a pena ir atrás dessas pobres almas. A esquerda, hoje em dia, tem como único préstimo o poder-se falar mal dela. Todos os oportunistas e carreiristas a sério foram para a direita, porque de outra maneira não se chega aquele "lá" que eles acham que merecem.

André Ventura, por sua vez, acha que controla esse "lá" e que o seu papel é escrever a narrativa dos anos de Montenegro. Como já uma vez escreveu um (péssimo) romance cuja personagem se chamava Luís Montenegro, agora é só repetir na vida real. Para os leitores que não sabem, é mesmo verdade que Ventura escreveu um péssimo romance cuja personagem se chamava Luís Montenegro; é quase demasiado ridículo para ser real, mas é assim a vida. Muito sofrimento teria sido poupado aos povos se alguém tivesse convencido Hitler de que era bom aguarelista e deveria fazer só aguarelas; e também alguém deveria convencido Ventura de que a sua vocação era continuar a escrever romances eróticos sobre ciclistas, mas agora é tarde. De cada vez que Montenegro for atrás do seu eleitorado, Ventura vai puxá-lo ainda mais para um extremo, e nisso andaremos.

O leitor atento pode ter reparado que no segundo parágrafo usei a palavra estratégia como os políticos costumam usá-la. Ou seja, mal, confundindo-a com a tática. Foi de propósito que o fiz. Ir atrás do eleitorado não é uma estratégia porque, tal como no futebol, em política não se deve ir para onde o eleitorado está, mas para onde o eleitorado vai estar. Estratégia é colocá-lo onde precisamos que esteja, e garantir que chegamos a tempo.

E aí chegamos ao outro lado. Aquele de que vale apenas a pena falar porque mais ninguém o está a fazer. Boa parte da política é termostática, e se bem que os cientistas políticos usem o termo de forma sofisticada, eu gosto de pensar nele como uma família que discute se alguém pôs o ar condicionado demasiado quente ou demasiado frio. Em cada momento, é aquele "demasiado" que determina a dinâmica política.

Isto ainda mal começou, e já demasiada gente se prontifica a dizer como vai ser. Ninguém sabe! Mas como só uma versão da história está a ser contada, vou contar a outra

As direitas, neste momento, são tudo o de que ainda há pouco acusavam as esquerdas. Quando foi a última vez que viram alguém com sentido de humor à direita? Quando foi a última que não os viram zangados, arrogantes, prepotentes? E isso num momento em que ganharam, têm o poder, podem fazer o que sempre quiseram, desde que saibam o que é. Pela primeira amostra, é muito curto e muito simples: continuar a culpar a esquerda por "isto". Mas o "isto", meus amigos, agora é vosso.

Por outro lado, há outro país. Esse outro país, o do 25 de Abril, esse que nos tentam convencer que é o de "50 anos de corrupção", tem ao menos outro tom e outro estilo, alegre, fraterno e solidário, é verdade que não está muito na moda, mas as pessoas também se cansam deste fornecimento permanente de rancor, rumor, ressentimento, esta política gosmenta que nos servem todos os dias.

E a esquerda, a horrível esquerda, os horríveis esquerdalhos, os culpados "disto", são apesar de tudo os que lutaram por salários, por férias, por escolas e hospitais, por "virar a página da austeridade". Com jeitinho, a bola pode vir a estar aí — mais cedo do que pensam.

Expresso

Proprietária/Editora: IMPRESA PUBLISHING S.A.
Sede: Rua Calvet de Magalhães, 242, 2770-022 Paço de Arcos. NIPC: 501984046
Administração da IMPRESA PUBLISHING: Francisco Pinto Balsemão, Francisco Maria Balsemão, Francisco Pedro Balsemão, Paulo de Saldanha, Paulo Miguel Reis, Nuno Conde, Bruno Mateus Padinha e Ricardo Costa
Composição do Capital da Entidade Proprietária: 100.000 euros, 100% propriedade da Impresa – SGPS, SA, NIPC 502437464
Registo da publicação na ERC: 101.101 ISSN-0870-1970

Diretor
João Vieira Pereira

Diretores-Adjuntos
David Dinis
Miguel Cadete
Paula Santos

Diretor de Arte
Marco Grieco

Subdiretora de Áudio
Joana Beleza

Grande Repórter
Micael Pereira

Editores Executivos
João Silvestre
Mariana Adam

Editores
Diogo Pombo (Desporto), Eunice Lourenço (Política), João Carlos Santos (Fotografia), João Pedro Barros (Online), Miguel Prado (Economia), Pedro Cordeiro (Internacional), Pedro Lima (Editor-adjunto Economia), Ricardo Marques (Revista E) e Rita Ferreira (Sociedade)

Coordenadores Gerais de Arte
Jaime Figueiredo (Infografia) Mário Henriques (Desenho)

Coordenadores
Cristina Pombo (Internacional), Elisabete Miranda (Economia), Isabel Leiria (Sociedade), João Cândido da Silva (Online), João Miguel Salvador (Online), Lia Pereira (Revista E), Lídia Paralta Gomes (Desporto), Liliana Valente (Política), Mafalda Ganhão (Online), Margarida Cardoso (Porto), Marta Gonçalves (Online), Pedro Miguel Coelho (Redes Sociais), Rui Tentúgal (Fecho), Tiago Pereira Santos (Desenho Multimédia) e Vítor Andrade (Economia)

Redação, Administração e Serviços Comerciais
Rua Calvet de Magalhães, 242
2770-022 Paço de Arcos
Tel. 214 544 000
ipublishing@impresa.pt

Arquivo
arquivo@impresa.pt

Delegação Norte
Rua Conselheiro Costa Braga, 502; 4450-102 Matosinhos
Tel. 220 437 000

Publicidade
Miguel Pacheco (diretor)
João Paulo Luz (diretor de receitas digitais) Carlos Lopes (diretor coordenador) Ângela Almeida (diretora da Delegação Norte) Hugo Rodrigues (diretor publicidade) Nuno Martins (gestores de conta) Miguel Teixeira Diniz e Sérgio Alves (gestores de conta) Marta Teixeira e Helena Almeida (gestores de conta da Delegação Norte)
Tel. 214 544 073
ou 214 698 798

Tiragem média de maio: **48.900 exemplares**
Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem
apct Associação Portuguesa de Imprensa

VISAPRESS© Direitos de Autor Protegidos

Subscrições Expresso em papel
4 semanas: 19,00€
12 semanas: 54,00€
26 semanas: 108,00€
Ligue 214 698 801
ou para apoio.cliente.ip@impresa.pt
Dias úteis 9h às 18h / Sábados 9h às 14h

ESTATUTO EDITORIAL DISPONÍVEL EM **expresso.pt/sobre/estatuto-editorial**

Publicidade Online
publicidadeonline@impresa.pt

Marketing e Comunicação
Mónica Serrano (diretora) Ana Paula Baltazar (coord. de marcas de informação) e Carla Martins (coord. de comunicação para relações externas)

Produção
Ana Sengo da Costa (diretora) João Paulo Batlle y Font (coordenador) Carlos Morais e Joaquim Rodrigues (produtores)

Circulação e Assinaturas (papel)
Ana Sengo da Costa (diretora)
Pedro M. Fernandes (diretor de circulação e produtos Expresso) e João Braz (responsável pela circulação)

Apoio ao Assinante
Rita Silva (responsável pelo serviço de apoio ao cliente) Tel. 214 698 801 (dias úteis, das 9h às 19h); *e-mail:* apoio.cliente.ip@impresa.pt

Atendimento Ponto de Venda
pontodevenda.ip@impresa.pt

Impressão
Empresa Gráfica Funchalense, S.A.; Lidergraf

Distribuição
VASP Distribuição e Logística, SA, Media Logistics Park, Quinta do Grajal, Venda Seca 2735-511 Agualva Cacém
Tel. 214 337 000

A Impresa Publishing não é responsável pelo conteúdo dos anúncios nem pela exatidão das características e propriedades dos produtos e/ou bens anunciados. A respetiva veracidade e conformidade com a realidade são da integral e exclusiva responsabilidade dos anunciantes e agências ou empresas publicitárias.



Miguel Poiares Maduro
politica@expresso.impresa.pt

Reformar (a cultura do) Estado

Há dias, o deputado Carlos Guimarães Pinto recordava ao novo ministro da Reforma do Estado (de quem sou amigo) que o objetivo de dispensar os cidadãos de apresentar documentação que já está na posse do próprio Estado (certificados disto e daquilo...) já está na lei desde 2014 (a regra "só uma vez"). Acho que o C.G.P. não se importará se revelar que fui quem o alertou para isso há poucos anos quando a Iniciativa Liberal fez aprovar uma resolução no Parlamento com o mesmo objetivo... mas a história não se fica por aqui. O Governo de António Costa aprovou o mesmo e o Governo anterior de Luís Montenegro também. E, no entanto, todos os cidadãos continuam a ser confrontados com essa obrigação... Podem invocar a lei para não o fazer, mas arriscam esperar ainda mais tempo pelo que necessitam da Administração Pública.

Este exemplo explica porque é tão difícil reformar o Estado mesmo nesta componente limitada da desburocratização. Não basta mudar a lei, é necessário mudar a cultura de funcionamento da Administração. Isso exige autoridade sobre os diferentes serviços da AP (que só mesmo o PM tem), promover uma governação integrada (por oposição à lógica de silos) e incentivos poderosos.

Não basta digitalizar o Estado, é preciso usar a IA para redesenhar os seus processos de decisão. Isso traz riscos e desafios

Isto leva-me a concluir duas coisas. A primeira é que uma reforma profunda, que vá além do papel, implica o envolvimento direto do primeiro-ministro (só ele tem a autoridade transversal necessária). A segunda, é que a mudança de uma cultura tão profundamente enraizada exige ou tempo ou a aposta numa disrupção tecnológica. A inteligência artificial oferece, desse ponto de vista, uma oportunidade única (que vários Estados já estão a explorar). Não basta digitalizar o Estado, é preciso usar a IA para redesenhar os seus processos de decisão. Isso traz riscos e desafios. Mas estes não podem traduzir-se numa oposição assente em preconceitos. O primeiro é aquele de comparar os processos novos (os riscos de reprodução de enviesamentos pela IA, por exemplo) com uma visão idealizada dos processos atuais (como se não fossem estes os que produzem esses enviesamentos ou, pior ainda, corrupção). É necessário assumir que se trata de uma escolha entre alternativas imperfeitas. O segundo preconceito é exigir aos novos processos o que não exigimos aos processos em vigor. Dou outro exemplo de vida. Quando no final da década de 2000 se começou a discutir, no Tribunal de Justiça Europeu, a possibilidade dos advogados submeterem as peças processuais por via eletrónica, os serviços alertaram para o risco de não se ter a certeza da origem. Quando questionei os serviços como tinham a certeza quanto às assinaturas que vinham no papel responderam que se limitavam a confiar...



A foto da semana

Por **Pedro Cordeiro**
pcordeiro@expresso.impresa.pt

VENEZA Jeff Bezos e Lauren Sánchez à saída do hotel Aman, quarta-feira, dias antes de se casarem. Entre os convidados estão numerosas celebridades, tendo o casal reservado espaços centrais da cidade para as celebrações. Tal motivou uma onda de protestos, com cartazes na emblemática Praça de São Marcos ou na Ponte de Rialto a criticar o "aluguer" da cidade ao milionário fundador da Amazon, a prometer sabotar a festa e a exigir que pague mais impostos. FOTO ERNESTO RUSCIO/GC IMAGES

Se todos aceitamos que os *media* tradicionais influenciam o curso das votações, como é que poderia ser diferente com as novas redes sociais?

Do telelixo ao TikTok



Luís Aguiar-Conraria
Professor de Economia da Univ. do Minho
lfaguiar@eeg.uminho.pt

Com a subida vertiginosa da votação no Chega no ano passado, que se consolidou com estrondo nas últimas eleições, há muitas tentativas de explicação. Uma é que o Chega só cresce graças ao seu domínio das redes sociais. A análise é simplista, mas não faz sentido reduzi-la a uma caricatura do tipo "é uma pena as pessoas não serem tão inteligentes como eu".

O impacto da imprensa populista nas votações de partidos, ou de propostas, mais populistas está estudado. Por exemplo, Ruben Durante e coautores, em artigo na "American Economic Review" em 2019, mostraram que, em Itália, as populações mais expostas a um canal televisivo de Berlusconi, especializado em telelixo, tendiam a votar mais no partido de Berlusconi. Num trabalho publicado em 2024 no "Journal of Public Economics", Elliott Ash e coautores mostram como a Fox News contribuiu para encostar à direita o eleitorado norte-americano.

Sobre este assunto, gosto especialmente do de Florian Foos e Daniel Bischof, publicado em 2022, na "American Political Science Review". Nele, os autores mostram como os eleitores de uma região que boicota o tabloide "The Sun" desde 1989 resistiram a votar no 'Brexit' em 2016. Não estarem expostos a esse tabloide teve um impacto de 10 pontos percentuais no dia do referendo. Sem o "The Sun", talvez o Reino Unido ainda estivesse na União Europeia.

Apesar de a exposição a *fake news* favorecer os partidos populistas, a verdade é que, por si só, não explica a maior parte do crescimento do populismo

Os estudos referidos não são sobre redes sociais. Mas, se todos aceitamos que os *media* tradicionais influenciam o curso das votações, como é que poderia ser diferente com as novas redes sociais? Muitos jovens não consomem nem televisão, nem jornais, nem rádio. Quando, no ano passado, me mostrei admirado aqui em casa com a força que o Chega estava a ter nas sondagens, a minha filha de 16 anos disse-me que não percebia a minha surpresa. Mostrou-me os vídeos do Ventura e da Rita Matias que lhe apareciam nas redes. Eram apelativos e muito *cool*. Diverti-me bastante com alguns deles. O Chega usa esses meios melhor do que os outros. Resta aos restantes partidos melhorar. Outra questão é saber se o ambiente das redes sociais, por si só, favorece partidos populistas e radicais.

Michele Cantarella e coautores analisam o impacto das *fake news* nas eleições italianas de 2018, explorando o facto de, por motivos históricos, parte da população da região de Trentino-Alto Ádige falar alemão e outra parte italiano. Como as notícias falsas circularam praticamente só em italiano pelo Facebook, os eleitores italianófonos estiveram mais expostos à desinformação. A diferença linguística permitiu medir o efeito causal: os municípios mais sujeitos às *fake news* no Facebook registaram um aumento estatisticamente significativo no apoio a partidos populistas, como o Movimento 5 Estrelas.

O trabalho mais convincente talvez seja o de Ro'ee Levy, publicado na "American Economic Review" em 2021. O autor recorre a uma experiência de campo com mais de 37 mil utilizadores do Facebook. Os participantes foram divididos aleatoriamente por três grupos: um incentivado a seguir páginas de notícias progressistas, outro a seguir páginas conservadoras e um grupo de controlo que não recebeu sugestões. Levy acompanhou os utilizadores durante dois meses através de inquéritos e, num subgrupo, por uma extensão do navegador que monitorizava o *feed*, *sites* e cliques. Com esta combinação de aleatoriedade e monitorização comportamental, estimou o efeito direto da exposição mediada pelo algoritmo da plataforma.

Conclusões? Mesmo quando os utilizadores passavam a seguir fontes de informação contrárias à sua ideologia, o algoritmo do Facebook mostrava-lhes significativamente menos desses conteúdos. Notícias contrárias às suas opiniões eram filtradas. Já as ideologicamente alinhadas eram favorecidas. Este mecanismo invisível reforça as bolhas informativas e contribui para a polarização afetiva e deixa claro que a arquitetura das redes sociais amplifica dinâmicas que favorecem partidos radicais e polarizadores.

Não pense que as redes sociais explicam todo o sucesso do Chega. O "The Sun" pode ter dado um contributo para a vitória do 'Brexit', mas, mesmo onde o jornal não chegava, a votação para a saída da UE foi significativa. Do mesmo modo, Cantarella e coautores mostram que, apesar de a exposição a *fake news* favorecer os partidos populistas, a verdade é que, por si só, não explica a maior parte do crescimento do populismo.

Como quase sempre, a verdade está algures no meio: ignorar o papel das redes sociais é ingénuo; atribuir-lhes tudo é redutor.

P.S. — Todos os estudos referidos foram publicados em ótimas revistas científicas. Se os quiser, mande-me um *e-mail*.



Teresa Violante
politica@expresso.impresa.pt

Portugueses a prazo

O Estado goza de ampla margem de conformação na definição de quem adquire a nacionalidade. O anunciado agravamento dos requisitos segue essa lógica soberana, que, como mostra jurisprudência do Tribunal Constitucional e do Tribunal de Justiça da União Europeia, é suscetível de escrutínio judicial. Questão distinta é a possibilidade de perda de nacionalidade como pena criminal, proposta cuja formulação concreta ainda não se conhece. A Dinamarca é o caso europeu paradigmático: revoga a nacionalidade mesmo de cidadãos de origem, como no caso Johansen, validado pelo Tribunal Europeu dos Direitos Humanos (TEDH) em 2022. Outros países têm medidas similares, alguns distinguindo entre naturalizados recentes e antigos.

O Tribunal Constitucional entende que existe um direito fundamental a não ser privado da cidadania portuguesa. Movemo-nos no âmbito dos direitos, liberdades e garantias, em que o legislador se encontra vinculado a intensas exigências constitucionais, designadamente de proporcionalidade e não discriminação.

O TEDH enunciou vários testes para aferir da validade de medidas de perda de cidadania, nomeadamente a gravidade do crime cometido, o risco que o cidadão representa para a comunidade, o momento de aquisição da nacionalidade, as consequências para a vida privada e familiar e o nexo de causalidade entre a perda da nacionalidade e as escolhas pessoais. Já o Tribunal Constitucional alemão estabeleceu que a privação de nacionalidade é proibida quando "prejudica a função da cidadania como base confiável para a igualdade de participação."

A proposta levanta dúvidas: existe autorização constitucional para diferenciações legais entre cidadãos de origem e naturalizados?

A diferenciação entre cidadãos originários e naturalizados "antigos", com proteção total, e naturalizados "recentes", com proteção precária, indica uma conceção probatória da cidadania: exige-se aos naturalizados "recentes" a "prova de lealdade" durante determinado período, embora a fundamentação da medida não seja ainda clara. A Constituição prevê uma distinção com base na origem para candidatos a Presidente da República, mas a proposta levanta dúvidas: existe autorização constitucional para diferenciações legais entre cidadãos de origem e naturalizados? Por outro lado, da aplicação da sanção não podem resultar situações de apatridia, criando potencial discriminação entre quem tem dupla nacionalidade e quem não tem. Além disso, Portugal está sujeito a compromissos internacionais nesta matéria, pois o artigo 5º, nº 2, da Convenção Europeia sobre Nacionalidade estabelece o "princípio da não discriminação entre nacionais, independentemente de a nacionalidade ter sido adquirida por nascimento ou em qualquer momento subsequente".

A proposta testa os limites entre a soberania estadual e a proteção dos direitos fundamentais. Garantirá o Tribunal Constitucional a vocação contramaioritária dos direitos fundamentais em tempos de crescente populismo?

Opinião



Pedro Gomes Sanches
politica@expresso.impresa.pt

A DOUTRINA PORNHUB

Séculos de teoria política, décadas de disputa de doutrinas, levaram-nos a crer que "a oeste nada de novo". Puro engano. Esqueçam Remarque, esqueçam Milestone. Esqueçam as doutrinas de Truman, de Brejnev, de Kissinger, o realismo hobbesiano, os liberais, os marxistas. Donald *HUGE* Trump inaugurou uma nova visão sobre a guerra e as relações internacionais: a doutrina Pornhub.

Mark Rutte, secretário-geral da NATO, escreveu a Donald Trump uma mensagem tão *sloppy* e submissa, que mais parecia saída de um guião de cinema pornográfico. Uma espécie de *felatio* performativo. Trump, com longa carreira de *bully* e vedeta de *reality shows*, fez o que fazem os *bullies*: divulgou-a nas redes sociais; numa espécie de *revenge porn*. E ainda há o *kinky set*: a Europa de quatro, com a excitação de quem espera aprovação de um *dominant daddy*. Só faltou o espelho no tecto, onde não faltaram algemas, vendas e mordaças.

A metáfora pornográfica não é gratuita. Linda Williams, no seu "Hard Core: Power, Pleasure and the 'Frenzy of the Visible'", diz que o que define a pornografia não é o sexo em si, mas a insistência em tornar o prazer visível (o "frenesim do visível", como lhe chama); especialmente o orgasmo masculino.

É aqui que a doutrina Pornhub diverge da doutrina clássica: o conteúdo e a reserva importam agora menos do que a performance e a exibição. Tudo é *GREAT*, tudo é *BIG*, tudo é *HUGE*. Tudo em maiúsculas, como quem mede a... potência. Trump, o grande maestro desta doutrina performativa, usa a linguagem como quem usa o *dirty talk*: para humilhar o contracenante e excitar o *voyeur*.

Volto a Williams: deve ler-se a pornografia como texto cultural, compreender o que nos diz sobre desejo, poder e corpo, e como isso muda consoante o contexto histórico e tecnológico. Ora, se tomarmos por bons os números que nos dizem que a plataforma Pornhub tem entre 1 e 2 mil milhões de visitas mensais e que se fazem cerca de 1,5 mil milhões de pesquisas diárias relacionadas com pornografia, temos muito por onde estudar. E, mais do que censurar Trump, analisarmo-nos a nós enquanto civilização.

Talvez os princípios da doutrina clássica não tenham soçobrado. O pressuposto realista de que os Estados agem por interesses, por poder, que visam assegurar a paz pela força, não desapareceu. Nem as ilusões idealistas da defesa dos valores. O que mudou foi o método e o ângulo do POV (Point of View): a doutrina Pornhub visa expor, dominar, humilhar e nutrir as pulsões e/ou as patologias do ego. E esta é a metáfora.

Kant sonhava com a paz perpétua, Trump oferece-nos performance contínua. Freud dizia que às vezes um charuto é só um charuto, mas às vezes pode ser um míssil. Ou outra coisa.

(Talvez) boas notícias: assim, está tudo (a) nu, *what you see is what you get*, há gente a fazer fila para entrar no *peep show*, como Rutte demonstrou, e, com sorte, até pode acabar com um *happy ending*. Se for com consentimento, como diz Williams, para quê moralizar?

Pedro Gomes Sanches escreve de acordo com a antiga ortografia

ZOHRAN NA CAPITAL DO CAPITALISMO



Daniel Oliveira
danieloliveira.lx@gmail.com

Zohran Kwame Mamdani. É o nome do favorito à presidência da cidade com mais judeus em todo o mundo, fora de Israel. O muçulmano pró-palestiniano, ugandês de origem indiana, que chegou ao país e à cidade com sete anos e tem 33, desconhecido de todos há quatro meses, quando tinha 1% nas sondagens para as primárias democratas, é a estrela inesperada, depois de ter vencido Andrew Cuomo, ex-governador do estado. Conotado com Cortez e Sanders, Mamdani passou as semanas seguintes às presidenciais a visitar os bairros onde Trump teve o melhor resultado de um republicano em décadas. Numa cidade onde 70% dos eleitores são democratas, ouviu sempre o mesmo: Trump fala do custo de vida e das dificuldades dos trabalhadores. A resposta de Mamdani foi uma campanha com foco, centrada no controlo do preço da habitação, em autocarros gratuitos, cuidados de saúde, creches para todos e mercearias municipais em cada bairro a propostas mais ridicularizada (até por cá). Estas lojas que compram alimentos por grosso e estão isentas de IMI existem no Kansas ou no Wisconsin e vão ser lançadas em Chicago e em Atlanta. Para financiar estas medidas promete, ao mesmo tempo que Trump anuncia baixar os impostos aos ricos cortando programas públicos de saúde para os mais velhos e mais pobres, criar uma taxa adicional sobre os fundos e sobre os cidadãos mais ricos da cidade mais rica do país mais rico do mundo. O Presidente chamou-lhe "lunático 100% comunista", mas há analistas republicanos preocupados com um democrata que fala do custo de vida.

O tom otimista e cheio de esperança e humor num espaço público zangado, de inclusão quando a exclusão marca os nossos dias, conquistou as redes sociais. Mais do que a estética e a forma humana e desconcertante de fazer campanha, o sucesso de Mamdani resulta da capacidade de nunca sair da sua agenda, mesmo quando os outros se concentram na criminalidade ou na imigração. E de tentar reconectar os democratas, embevecidos com o sucesso de uma economia com níveis de desigualdade semelhantes aos que conduziram à crise de 1929, com a sua tradicional base eleitoral. Numa reportagem no "NYT" para perceber o voto em Zohran, uma das entrevistadas conta como, trabalhando numa corretora em Wall Street, não consegue comprar uma casa como a que o seu pai comprou com o salário de motorista. É verdade que são eleições locais. Mas isso também é um dado interessante. No Texas, bastião republicano, os democratas governam as quatro grandes cidades. De Londres a Paris, de Barcelona a Berlim, a esquerda europeia resiste na política local. O eleitorado parece acreditar em soluções progressistas na escala onde sente que ainda há alternativas.

Democratas americanos e esquerda europeia têm de decidir se continuam a responder à agenda do ódio ou se têm a sua própria, em torno da desigualdade e da incapacidade de as classes médias viverem nas cidades. Exige coragem perante o poder do dinheiro, que encontrará em mínimos de decência sinais de lunática radicalidade

Numas primárias em que votaram quase um milhão de pessoas, Mamdani venceu Cuomo, acusado de escândalos sexuais, e deverá defrontar Eric Adams, o atual presidente, um democrata acusado de corrupção que se passou para o lado de Trump em troca da queda das acusações. Assim está o campo democrata, cuja cúpula financeira investiu dezenas de milhões em anúncios contra Mamdani, usando as suas críticas a Israel, mas pensando no seu programa fiscal e social. Cinco meses passados da tomada de posse de Trump, a liderança democrata continua sem saber como reagir. Entre o silêncio e a omissão, a maioria do partido parece resignada e à deriva. A exceção é a ala de Mamdani, Sanders e Cortez, que junta centenas de milhares de pessoas pelo país fora. Os democratas norte-americanos e a esquerda europeia têm de decidir se continuam a responder à agenda do ódio ou se têm a sua própria agenda, em torno da desigualdade na distribuição de rendimentos e na incapacidade de as classes médias viverem nas suas cidades. Só que isso exige coragem perante o poder do dinheiro, que encontrará em mínimos de decência sinais de lunática radicalidade.

Scott Rechler, um dos maiores proprietários de Nova Iorque e financiador de Cuomo, explicou o que está em causa: "Queremos ter uma liderança que fale do que é Nova Iorque. É a capital do capitalismo." A elite democrata, dominada pelos grandes proprietários imobiliários, prepara a reação: pode arranjar um terceiro candidato (talvez o derrotado Cuomo) e irá angariar 100 milhões de dólares para uma campanha esmagadora. Bill Ackman, um bilionário dos fundos especulativos apoiante de Trump, que doou 500 mil dólares a Cuomo, pode acabar por apoiar Eric Adams. Esta é uma das mensagens de Zohran Mamdani: um candidato dos cidadãos enfrenta os candidatos do dinheiro que compra a democracia na cidade. Imagine-se o poder simbólico de este confronto acontecer no centro do mundo.



FOTO DAVID 'DEE' DELGADO/REUTERS

DOS GRANDES E DOS PEQUENOS



Sérgio Sousa Pinto
politica@expresso.impresa.pt

Foram precisos os 80 milhões de mortos da II Guerra Mundial para que o mundo encarasse a paz como um objetivo não apenas nobre mas existencial, do qual depende a segurança coletiva de todos. Embora em diferente medida, todas as guerras desencadeiam cadeias de eventos que tendem potencialmente para a escalada e a generalização. As suas consequências são tão aterradoras como imprevisíveis. Quanto maior é a sua aptidão para afetar os equilíbrios globais, ou seja, os interesses das grandes potências, maior é o risco de se libertarem dos objetivos limitados dos agressores e adquirirem vida própria, como se fossem castigos da providência sobre o género humano.

Hitler, a encarnação moderna do mal absoluto, não desejou uma guerra mundial. Desejou uma guerra que pudesse vencer. Considerou que a Europa germanizada tinha uma janela de oportunidade para abater a União Soviética antes que esta se tornasse a potência dominante, regional e global que efetivamente veio a ser depois de 1945.

As guerras, normalmente, nascem de uma avaliação errada das relações de força. A húbris da capitulação da França, em 1940, anunciava a némesis, que se começou a desenhar em Estalinegrado e que se consumou na destruição da Alemanha.

Por mais que as guerras se sucedam, do Vietname ao Afeganistão, haverá sempre quem confie na força como destino e como método.

O direito internacional e as Nações Unidas constituíram a reação extraordinária e única da comunidade das nações contra o ciclo infernal da guerra e da morte que acompanha o Homem desde o princípio dos tempos. A natureza humana, que produz a guerra, também pode produzir as instituições da paz, da justiça e da segurança coletiva.

A II Guerra Mundial dizimou os fracos e os fortes, o preço foi excessivo para todos e o advento das armas nucleares anunciava o fim da humanidade. Só os sobreviventes podiam ter o atrevimento de aspirar a tanto, abolir a guerra de agressão, submeter a força ao direito, conter os fortes, proteger os fracos.

Nunca o mundo, na sua mísera condição, se tinha submetido a tão altas expectativas. Mas o direito, livremente acolhido pela comunidade das nações, imperfeito e precário que fosse na ordem externa, continuou como depositário da consciência do mundo, distinguindo o que é do que devia ser, horizonte coletivo possível e único.

Hoje, na Ucrânia e no Médio Oriente assistimos ao regresso dos argumentos da força e à reafirmação da nossa natureza visceral, violenta e bruta que nos acompanha desde as cavernas, arrastando primeiro os fracos e depois os fortes, por fim todos, em direção ao abismo.

Assistimos ao regresso dos argumentos da força e à reafirmação da nossa natureza visceral, violenta e bruta que nos acompanha desde as cavernas, arrastando primeiro os fracos e depois os fortes, por fim todos, em direção ao abismo

A teoria segundo a qual as democracias não fazem a guerra é uma inanidade histórica. Atenas guerreou, escravizou, destruiu e conquistou até à sua derrota final e ao seu desaparecimento da História. Quem protege a paz não é a democracia, é o direito.

As ações militares sem autorização dos órgãos competentes das Nações Unidas, contra a letra da sua Carta, ignorando os seus pressupostos e o seu espírito, sucedem-se. As opiniões públicas, belicosas e tolas, aplaudem as forças do bem. A memória é nula, o direito internacional prescrito por homens melhores do que estes está em coma, as Nações Unidas são escarnecidas como a casa dos fracos e dos impotentes.

Aqui estamos, à espera do futuro imediato. Poderosos ou ínfimos, não há quem conheça o que aí vem. Já ninguém tem poder suficiente para parar o que foi começado. Chegou a hora das consequências.

Este mundo novo não é novo, é o velho, velhíssimo, que regressa, para nos lembrar a tragédia inerente à nossa condição histórica, para nos atormentar e para nos recordar os perigos do poder entregue a homens pequenos, estúpidos e maus.

Henrique Monteiro



FOTO TIAGO MIRANDA

UM MUNDO EM ALTA ROTAÇÃO

Se o mundo fosse perfeito e o homem (e a mulher, porque agora é preciso dizê-lo sempre) não fosse um bicho cheio de defeitos cobertos por uma fina película de civilização, não havia fronteiras, nem nacionalidades, nem nações. Convivíamos alegremente, em paz e alegria, sem rancores, invejas, curiosidades, traições, mal-entendidos. Enfim, num estádio primitivo, onde não haveria opiniões e, por essa via, muito menos dissidências. E, como a coroar este idílio, acho que seríamos todos *vegans*. Já agora, o leão e o cordeiro seriam amigos fiéis (o leão *vegan*, claro) e os ruminantes fariam o favor de não empestar a atmosfera de metano, que contribui para o efeito de estufa e aquecimento global do planeta.

Muitas coisas estariam asseguradas se um animal feroz (não é esse) chamado História não existisse. O problema é que existe e trouxe-nos tudo o que é mau, ou seja, o desenvolvimento por um lado e a ganância por outro, a riqueza e a pobreza, o bem-estar e o sofrimento, a guerra e as epidemias, um conjunto de atrocidades. É certo que nos trouxe conforto, mais esperança de vida, mais tempo para não fazer nada, mais rendimentos para não termos de nos preocupar cada manhã com o que vamos comer à noite. Mas foi por nos trazer isso que nos trouxe as outras coisas. Alguns quiseram-nas só para si e para os seus; as tribos dividiram-se entre invejas e rancores, traições e mentiras. Os que se organizaram delimitaram espaços; primeiro, apenas espaços geográficos, depois, e muito recentemente (anteontem, nos séculos XVIII e XIX), espaços também legais, os Estados, a que correspondem leis, com os seus direitos e deveres consagrados. E se durante séculos era óbvio que quem se deslocava para um espaço tinha de obedecer ao senhor desse espaço, depois a obediência passou a ser devida à lei, que, por definição, nas sociedades abertas é (ou devia ser) igual para todos, seja qual for a sua origem.

As fronteiras foram erigidas para proteger os que já estão dos que querem vir, ou impedir os que ainda estão de fugir.

O problema é que, se a lei é igual para todos, é necessário conhecê-la para a cumprir. E atuar de tal modo que não se faça da diferença o estandarte, mas da mistura e inter-relação o combate. Acontece que o mundo de hoje é global. Há 150 anos, quem fosse para os EUA despedia-se da Europa, à qual só voltaria em casos absolutamente excecionais; hoje, pode vir quando lhe apetece. E o mesmo em qualquer ponto do globo. Há 50 anos dizia-se "em Roma sê romano"; agora, em Roma, Paris, Lisboa ou Berlim cada um pode ser o que quiser. Enfim, nem toda a inteligência artificial do mundo resolveu a equação entre ser-se cidadão do mundo e cidadão de um lugar específico. Entre honrar as tradições de lá e cumprir as leis de cá. Entre ser de um país de velhos e ver a população do país aumentar todos os anos à custa de quem não é (ou não era) desse país, dessa tradição.



A nossa verdadeira nacionalidade é toda a Humanidade

H. G. Wells (1866-1946)
Escritor britânico, socialista fabiano, organização que defendia reformas gradualistas em vez da revolução. "A Guerra dos Mundos" e "A Máquina do Tempo" são os seus romances mais famosos

O que o populismo coloca em termos absolutamente simplistas e populares (como se os países existissem desde sempre ou a 'célebre' raça fosse real) ou a esquerda propõe em termos idealistas, como se radicais diferenças culturais fossem sustentáveis no mesmo espaço, é esta complexidade. Creio que nem eles, nem ninguém, sabe o que é justo fazer. Porque os imigrantes, caso trabalhem e paguem impostos, têm de ter direitos políticos, incluindo eleger — têm de ser cidadãos. Os que não trabalham podem ter ajudas, mas num tempo limitado. E os nascidos no país? Têm direito a subsídios toda a vida? E os que não pagam impostos perdem direitos de cidadania? E os criminosos? Tiram-lhes a cidadania, ainda que não tenham outra?

Conseguir-se-á uma lei que fuja a simplismos e populismos? Duvido muito. A nacionalidade está doente e o patriotismo já morreu.

hmonteiroexpresso@gmail.com

OS DIAS QUE ME OCORREM

NATO
É estranho, mas é preciso vir um homem recheado de presunção, má-educação e — digamos, para não ofender —, alarvidade, para colocar os países europeus perante a necessidade de pagar a sua parte na Defesa da Europa. Foi o que aconteceu em Haia. E como ele é assim, assim se fez.

CRIADO DE VEXA
A coisa foi de tal maneira que o secretário-geral da NATO ficou entusiasmado com o seu papel de líder de uma organização que, finalmente, ia colocar os europeus a pagar bem, A PAGAR, como ele escreveu cheio de capitulares a Donald Trump, numa mensagem bajulatória, quase canina, que surpreendeu por não terminar com a habitual fórmula 'Um humilde criado de V.Exa'.

ESPANHA
Deve haver quem ache as declarações e tomadas de posição de Pedro Sánchez de grande coragem moral. Porém, elas são mais o reflexo da cobardia e dos grilhões que atam o presidente do Governo espanhol aos seus parceiros esquerdistas anti-NATO, que o sustentam no Parlamento. O líder do PSOE sabe bem, como sabiam todos os líderes europeus, que Espanha não pode ser o país que menos contribui para a Aliança Atlântica, até porque, como referiram outros primeiros-ministros, isso é injusto e desleal.

OS FAMOSOS 5%
É próprio dos tempos: quando se coloca um número, todos se focam nesse número. Mas calma, 5% é quanto se estima que os países devem pagar em 2035, daqui a 10 anos. E, ou a situação piora (ou não melhora) ou aposto que dentro de uns tempos, a meta foi abandonada por muitos governos; aliás, agora que era 2%, mesmo depois da invasão da Ucrânia, alguns países, como Portugal e, claro, Espanha, nem sequer a cumpriam.

PRESIDENTES
É verdade que já se apresentaram três candidatos e uma candidata, mas o mundo e o país têm tanto a discutir que pouco se fala neles. As notícias que vão saindo são escassas e desgarradas; o ex-secretário-geral do PS, Seguro, não consegue o apoio, para já, do seu próprio partido; Marques Mendes vai reunindo umas pequenas e médias personalidades e o almirante viu-se a cair, pior, despencar (como dizem os brasileiros), nas últimas sondagens.

INDEPENDÊNCIAS
Marcelo vai a todas as comemorações dos 50 anos das ex-colónias. Faz bem, porque por cá andava a fazer pouco...

ANTES QUE ME ESQUEÇA



PORTUGUÊS
O que é ser português? As respostas divergem de pessoa para pessoa. Há os que pensam que é uma espécie de espiritualidade que nos vem do fim dos tempos, e os que entendem que é uma conveniência, como a dos navios que usam 'bandeiras de conveniência'. Para a maioria dos cidadãos deste cantinho não é coisa com que se preocupem. Nasceram assim, cresceram assim, e vão ser sempre assim. Cantam o Hino, eventualmente erguem a bandeira quando joga a seleção; preferem o Ronaldo a Messi e gostam de cozido e sardinhas assadas. De resto, dizem mal do país — que também é um desporto nacional — e pagam (se tiverem rendimentos suficientes) os impostos à mesma Autoridade Tributária. De verdadeiramente substancial há a língua portuguesa, que era a Pátria de Pessoa, e umas referências e expressões elogiosas ou insultuosas comuns. Poderia ser mais do que isto? Claro que sim, caso houvesse coragem política e algum investimento no Património, na História e na Cultura. Mas tudo se tornou objeto de controvérsia. E na verdade, apenas queremos que os estrangeiros digam bem de nós, porque, se não forem eles, não seremos nós a fazê-lo.



TUDO A DESCER
Havia um maluco da minha terra (a bem-dizer da dos meus avós) que afirmava que se fosse ele a mandar, as ruas eram todas a descer. Quando um dos circunstantes (penso que era Aquilino Ribeiro, também ele daquelas bandas) lhe replicou "mas não vê vomecê que se fossem a descer para um lado, seriam a subir para o outro?", ele respondeu: "Em mandando eu, não!" Este diálogo faz-me lembrar o impossível debate entre o ser e o querer. Gostaríamos que não houvesse problemas com a nacionalidade, a emigração e a imigração; compreendemos que se os homens fossem fraternos (e em mandando nós, eram)... Depois, há sempre o dichote do diplomata inglês quando lhe explicavam o *jus solis*, ou seja o direito à nacionalidade pelo critério do lugar onde se nasce, perguntava: "E então um pinto que nasça numa cocheira, passa a ser um cavalo?"



MÁ RAÇA
Claro que a frase do inglês tem o pressuposto e o preconceito da raça. Essa má raça que ficou do passado. Ainda noutro dia o primeiro-ministro, a propósito de uma vitória desportiva, citou a 'raça lusitana'. Eu deixo o Luís trabalhar se ele prometer que volta a estudar biologia, para saber que não há raças, e história, para saber quem eram os lusitanos e que nada temos a ver com eles. De acordo?



O PECADO ORIGINAL E OS SEUS CÚMPLICES

Foi exatamente há um ano. A pior prestação televisiva de sempre num debate entre candidatos à Casa Branca deixou todos — exceto os crédulos — perante a evidência de que Donald Trump teria via verde para regressar à Casa Branca.

O que tornou aquele momento um dos mais graves das modernas democracias não foi a penosa prestação de Biden, mas a proteção política e mediática que lhe permitiu manter-se na corrida, quando as suas capacidades já se tinham degradado muito.

A história está cheia de exemplos de cortes capazes de esconder monarcas incapazes, doentes ou simplesmente tolos. Mas ser capaz de o fazer em Washington em 2023 e 2024 é um caso de estudo. E de culpa.

Um Presidente em clara degenerescência passou mais de um ano quase sem dar entrevistas, com raras e controladas conferências de imprensa e uma agenda que terminava a meio da tarde! A única exceção neste delírio foram os dossiês internacionais e as visitas a que estes obrigavam, controladas por um reduzido número de conselheiros.

A história do encobrimento da degradação de Biden é um crime político. E uma vergonha para jornalistas

Os vídeos de Biden a tropeçar, a trocar nomes, a perder-se em curtos trajetos foram analisados exaustivamente na Fox News e nas televisões ainda mais fanáticas, como a Newsmax ou a OAN, bem como no arsenal de meios digitais em que Trump se apoiou na reeleição. Em tudo o resto, foram vistos como lapsos ou episódios menores.

A exceção foi um artigo do "Wall Street Journal" que denunciava o estado mental de Biden. O artigo foi brutalmente desmentido pela Casa Branca e desvalorizado pelos *media* mais importantes dos EUA, altamente experimentados na cobertura da Casa Branca.

Um dos moderadores do debate ficou tão marcado pelo que viu que escreveu um livro sobre o encobrimento. "Pecado Original", de Jake Tapper (CNN) e Alex Thompson (Axios), choca pelo encobrimento político que escancarou as portas da Casa Branca a Trump num processo de dolo e inconsciência. Mas choca-me ainda mais pela complacência jornalística que censurou qualquer voz que dissesse que o rei ia nu.

Num tempo em que os jornalistas se apressam em explicações preguiçosas sobre as mudanças políticas, deviam olhar para este caso. E perguntar como é que isto foi possível e se um Trump senil teria tido o mesmo tratamento. A resposta é embaraçosa.

rcosta@impresa.pt

e ainda...

Virgílio Bento "É preciso acabar com a oligarquia" E6

Ensaio Montaigne: a inspiração e o génio absoluto IDEIAS

Política Será esta a hora de António José Seguro? R20

Ondas de calor e riscos acima da média

Altas temperaturas, secura e muita biomassa geram "combinação perigosa"

As temperaturas vão aumentar e o Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) já lançou avisos "amarelo" e "laranja" para várias regiões a partir desta sexta-feira. Os termómetros vão subir acima de 40°C (ou mesmo de 45°C no interior) e os avisos estendem-se a todos os distritos do interior, de Beja a Bragança, mas também a dois do litoral — Faro e Lisboa — pelo menos até terça-feira. A explicar esta subida da temperatura está "a combinação de um anticiclone a noroeste e uma depressão proveniente do Norte de África, que transporta uma massa de ar quente pelo interior da Península Ibérica até Portugal", descreve Vanda Cabrinha Pires, do IPMA.

"É comum que outras ondas de calor se sigam, criando um efeito cumulativo e perigoso ao longo do verão", alerta Carlos Câmara, investigador do Instituto Dom Luiz, da Faculdade de Ciências. Uma das maiores preocupações são os incêndios florestais. "É crucial estar preparado, já que um verão seco e quente, com grande quantidade de biomassa [muita erva e mato grande após primavera chuvosa], é uma combinação perigosa", sublinha. O que também preocupa os dois climatologistas são as elevadas temperaturas noturnas, "um dos maiores problemas para a saúde das pessoas", porque não permitem arrefecer o corpo durante a noite. Preveem-se noites tropicais, com valores a rondar os 20°C em média, mas podendo ultrapassar os 25°C no Algarve e no Alentejo.

O IPMA prevê que as temperaturas cheguem aos 45°C em algumas zonas do interior

Dados do Centro Europeu de Previsões de Tempo a Médio Prazo (ECMWF) estimam uma probabilidade de 80% de termos temperaturas acima da média este verão. "Temperaturas mais altas secam o solo, tornando-o menos capaz de absorver calor, o que pode agravar os efeitos das ondas de calor na saúde e na propagação de incêndios", acrescenta Câmara.

Outros dois problemas, alerta Vanda Cabrinha, são a chegada, a partir desta sexta-feira, de poeiras vindas do Norte de África — nocivas para a saúde — e o acentuar da seca. O aumento da temperatura também está "a acentuar a secura do solo, o que faz com que a seca moderada esteja de volta ao Sotavento algarvio e ao interior alentejano, assim como ao litoral Centro-Norte, entre Aveiro e o Porto".

Vários países europeus, como França, Itália, Espanha e Reino Unido, também têm vivido ondas de calor e os cientistas não descartam o papel das alterações climáticas no acentuar destes episódios extremos.

À espera dos Imagine Dragons na Luz



CONTAGEM DECRESCENTE Eram centenas os fãs dos Imagine Dragons que, às 15h desta quinta-feira, 120 minutos antes de as portas abrirem no Estádio da Luz esperavam por um lugar literalmente ao sol para ver de perto o sexto (e maior) concerto em Portugal do trio de Las Vegas liderado por Dan Reynolds. Dentro de um mês, há nova 'romaria' lisboeta, agora ao Restelo, para ver Kendrick Lamar e SZA. FOTO RITA CARMO

Petróleo abaixo do nível pré-guerra

Barril esteve acima de 80 dólares, mas recuou para 67. Combustíveis ainda vão subir

O preço do petróleo negociou ontem ao nível em que estava antes de Israel começar a atacar alvos nucleares no Irão, na madrugada do dia 13 de junho. O barril de Brent, que serve de referência para Portugal, chegou a cotar acima dos 80 dólares no dia 23 de junho, mas está agora novamente abaixo dos 70 dólares. Esta quinta-feira à tarde, à hora de fecho desta edição, transacionava em Londres nos 67,3 dólares por barril.

Apesar da descida da cotação internacional, os preços dos combustíveis na bomba ainda podem subir, devido ao desfasamento temporal entre mercado petrolífero e cotação dos refinados. O Automóvel Club de Portugal prevê novos aumentos a partir de segunda-feira, com base em fontes do sector: o preço do litro de gasóleo deverá subir oito cêntimos e o da gasolina três. O preço médio do gasóleo deverá fixar-se em €1,616 e o da gasolina em €1,722.

Ronaldo vai jogar até 2027

Jogador assinou novo contrato por dois anos com Al Nassr. Terá nessa altura 42 anos

Cristiano Ronaldo renovou o seu contrato com o Al Nassr, da Arábia Saudita, até 2027. A notícia foi divulgada através de um vídeo publicado nas redes sociais do clube saudita, no qual o internacional português afirma "Al Nassr para sempre". O futebolista vai continuar a jogar por mais duas temporadas, o que inclui o Mundial de seleções do próximo ano nos EUA.

Expresso

Sexta-feira
27 de junho
de 2025

27
06

#2748
expresso.pt

Últimas

Retomada ligação fluvial entre Porto e Gaia A ligação fluvial entre o Cais do Ouro, no Porto, e a Afurada, em Gaia, é retomada a partir desta sexta-feira. O projeto-piloto, que implicou um investimento de €160 mil da Transportes Metropolitanos do Porto, vai ter a duração de quatro meses.

Brilhante Dias lidera bancada do PS O próximo líder parlamentar do PS vai ser Eurico Brilhante Dias. Já Mariana Vieira da Silva e Marina Gonçalves vão manter-se na direção da bancada, após a eleição que se realizará com José Luís Carneiro como secretário-geral.

Passe em Lisboa inclui trotinetas gratuitas Os residentes na cidade de Lisboa com o passe de transporte público Navegante vão poder utilizar gratuitamente as trotinetas partilhadas. A benesse vai ser assegurada a partir de setembro, a par com o alargamento das zonas de circulação proibida.

Barata-Moura distinguido A Faculdade de Direito vai atribuir na próxima segunda-feira uma medalha em reconhecimento ao percurso de José Barata-Moura, professor catedrático jubilado e antigo reitor da Universidade de Lisboa entre 1998 e 2006.

Avaliação bancária das casas bate novo recorde Em maio, a mediana da avaliação bancária na habitação foi de €1886 por metro quadrado, um aumento de €20 face a abril, que concretiza um novo máximo histórico, segundo o INE. A taxa de variação homóloga foi de 17,1%.

Supremo anula acórdão de estafetas à Uber O Supremo Tribunal de Justiça anulou o acórdão da Relação num processo que opõe estafetas à Uber Eats. O Supremo tem dúvidas sobre o vínculo laboral e pediu o apuramento de novos factos. O processo regressa à Relação.

Wei-Wei na Ucrânia O artista visual e ativista chinês inaugura uma obra inédita em Kiev, inspirada nas ilustrações de Leonardo da Vinci e que ficará exposta num salão da era soviética.

Gulbenkian promove jantar inédito O Centro de Arte Moderna da Fundação Gulbenkian será o cenário no dia 3 de julho de um jantar inédito, inspirado na exposição de Paula Rego e Adriana Varejão, intitulada "Entre os Vossos Dentes". Na ementa destacam-se a "picanha no azulejo" e os "brigadeiros sanguinolentos".

Concorrência aprova venda da Padaria Portuguesa A Autoridade da Concorrência aprovou a venda da Padaria Portuguesa ao grupo espanhol Rodilla. A venda foi acordada em maio por €25 milhões.

Reabertas as urgências do Amadora-Sintra O funcionamento do serviço de urgência do Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca (HFF), suspenso desde quarta-feira devido a uma quebra total do sistema informático, foi retomado na quinta-feira.